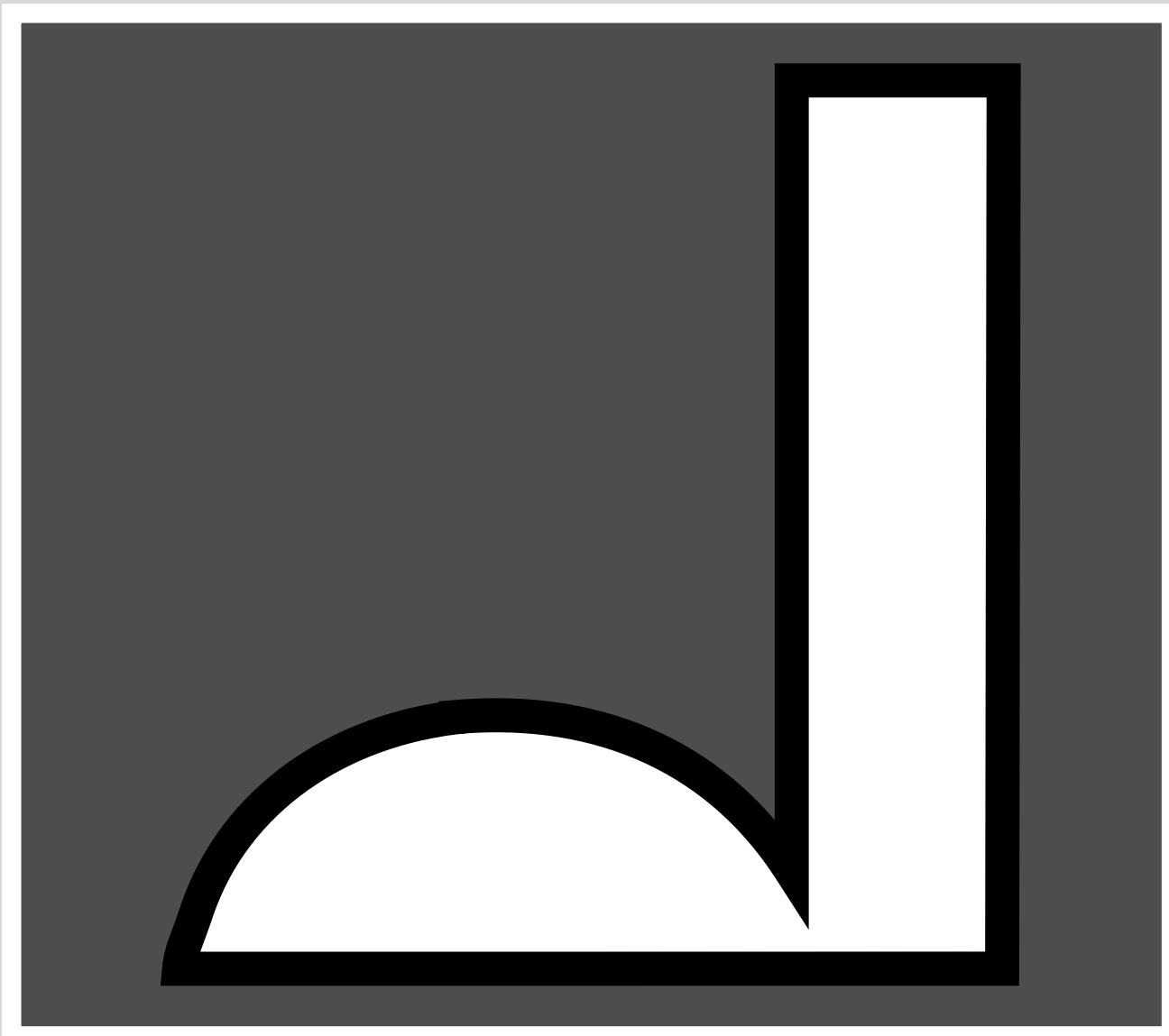




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LIX – Nº 172 – SEXTA-FEIRA, 22 DE OUTUBRO DE 2004 – BRASÍLIA-DF

MESA		
Presidente José Sarney – PMDB – AP 1º Vice-Presidente Paulo Paim – BLOCO – PT – RS 2º Vice-Presidente Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO 1º Secretário Romeu Tuma – PFL – SP 2º Secretário Alberto Silva – PMDB – PI	3º Secretário Heráclito Fortes – PFL – PI 4º Secretário Sérgio Zambiasi – BLOCO – PTB – RS Suplentes de Secretário 1º João Alberto Souza – PMDB – MA 2º Serys Sliessarenko – BLOCO – PT – MT 3º Geraldo Mesquita Júnior – BLOCO – PSB – AC 4º Marcelo Crivella - PL – RJ	
LIDERANÇAS		
LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO – 19 (PT-13, PSB – 3, PTB – 3) LÍDER – PT Ideli Salvatti - PT Vice-Líderes Roberto Saturnino – PT Ana Júlia Carepa – PT Flávio Arns – PT Fátima Cleide – PT LÍDER - PSB - 3 João Capiberibe – PSB Vice-Líder PSB Geraldo Mesquita Júnior LÍDER - PTB - 3 Duciomar Costa – PTB LIDERANÇA DO PMDB - 22 LÍDER Renan Calheiros – PMDB Vice-Líderes Hélio Costa Sérgio Cabral Luiz Otávio Ney Suassuna Garibaldi Alves Filho Romero Jucá Papaléo Paes	LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA – 29 PFL – 17, PSDB – 12 LÍDER Efraim Morais - PFL Vice-Líderes Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL LÍDER – PFL – 17 José Agripino - PFL Vice-Líderes Paulo Octávio Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho José Jorge João Ribeiro LÍDER - PSDB - 12 Arthur Virgílio – PSDB – AM Vice-Líderes Antero Paes de Barros Lúcia Vânia Leonel Pavan Álvaro Dias	LIDERANÇA DO PDT – 5 LÍDER Jefferson Péres – PDT Vice-Líder Almeida Lima LÍDER – PL – 3 Magno Malta – PL Vice-Líder Aelton Freitas LIDERANÇA DO PPS – 2 LÍDER Mozarildo Cavalcanti – PPS LIDERANÇA DO GOVERNO LÍDER Aloizio Mercadante – PT Vice-Líderes Fernando Bezerra – PTB Patrícia Sabóya Gomes – PPS Hélio Costa – PMDB Marcelo Crivella – PL Ney Suassuna – PMDB Ideli Salvatti – PT
EXPEDIENTE		
Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia	

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 145ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 21 DE OUTUBRO DE 2004

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicação da Presidência

Referente ao tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da presente sessão, que será destinado a homenagear a Legião da Boa Vontade, pela inauguração do Templo da Boa Vontade em Brasília, há quinze anos, de acordo com o Requerimento nº 1.289, de 2004, do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Senadores.....

32628

1.2.2 – Oradores

Senador Mozarildo Cavalcanti

32628

Senador Eduardo Siqueira Campos

32641

Senador Paulo Octávio

32643

O Sr. Presidente (Paulo Paim) – Associa-se às homenagens, em nome da Mesa.

32645

1.2.3 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 302, de 2004, de autoria do Senador Paulo Paim, que dispõe sobre a instituição de feriado nacional na data da morte de Zumbi dos Palmares.....

32646

1.2.4 – Leitura de requerimento

Nº 1.329, de 2004, da Comissão de Educação, solicitando ao Ministro de Estado das Comunicações as informações que menciona.....

32647

1.2.5 – Projetos recebidos da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei da Câmara nº 81, de 2004 (nº 727/2003, na Casa de origem), que define prioridades para a destinação de produtos de origem animal e vegetal apreendidos na forma da lei, alterando as Leis nºs 7.889, de 23 de novembro de 1989, e 9.972, de 25 de maio de 2000.....

32648

Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 2004 (nº 746/2003, na Casa de origem), que dá nova redação ao parágrafo único do art. 1º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, que disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, his-

tórico, turístico e paisagístico e dá outras provisões (confere prioridade à tramitação das ações civis públicas sobre os demais feitos judiciais, exceto o **habeas corpus** e o mandado de segurança).....

32649

Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2004 (nº 1.638/2003, na Casa de origem), que denomina “Rodovia Deputado Wilson Mattos Branco” a rodovia BR-392, desde o Município de Pelotas até o de Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul.....

32651

Projeto de Lei da Câmara nº 84, de 2004 (nº 7.398/2002, na Casa de origem), que altera o art. 9º da Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997 (procedimentos e documentos relativos à petição solicitando autorização judicial para doação de tecidos, órgãos ou partes do corpo vivo, por pessoa que não seja cônjuge ou parente consangüíneo do receptor).....

32651

Projeto de Lei da Câmara nº 85, de 2004 (nº 1.282/2003, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo ao art. 1.050 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil (dispensa a citação pessoal do embargado para responder à petição inicial, exceto quando não houver constituído advogado).....

32653

1.2.6 – Aviso do Ministro de Estado da Justiça

Nº 3.169, de 2004, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 800, de 2004, de iniciativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

32654

1.2.7 – Ofício do Ministro de Estado da Educação

Nº 188, de 2004, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 823, de 2004, do Senador Arthur Virgílio.....

32654

1.2.8 – Leitura de requerimento

Nº 1.330, de 2004, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando convocação de sessão especial conjunta do Senado Federal e da Câmara dos Deputados para comemorar o Dia In-

ternacional para Eliminação da Violência Contra a Mulher.....	32654
1.2.9 – Comunicações da Presidência	
Convocação de sessão conjunta solene, a realizar-se no próximo dia 25 de novembro, às 10 horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a comemorar o Dia Internacional para Eliminação da Violência Contra a Mulher.....	32654
Deferimento, ad referendum da Mesa, dos Requerimentos nºs 1.243 e 1.244, de 2004, de autoria do Senador Osmar Dias.....	32654
1.2.10 – Parecer	
Nº 1.419, de 2004, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 363, de 2004 (nº 755/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural de Radiodifusão Educativa Costa Dourada para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Manaus, Estado do Amazonas.....	32654
1.2.11 – Comunicação da Presidência	
Abertura de prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Decreto Legislativo nº 363, de 2004, cujo parecer foi lido anteriormente, seja apreciado pelo Plenário.....	32659
1.2.12 – Petição do Presidente da Câmara dos Deputados	
Nº 10, de 2004 (Ofício GP-0/1.263/2004, na origem), encaminhado documento do Programa de Inclusão Social das Pessoas com Deficiência da Câmara dos Deputados, instando o Senado Federal a apresentar comentários e sugestões para o aperfeiçoamento do trabalho.....	32659
1.2.13 – Ofícios	
Nºs 888 e 892/04, de 20 do corrente, da Liderança do PTB na Câmara dos Deputados, de substituição de membros nas Comissões Mistas destinadas a apreciarem as Medidas Provisórias nºs 219 e 220, de 2004, respectivamente.....	32692
1.2.14 – Discursos do Expediente	
SENADORA SERYS SLHESSARENKO – Considerações sobre a violência doméstica no Brasil. Registro da Semana Nacional da Ciência e Tecnologia.....	32692
SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI , como Líder – Registro dos 21 anos de criação do jornal Folha de Boa Vista	32697
SENADOR AELTON FREITAS , como Líder – Apoio às reivindicações da Associação Mineira de Municípios.....	32700
SENADOR ROMERO JUCÁ , como Líder – Designação de S. Exª como Relator-Geral do Orçamento de 2005. Vitória do Brasil na Organização Mundial de Comércio (OMC) contra os subsídios da União Européia ao açúcar. Registro	

dos 21 anos de criação do jornal Folha de Boa Vista	32701
SENADOR PAULO PAIM – Considerações sobre as pesquisas eleitorais. Apresentação de projeto de lei, de sua autoria, instituindo feriado nacional na data da morte de Zumbi dos Palmares.....	32702
SENADOR NEY SUASSUNA – Vantagens econômicas para a agricultura brasileira com a utilização dos transgênicos.....	32706
SENADOR AUGUSTO BOTELHO – Lançamento, pelo Ministério da Saúde, de carta destinada ao combate da hanseníase. Comentários aos riscos do aumento dos casos de tuberculose, enfermidade declarada pela OMS como reemergente.....	32708
1.2.15 – Leitura de Proposta de Emenda à Constituição	
Nº 52, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Augusto Botelho, que altera a Constituição Federal, para instituir a Justiça Agrária.....	32710
1.2.16 – Discursos do Expediente (continuação)	
SENADOR PEDRO SIMON – Consternação pela utilização indevida de recursos destinados aos programas governamentais de assistência social	32717
SENADOR LUIZ OTÁVIO – Comentários à atuação da Marinha brasileira na área de pesquisa nuclear.....	32717
1.2.17 – Discursos encaminhados à publicação	
SENADOR RODOLPHO TOURINHO – Considerações sobre a Conta Investimento, oriunda da Medida Provisória nº 179, de 2004.....	32718
SENADOR LEONEL PAVAN – Comentários ao artigo “Fracasso no horário nobre”, de autoria do jornalista Clóvis Rossi, publicado no jornal Folha de S.Paulo , edição de 19 do corrente.....	32720
SENADOR SÉRGIO GUERRA – Comentários ao artigo “Honra ao demérito”, de autoria do jornalista Jânio de Freitas, publicado no jornal Folha de S.Paulo , edição de 19 do corrente.....	32721
SENADOR ROMERO JUCÁ – Comentários ao Relatório Anual da União Brasileira de Avicultura (UBA), relativo a 2003/2004.....	32722
1.3 – ENCERRAMENTO	
2 – TERMO DE REUNIÃO	
Referente a Medida Provisória nº 223, de 2004.....	32724
3 – ATO DA COMISSÃO DIRETORA	
Nº 19, de 2004.....	32725
4 – PORTARIA DO DIRETOR-GERAL	
Nº 142, de 2004.....	32726
5 – ATOS DO DIRETOR-GERAL	
Nºs 1.815 a 1.821, de 2004.....	32726

SENADO FEDERAL

- 6 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
- 52ª LEGISLATURA
- 7 – SECRETARIA DE COMISSÕES
- 8 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
- 9 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
- 10 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR
- 11 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

12 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**CONGRESSO NACIONAL**

- 13 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL
 - 14 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
 - 15 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)
 - 16 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)
-

Ata da 145^a Sessão não Deliberativa, em 21 de Outubro de 2004

2^a Sessão Legislativa Ordinária da 52^a Legislatura

*Presidência dos Srs. Paulo Paim, Eduardo Siqueira Campos,
Luiz Otávio e Augusto Botelho.*

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 30 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A primeira hora da presente sessão destina-se a homenagear a Legião da Boa Vontade pela inauguração do Templo da Boa Vontade, em Brasília, há 15 anos, nos termos do Requerimento nº 1.289, de 2004, do Senador Mozarildo Cavalcanti e de outros Srs. Senadores.

Convidamos para fazer parte da Mesa, representando o Presidente da LBV, Sr. José de Paiva Netto, seu filho, Sr. Pedro de Paiva. (Palmas.)

Concedemos a palavra ao nobre Senador Mozarildo Cavalcanti, que encaminhou o pedido de homenagem à nossa querida LBV.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, Sr. representante do Presidente da LBV, o ilustre José de Paiva Netto, demais membros da LBV aqui presentes, quero dizer da minha satisfação de ter sido o primeiro signatário do requerimento – apoiado por outros Srs. Senadores – que tem o objetivo de prestar uma homenagem toda especial à LBV.

Primeiro, lembro que, hoje, no Distrito Federal e em alguns outros Estados, é comemorado o Dia do Ecumenismo. Isso é muito importante porque a LBV é, no Brasil e no mundo, a síntese maior do ecumenismo irrestrito. Obviamente, coincidentemente, o Templo da Boa Vontade em Brasília está comemorando 15 anos da sua fundação. Portanto, é muito importante que o Senado Federal faça este registro e esta homenagem.

Incialmente, ressalto que o Templo da Boa Vontade, entre os inúmeros pontos turísticos de Brasília, é o mais visitado. (Palmas.)

Segundo dados oficiais de 2003, o Templo da Boa Vontade recebeu a visitação de 1.261.970 pessoas; em segundo lugar, ficou o Jardim Zoológico, com 979.558 visitantes; em terceiro lugar, o Parque Nacional de Bra-

sília, com 203 mil; em quarto, o Espaço Lúcio Costa, com 166 mil; em quinto, o Memorial JK, com 145.567 visitantes; e, em sexto lugar, o Panteão da Pátria, com 82.989 visitantes. Vejam, portanto, que quase que a soma de todos os outros pontos não atinge o número de visitantes do Templo da Boa Vontade, o que mostra a importância desse templo para Brasília, para o Brasil e para o mundo.

Mas antes de falar especificamente sobre o Templo da Boa Vontade, quero falar um pouco sobre a Legião da Boa Vontade. Não teria existido o Templo se a Legião da Boa Vontade não tivesse sido criada, idealizada, expandida e abraçada por tantos seguidores, como tem hoje.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, não há dúvida de que o trabalho prestado por uma instituição de utilidade pública fundada no Brasil há mais de 50 anos, que, com seu trabalho filantrópico, conquistou renome e respeito até no âmbito internacional, honra sobremodo o Brasil.

Fundada em 1º de janeiro de 1950 pelo jornalista, radialista e escritor carioca Alzirô Zarur, a Legião da Boa Vontade, ou LBV, como é conhecida nacional e mundialmente, adota como fundamento de suas ações o ideal do “ecumenismo irrestrito”, o que se revela muito significativo por dois motivos especiais.

Primeiro, porque a grande marca da sociedade brasileira, formada a partir do encontro de tantos povos e culturas, é exatamente o pluralismo, inclusive religioso. Assim, Sr. Presidente, ousaria mesmo afirmar que essa instituição de utilidade pública é uma das formas peculiares sob as quais se logrou materializar a própria vocação nacional para a diversidade, entre outros existenciais valores.

A segunda razão é que, como todos sabemos, nestes nossos dias, a maioria dos conflitos que assola a humanidade é motivada por anseios e temores estreitamente relacionados à intolerância religiosa, contra a qual se opõe, afinal, o ideal propagado pela LBV.

Desde a sua fundação, a Legião da Boa Vontade tem prestado serviços aos menos favorecidos, seja diretamente, seja em parceria com o Governo, com em-

presas, escolas, comunidades de base e organizações que, como ela mesma, atuam no terceiro setor.

Desde a morte do seu fundador, em 1979, e já sob a direção do também jornalista e radialista José de Paiva Netto, a LBV centuplicou o alcance de seus programas socioeducacionais.

Atualmente mantém, em 60 cidades brasileiras, escolas de ensino fundamental e médio, lares para crianças e adolescentes, lares para idosos, além de centros comunitários e educacionais, nos quais se desenvolvem programas e projetos desenhados especialmente para o atendimento de necessidades específicas.

O Programa Criança Futuro no Presente é um deles. Visando a educação e a formação de meninos carentes, ele se desdobra em diversos projetos que implicam, por exemplo, tratamento odontológico gratuito; prontificação não somente de brinquedotecas, para desenvolvimento das competências comunicativas, construtivas e motoras, como também de bibliotecas e salas de vídeo, a fim de despertar nas crianças o interesse pela leitura e pesquisa; complementação escolar, para os que apresentam dificuldades de aprendizagem; e aulas de moral ecumênica, para a disseminação de valores morais e éticos que facilitem a boa convivência com a família e a sociedade.

O Programa Ronda da Caridade, que teve início em 1962, com a famosa sopa do Zarur, já àquela época tinha por fim o combate à fome, ainda hoje tão perseguido. Tal programa continua a contribuir para a melhoria de vida de pessoas e famílias que estejam em situação de risco, havendo se desdobrado em projetos que buscam, além de segurança alimentar e qualidade de vida, a alfabetização de adultos e a sua capacitação profissional.

Tampouco posso deixar de mencionar as chamadas campanhas emergenciais. Buscando abrandar notadamente os terríveis efeitos das calamidades naturais, como enchentes, incêndios e secas, a LBV presta socorro imediato a famílias inteiras, suprindo-lhes as privações mais prementes, mediante a aquisição, a arrecadação e subsequente distribuição de alimentos, roupas, móveis, colchões e outros utensílios, conforme as necessidades.

Igualmente notável é o fato de que a atuação da Legião da Boa Vontade tem ultrapassado fronteiras, fazendo-se ativa também em Portugal, na Argentina, no Paraguai, no Uruguai, na Bolívia e até nos Estados Unidos.

Portanto, Srs. Senadores, não foi sem motivos que a LBV se tornou a primeira organização brasileira do terceiro setor a granjear, no ano de 1999, o reconhecimento, em caráter oficial, da Organização

das Nações Unidas. Simultaneamente, conquistou a participação no Conselho Econômico e Social da ONU, o Ecosoc, com a obtenção do **status** consultivo geral, o que lhe confere a prerrogativa de tomar parte de todas as reuniões do Conselho. Essa parceria prevê constante diálogo e troca de experiências com o objetivo de criar uma agenda de ações coordenadas para o combate aos problemas sociais.

Em suma, Sr. Presidente, como bem podemos constatar, a despeito dos arrivismos sensacionalistas já perpetrados por certos segmentos da imprensa nacional, a Legião da Boa Vontade revela ser modelo para as instituições do terceiro setor que buscam levar a cabo um trabalho sério em benefício legítimo da sociedade.

Afirmo isso com a autoridade de quem presidiu a Comissão Parlamentar de Inquérito criada em 2001 para investigar a atuação no Brasil das organizações não-governamentais. Uma parcela significativa dessas organizações teria muito a ganhar caso se espelhasse na ética e nos princípios que têm norteado as ações da LBV. (Palmas.)

Por tal motivo é que me vejo honrado em enaltecer, neste momento, a Legião da Boa Vontade e suas tantas realizações em prol dos desfavorecidos e do bem comum.

Agora falarei um pouco sobre o Templo da Boa Vontade, ou simplesmente TBV, que completa, hoje, como disse, 15 anos de existência. "Neste templo até as pedras clamão que Deus é Espírito e como tal deve ser adorado: em Espírito e Verdade." Essa foi a definição do jornalista, radialista, escritor e Diretor-Presidente da Legião da Boa Vontade, José de Paiva Netto, ao inaugurar, em 21 de outubro de 1989, aqui, em Brasília, o Templo da Boa Vontade, também conhecido como "A Pirâmide dos Espíritos Luminosos", símbolo maior do ecumenismo irrestrito. Por que irrestrito? Porque não foi erguido somente para a felicidade das criaturas terrenas, mas também para os seres espirituais que, apesar de ainda invisíveis aos nossos olhos materiais, contudo, existem, porque a morte não existe, a vida continua em outras dimensões.

O Templo da Boa Vontade é um teto erigido para que os seres humanos e espirituais se sintam em paz e reconheçam que a Terra é a nossa morada coletiva. Ele singulariza pionieramente o ideal de promover o ecumenismo sem restrições e tem como supremo objetivo confraternizar pessoas de todas as raças, filosofias, credos religiosos, e também ateus e materialistas, pois, para a LBV, somos todos filhos do mesmo Pai, que é Deus, sinônimo de amor.

O fundador da Legião da Boa Vontade, Alzirô Zarur – que partiu para a pátria espiritual em 21 de

outubro de 1979 –, amadurecendo a idéia da edificação do Templo da Boa Vontade, que possuía desde 1926, inseriu-a em 1949 nos estatutos da instituição, pois sabia que estava plantando uma semente para o futuro. Quando seu sucessor, José de Paiva Netto – que assumiu a responsabilidade de construí-lo com a ajuda do povo – inaugurou-o em 1989, a humanidade contemplou o resultado da capacidade realizadora dos homens de boa vontade: menos de quatro anos depois de fincadas as suas estacas, viu-se finalmente erguido o ideal de mais de 60 anos.

Tudo no projeto do Templo da Boa Vontade tem sua razão de ser, unida à proposta irrestritamente ecumênica nele implícita. Cada aspecto da obra foi estudado meticulosamente. O templo é um ponto de encontro da Espiritualidade Superior, da cultura, da arte, da ecologia e da medicina científica e espiritual, harmonicamente dispostas para inspirar os mais nobres sentimentos.

Trata-se de uma pirâmide de sete faces, com 21 metros de altura e 28 metros de diâmetro. No seu pináculo, encontra-se um cristal puro. O piso foi construído em granito, com desenho em espiral, criando a impressão de que o templo flutua sobre o gramado, como se fosse uma nave espacial pousada.

O projeto inicial previa apenas a pirâmide heptagonal, mas, ao longo dos trabalhos, por determinação direta de Paiva Netto, sofreu várias ampliações, passando a ter mais de três mil metros quadrados. Ganhou anexos para a construção da Galeria de Arte, do Memorial Alzirô Zarur, da Sala do Silêncio (mais tarde transformada na Sala Egípcia), do Salão Nobre e recebeu uma bela fonte, jardins subterrâneos, elevador e rampas para facilitar o acesso de portadores de necessidades especiais e pessoas idosas aos diversos níveis do conjunto ecumônico, que o Templo da Boa Vontade compõe com o Parlamento Mundial da Fraternidade Ecumênica o ParlaMundi da LBV. No total, são mais de 11 mil metros quadrados da arquitetura a serviço da Solidariedade Universal.

Para R.R. Roberto, engenheiro-arquiteto responsável pelo projeto e construção da obra, a contribuição de todos esses anexos foi “muito importante, porque, com essa introdução, Paiva Netto mudou a face dos templos de Brasília e até do Brasil. O Templo da Boa Vontade transformou-se num complexo cultural, artístico, religioso, sem perder a sua principal função: a de ser um espaço destinado à meditação e ao recolhimento”.

Realmente o ambiente propicia a busca da paz interior e a catalisação de energias. Logo à entrada, há duas esculturas que se complementam, formando a representação do Trono e Altar de Deus, localizados

ao fim do caminho da espiral. Percorrendo esse caminho, a pessoa recebe os benefícios dos raios solares ou lunares que atravessam o magnífico cristal e, em seguida, coloca-se diante dos inspiradores símbolos da presença criadora de Deus.

Assim, o Trono e Altar de Deus é o ponto de reunião para a fé, independentemente da crença de quem visita o local. Basta estar com o coração aberto e disposto a vivenciar a fraternidade sem barreiras.

A Sala Egípcia, uma das mais freqüentadas, também abriga a meditação e o recolhimento, com uma decoração inspirada na arte milenar, nos moldes do Egito antigo, em terceira dimensão. A galeria de arte, por sua vez, é um dos maiores centros culturais de Brasília, fazendo parte do seu acervo obra de artistas famosos, mostras itinerantes e exposições.

O Memorial Alzirô Zarur, outro espaço místico e mágico, igualmente estimula o encontro espiritual. Entre a ante-sala e a parte interior desse ambiente fica a Mandala, um painel feito em cristal, que, em sua face interior, simboliza o ecumenismo irrestrito e, na posterior, a busca pela elevação espiritual do ser humano. Também está disponível aos visitantes a hidroterapia, por meio da fonte de água energizada.

Em complemento a esse ideal de ecumenismo sem restrições, sem fronteiras, é que existe o ParlaMundi, o “fórum dos dois mundos”, que foi assim definido pelo seu idealizador e construtor Paiva Netto: “O ParlaMundi proclama a existência do mundo espiritual e seu permanente intercâmbio com a humanidade terrestre. Se não, por que as religiões pregariam a necessidade da prece? Rogar a quem, se a morte terminasse com tudo?!”

“Templo da Cura”, “Templo da Raça Universal”, “Templo da Paz”, “A Pirâmide dos Espíritos Luminosos”, o Templo da Boa Vontade vem recebendo manifestações carinhosas que tentam traduzir sempre algo mais diante de um monumento, que é ao mesmo tempo tão simples e tão profundo. Um espaço ou um ponto de encontro cheio de vida e de definições, iluminado e iluminando, parada obrigatória para quem trabalha pelo triunfo do amor, da verdade e da justiça. Sem dúvida, uma contribuição do Brasil à paz mundial, um marco de união entre os povos, um brado à consciência de todos, anunciando que Deus existe e é Amor. Conforme escreveu Paiva Netto: “Mais importante que erguer um templo material é erigir um templo do Deus Vivo nos corações humanos. Isso o faz a LBV, desde os seus primórdios. Necessário tornara-se, porém, surgir um símbolo de congregamento humano-espiritual, que há de guiar, no Terceiro Milênio, os homens no caminho da fraternidade”.

Situado no Setor das Grandes Áreas Sul, lotes 75 e 76, o Templo da Boa Vontade é um local de notável beleza e referência de peregrinação ecumênica. Milhões de pessoas vindas de várias partes do Brasil e do mundo fazem do lugar o mais procurado da cidade. Não é por acaso que ele se transformou, nesses 15 anos de existência, no monumento mais visitado de Brasília, segundo a Agência de Desenvolvimento do Turismo do Distrito Federal. A fama do TBV ultrapassou fronteiras, antes mesmo da inauguração. Turistas do mundo inteiro vêm à cidade especialmente para visitá-lo e conhecê-lo. O que será que atrai tanta gente, em um permanente ciclo de fascínio e envolvimento? Qual será o mistério de toda essa procura, de toda essa admiração, que vai passando e formando uma corrente de congraçamento humano e espiritual?

A resposta a essas perguntas está resumida no seguinte pensamento de Paiva Netto: "O Templo da Boa Vontade cumpre esta histórica função no mundo: abrigar solidariamente em seu seio as ovelhas de Deus, exaustas de separatismo, sequiosas do estabelecimento do Ecumenismo Irrestrito na Terra. É uma renovação total do espírito religioso, filosófico, político, científico, econômico, artístico, até mesmo desportivo no mundo, verdadeiro Renascimento espiritual".

Na verdade, fica quase impossível entender tudo isso sem ter visitado o Templo da LBV, ou Templo da Boa Vontade. É por isso que, com a finalidade de promover a confraternização e a Paz entre todas as raças e entre todos os campos do saber universal, fazendo com que o respeito à criatura humana seja a bandeira da harmonia e do entendimento, a LBV propôs que 21 de outubro fosse uma data dedicada mundialmente ao Ecumenismo. O preito foi oficializado, pela primeira vez, pelo Governo do Distrito Federal, por proposição do Deputado Distrital Rodrigo Rolleberg.

Hoje, ao completar o seu 15º ano de fundação, é difícil traduzir apenas com palavras o significado e a proposta do Templo da Boa Vontade. A mistura de sentimentos puros e fraternos, que fazem parte de cada canto, de cada ponto e de cada caminho dentro do Templo da Boa Vontade, representa muito mais do que se possa querer explicar. É preciso mesmo fazer parte dessa experiência para conseguir atingir a freqüência de Luz e de Espiritualidade que está inserida nesse Templo de Paz, de união e de esperança.

Apenas para exemplificar as impressões de algumas das milhares de pessoas que já conhecerem o Templo da Boa Vontade, cito, primeiramente, o ilustre Presidente desta Casa, o Senador José Sarney, que avaliou o Templo como "uma idéia generosa, um ambiente que a todos comove. Dá uma grande tranquilidade e nos faz pensar alto na Solidariedade Humana.

Aqui é um espaço em que misturamos o silêncio com toda as vozes e ruídos da Humanidade, pedindo que o Homem seja bom". Ele ainda comentou que "a Legião da Boa Vontade tem sido, em todo o País, uma expressão daquilo que devemos ter: o sentimento ecumênico".

Outro que prestigiou o Templo da Boa Vontade foi o Ministro Presidente do Tribunal de Contas da União, Valmir Campelo, que declarou: "Quero agradecer ao Paiva Netto pela oportunidade que nos dá de comparecer e olhar para este monumento da LBV (Templo da Boa Vontade e o Parlamento Mundial da Fraternidade Ecumênica), que representa não só para o nosso País, mas também para o Exterior, um monumento dirigido à Paz, porque aqui se respira a Paz. Quando adentramos este ambiente, fazemos uma reflexão sobre a Paz".

Cito também a cantora Rita Lee, que, em uma das suas visitas, em 1997, disse: "Sempre que estou em Brasília, venho para cá e fico choramingando para vocês abrirem um Templo em São Paulo, que é a minha terra e que precisa demais dele. Quando estou aqui, faço a minha meditação, depois passo pela Sala Egípcia e, desta vez, vi o ParlaMundi, essa maravilha que eu não conhecia. É uma beleza. (...) Você entra aqui no Templo da Boa Vontade e imagina que está em outro lugar. Eu sempre tive a impressão, desde pequenininha, que o futuro seria isto: essa união, esse ParlaMundi, o mundo inteiro com um só objetivo. É impossível ser feliz sozinho".

O Dr. Brian Weiss, médico norte-americano e autor do *best-seller* **Muitas Vidas, Muitos Mestres**, igualmente visitou o Templo e o descreveu: "A primeira coisa que senti neste lugar foi uma energia muito forte. (...) Eu posso sentir além da energia das pirâmides, das artes e da civilização egípcia, a energia de muitas e muitas pessoas que vêm aqui e que sentiram esta paz".

Finalizo os depoimentos com as palavras do ator norte-americano John Amos: "Os problemas que a sociedade enfrenta hoje no mundo inteiro são quase os mesmos. Se os líderes desses países pudessem vir aqui ver o que a LBV realiza, mudariam a realidade mundial. Quando fui ao Templo da Boa Vontade, em Brasília, senti uma espiritualidade poderosa; aqui, na LBV, vejo-a colocada em ação como algo material para essas crianças – que, por sinal, hoje também estão representadas nesta sessão – e talvez ainda mais forte pelos frutos que dá".

Eu gostaria de agradecer a presença de todos os presentes e reforçar a importância do Templo da Boa Vontade, nos contextos brasileiro e mundial, na busca de cada Ser Humano por sua própria natu-

reza e espiritualidade, a fim de que encontre o verdadeiro sentido da Vida e conquiste a Paz interior. Com isso, ajudará a construir uma sociedade mais solidária, justa e humana, enfim, um mundo melhor para todos.

Sr. Presidente, encerro aqui minhas palavras, pedindo que seja transcreto, como parte integrante do meu pronunciamento, um *folder* com os dados do

Templo da Boa Vontade e do Parlamento Mundial da Fraternidade Ecumênica.

Muito obrigado. (Palmas.)

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
ORADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do inciso I e § 2º do Regimento Interno.)

Templo da Boa Vontade e Parlamento Mundial da Fraternidade Ecumênica

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

mozarildo Cavalcanti

TEMPLO DA BOA VONTADE e PARLAMUNDI

Os Portais para o Terceiro Milênio,
onde religiosos e ateus podem confraternizar
e trabalhar em prol do Amor Universal.

O Povo ajuda, a LBV faz!

Conheça-os no SGAS 915 — Lotes 75 e 76 — Brasília/DF — Brasil
Templo da Boa Vontade, o monumento mais visitado da capital do Brasil, de acordo com a Setur,
Secretaria de Turismo do Distrito Federal.
Vá Você também conhecer a sua Paz!

TEMPLO DA BOA VONTADE

UMA VIAGEM AO TERCEIRO MILÊNIO

Em 21 de outubro de 1989, José de Paiva Netto, Presidente da Legião da Boa Vontade, inaugurou em Brasília, Brasil, o Templo da Boa Vontade (TBV), símbolo maior do Ecumenismo Irrestrito, preconizado e exemplificado pela LBV Mundial desde a sua origem. Um teto sob o qual não somente os Seres Humanos, mas também os Espirituais (porque a morte não existe: a Vida continua em outras dimensões) sintam-se em Paz e reconheçam que a Terra é nossa morada coletiva. Ele singulariza pioneiramente o ideal de promover o Ecumenismo sem restrições, tendo como supremo objetivo confraternizar Seres Terrestres e Celestes de todas as raças, filosofias, credos religiosos e também ateus e materialistas, pois para a LBV somos todos filhos do mesmo Pai, que é Deus, sinônimo de Amor.

O TBV foi idealizado e construído pelo Presidente da Legião da Boa Vontade, jornalista e radialista José de Paiva Netto. Ao inaugurar, em 1989, Paiva Netto

Paiva Netto, o idealizador e construtor do TBV e do ParlaMundi.

deu cumprimento a uma disposição estatutária datada das próprias origens da LBV, em sintonia com os ideais ecumênicos do Fundador da Instituição, Alzirô Zarur (1914-1979), ideais que ele acalentava, pioneiramente, desde 1926. Com o surgimento do TBV, portanto, a Humanidade contemplou o resultado do talento realizador das Mulheres e dos Homens de Boa Vontade: menos de quatro anos após fincadas suas estacas, viu-se finalmente concretizado um

ideal de mais de 60 anos. Como afirma Paiva Netto, "O Povo ajuda, a LBV faz!"

O TBV, que recebe peregrinos do mundo todo e que é hoje o monumento mais visitado de Brasília, segundo dados da Setur — Secretaria de Turismo do Distrito Federal —, consolida toda a proposta fraternista da LBV, fundamentada no Mandamento Novo

*Alzirô Zarur
(1914- 1979)*

de Jesus: *Amai-vos como Eu vos amei. Somente assim podereis ser conhecidos como meus discípulos. Ninguém tem maior Amor do que esse: dar a sua vida pelos seus amigos* (Evangelho do Cristo, segundo João, 13: 34 e 35 e 15:13), em prol de um Brasil melhor e uma Humanidade mais feliz.

Ponto de encontro de todos os que desejam trabalhar pelo triunfo do Amor, da Verdade e da Justiça, este Templo é, sem dúvida, uma contribuição do Brasil à Paz Mundial; um marco de união entre os povos; um brado à consciência de todos, anunciando que Deus existe e é Amor, como, pelas palavras de João Evangelista, ensina o Cristo de Deus.

Perguntado pela imprensa — no dia da inauguração — sobre qual seria o ritual do TBV, respondeu Paiva Netto: "O ritual do Templo da Boa Vontade é não ter rituais. O Povo criará, naturalmente, o seu

ritual." E de fato assim ocorreu. Por iniciativa do Povo, é já tradição tirar os sapatos e percorrer a enorme espiral desenhada em granito no chão da Nave do Templo.

Escreveu José de Paiva Netto:

"Mais importante que erguer um templo material é erigir o Templo do Deus Vivo nos corações humanos. Isto o faz a LBV desde os seus primórdios. Necessário tornara-se, porém, surgir um símbolo de congraçamento humano-espiritual, que há de guiar no Terceiro Milênio os homens no caminho da Fraternidade.

"O Templo da Boa Vontade é um marco dessa nova e revolucionária concepção de Amor ao Pai Universal. Por isso é que nele tudo (até as suas pedras) proclama que Deus é Espírito e como tal cumpre aos homens adorá-Lo.

"Corresponde a dizer que nos **bem próximos** tempos vindouros evoluirá a concepção restritiva de se adorar Deus apenas quando sob tetos materiais. Os templos, por mais que louváveis, não serão essenciais.

"Curiosamente, nessa era ideal, sua freqüência será a

mais gloriosa de todos os tempos da Humanidade, porque haverão os homens e os Espíritos compreendido ter Deus dentro de si mesmos. Ninguém mais se atreverá a freqüentá-los como quem vai a uma descartável obrigação social, a um piquenique, a um desfile de modas. Quadro que entristece os religiosos compenetrados de sua missão.

"O Templo da Boa Vontade cumpre esta histórica função no mundo: abrigar solidariamente em seu seio as ovelhas de Deus, exaustas de separatismo, sequiosas do estabelecimento do Ecumenismo Irrestrito na Terra. É uma renovação total do espírito religioso, filosófico, político, científico, econômico, artístico, até mesmo desportivo no mundo, verdadeiro **Renascimento** espiritual.

"Ao toque da Sétima Trombeta do Apocalipse de Jesus (10:7 e 11:15 a 17)*, ele inaugura o Reinado do Amor e da Verdade de Deus na Terra para todas as Criaturas Humanas e Espirituais, religiosas ou atéias."

* Apocalipse de Jesus, segundo João, 10:7 e 11:15 a 17: *Mas nos dias da voz do sétimo Anjo, quando ele estiver para tocar a trombeta, cumprir-se-á então o mistério de Deus, segundo Ele anunciou aos Seus servos, os profetas. (...) O sétimo Anjo tocou a trombeta, e se ouviram no céu grandes vozes, dizendo: O reino do mundo se tornou de nosso Deus e do Seu Cristo, e Ele reinará pelos séculos dos séculos.*

E os vinte e quatro anciãos que diante de Deus se encontram sentados nos seus tronos prostraram-se sobre os seus rostos e O adoraram, dizendo: Graças Te damos, Senhor Deus, Todo-Poderoso, que és e que eras, porque assumiste o Teu grande poder e passaste a reinar.

TBV — A Arquitetura a Serviço da Solidariedade Universal

Tudo no projeto do Templo da Boa Vontade, Sede Mundial da Religião do Terceiro Milênio, tem sua razão de ser, ligada à proposta irrestritamente ecumênica nele implícita. Cada aspecto da obra foi estudadometiculosamente por seus construtores.

O Templo do Ecumenismo Irrestrito*, como também é conhecido, é um ponto de encontro da Espiritualidade Superior, da Cultura, da Arte, da Ecologia e da Medicina Espiritual, harmonicamente dispostas para inspirar os mais nobres sentimentos. Suas medidas e proporções são ligadas ao número da perfeição, 7, e também ao número 1.

Ocupando uma área com mais de 2 mil metros quadrados, o TBV — pirâmide de 7 faces — tem 21

metros de altura e 28 de diâmetro, e em seu pináculo encontra-se um cristal puro, pesando aproximadamente 21 quilos, considerado o maior do mundo. A pedra, encontrada em meados de 1989 no município de Cristalina/GO e adquirida por Legionários da Boa Vontade que posteriormente a doaram à LBV, tem a função de purificar o ambiente.

O projeto inicial previa apenas a pirâmide heptagonal, mas, ao longo dos trabalhos, por determinação do jornalista e radialista Paiva Netto, sofreu várias ampliações, passando a ter mais de 3 mil metros quadrados. Ganhou anexos para a construção da Galeria de Arte, do Memorial Alzirio Zarur, da Sala do Silêncio (mais tarde transformada por Paiva Netto na

* Explicação de Paiva Netto: *Templo do Ecumenismo Irrestrito — Por que IRRESTRITO? Porque não foi erguido somente para a felicidade das criaturas terrenas, mas também para os **Seres Espirituais** que, se ainda são invisíveis aos nossos olhos materiais, contudo **EXISTEM**. Eles são, hoje, o que seremos amanhã: Espíritos. E quando voltarmos a ser Espíritos, após o fenômeno da morte, gostaremos de, da mesma forma, ser lembrados e respeitados. O Templo da Boa Vontade, ou Templo do Ecumenismo Irrestrito, é o grande marco do Tempo Final deste ciclo apocalíptico, quando a Legião da Boa Vontade, vencendo preconceitos e tabus, corajosamente realiza a **REVOLUÇÃO MUNDIAL DOS ESPÍRITOS**, conforme foi anunciado por Alzirio Zarur (1914-1979) em 1953, pregando sua existência real e demonstrando a atividade permanente dos Seres Espirituais. Ensinou Jesus que "Deus não é Deus de mortos, mas de vivos; como não acreditais nisto, errais muito". Numa transição de milênio, já é hora de a Humanidade deixar de errar tanto, de forma a definitivamente acertar seu passo, porque, esclarecida acerca de sua verdadeira origem, que é **ESPIRITUAL**, poderá construir um mundo melhor e mais feliz. Como advertiu Zarur, "não há morte em nenhum ponto do Universo". Maiores esclarecimentos sobre o assunto em "A Abrangência do Templo da Boa Vontade", no 2º volume das "Diretrizes Espiritualistas da Religião de Deus" e no 3º volume de "O Brasil e o Apocalipse". Pedidos pelo telefone 0800-175777.*

Sala Egípcia), Salão Nobre, Fonte, jardins subterrâneos, elevador e rampas para facilitar o acesso de deficientes físicos e idosos aos diversos níveis do complexo.

A contribuição que esses elementos trouxeram foi para RR. Roberto, engenheiro-arquiteto responsável pelo projeto e construção da obra, "muito importante, porque, com essa introdução, Paiva Netto mudou a face dos templos de Brasília e até do Brasil. O TBV se transformou num complexo cultural, artístico, religioso, sem perder a sua principal função, que é ser um espaço destinado à meditação e ao recolhimento. O surpreendente é que as proposições do Presidente da Legião da Boa Vontade pareciam estar intrínsecas no projeto, porque não se passavam 24 horas para encontrarmos as soluções. As inclusões não foram deteriorando ou deformando o projeto. Tudo se foi completando".

Como Brasília é uma cidade de linhas modernas, o engenheiro considera que a concepção estética do TBV — que já foi oficialmente classificado pela Setur (Secretaria de Turismo) como "Monumento Arquitetônico" e "Templo Ecumênico" — complementa os elementos arquitetônicos da capital do Brasil, constituindo-se numa obra de grande valor para a moderna arquitetura. Tem sido consenso dos formadores de opinião de Brasília, a exemplo da jornalista Marlene Galeazzi, que o TBV é um orgulho para os brasilienses, pois projeta internacionalmente a nossa capital.

A seguir, você conhecerá alguns aspectos do Templo que muito antes de sua inauguração já atraíam a atenção de pessoas vindas dos quatro cantos da Terra.

Piso Espiral da Nave

Quem entra pelo túnel de acesso ao Templo pode observar que o piso da nave foi construído em granito, com desenho em espiral. A cor escura gira em sentido anti-horário, representando a jornada difícil do Homem na busca de um ponto de equilíbrio. No centro da pirâmide, exatamente sob o cristal, uma placa redonda de bronze simboliza a descoberta da Luz e o início de uma nova jornada, agora na espiral clara, em sentido horário: uma trilha iluminada pelos valores

morais e espirituais adquiridos pelo esforço próprio do Ser Humano, terminando no Trono e Altar de Deus, de quem recebe as Bênçãos.

Trono e Altar de Deus

Envolto numa atmosfera de Amor como símbolo vivo do Ecumenismo Irrestrito que o caracteriza, o Templo da Boa Vontade possui em seu interior uma representação artística do Trono e do Altar de Deus.

É ponto referencial para a Fé das criaturas que visitam o local, sejam quais forem suas crenças. Todos somos filhos de um mesmo Pai Amantíssimo, que deseja estabelecer Seu Trono real em cada coração disposto a vivenciar a Fraternidade sem fronteiras.

O Trono e Altar de Deus — trabalho artístico feito para o TBV pelo saudoso escultor italiano

Roberto Moriconi — estão posicionados no sentido Leste-Oeste, simbolizando a união entre o misticismo do Oriente e o pragmatismo do Ocidente.*

Na obra, vemos a inscrição de uma frase do livro "Reflexões e Pensamentos — Dialética da Boa Vontade", de autoria do Diretor-Presidente da LBV, José de Paiva

Netto, sugerida pelo escultor para ali figurar: "Todo dia é dia de renovar o nosso destino."

Pedra de Cristal Puro

A pirâmide heptagonal tem no seu topo aquela que

* — A união entre o misticismo do Oriente e o pragmatismo do Ocidente — Leia a palavra de Paiva Netto em "A Política de Deus neste Final de Ciclo", no 1º volume de "O Brasil e o Apocalipse". Pedidos pelo telefone 0800-175777.

é considerada a maior pedra de cristal puro do mundo, doadas por Legionários ao Templo da Boa Vontade. O cristal simboliza no Ecumenismo Irrestrito a presença unificadora de Deus: segundo os estudiosos, purifica o ambiente ao catalisar energias que incidem sobre os que adentram o local.

A Fonte

A água que passa pelo interior do solo da pirâmide (bem como sob a pedra de cristal puro) jorra na Fonte montada pelo especialista japonês Shoichi-Hisano.

Salão Nobre

O Salão Nobre “para receber o Povo com nobreza”, como o define Paiva Netto, é dotado de instalações amplas, destinado a receber visitantes de todo o mundo. Nele encontram-se três esculturas do Faraó

Ramsés II, que integram a decoração da Sala Egípcia. Em seu piso vemos desenhos geométricos em granito verde-escuro e cinza. Um dos jardins internos, feito por Hirlinda Miranda, torna ainda mais agradável o ambiente. As flores coloridas são uma exigência do Presidente da LBV para fazer bem aos olhos e às almas dos peregrinos do mundo todo.

Sagrada Pira da Fraternidade Ecumênica

Ao lado da entrada do Templo da Boa Vontade observa-se a Sagrada Pira da Fraternidade Ecumênica, cuja chama representa a Solidariedade Universal que jamais se apagará nos corações dos Homens e

Mulheres, Jovens e Crianças da Boa Vontade de Deus em todo o mundo. Inaugurada em 9 de abril de 1993, marcou o princípio da construção do Parlamento Ecumênico da LBV, cujas escavações tiveram início em 29/1/1993, 26º aniversário do programa radiofônico JESUS ESTÁ CHAMANDO, criado pelo saudoso Alziro Zarur, para anunciar o Fim dos Tempos e a abertura do Terceiro Milênio (Era de Aquário).

Vitrina das Condecorações

No túnel de acesso entre o Salão Nobre e a Galeria de Arte encontra-se uma vitrina com exposição permanente das condecorações — destacando-se medalhas, placas e troféus — recebidas por José de Paiva Netto, por seus relevantes serviços prestados à comunidade brasileira e internacional, à frente da Instituição. Em destaque, as vestes sacerdotais entregues em 1991 pelo casal de Monges Budistas Yvonne e Ricardo Gonçalves. Essa vestimenta búdica é concedida somente àqueles cuja missão na Terra é considerada sagrada.

Estande de Cristais

Próximo à Fonte do Templo da Boa Vontade encontra-se o Estande de Cristais, local onde os peregrinos podem adquirir lembranças do TBV. Toda a renda é destinada à manutenção da Obra, mantida apenas por doações espontâneas do Povo.

Sala Egípcia

Em 1995, a já freqüentadíssima Sala do Silêncio foi transformada por Paiva Netto na Sala Egípcia, o que adicionou mística e arte milenar ao ambiente de meditação que se encontra no coração da terra, no segundo subsolo do Templo da Boa Vontade. Com uma impressionante decoração nos moldes do Egito Antigo, em terceira dimensão, a Sala Egípcia tem àmbiência ideal destinada ao restabelecimento das forças vitais do Ser, no encontro espiritual com o Pai Eterno, pois assim como o corpo precisa de pão, o Espírito necessita do alimento imponderável — o Amor de Deus. Trata-se de um Portal-interdimensões, e quem nele adentra sente-se imerso num astral mais leve e elevado. As pinturas e esculturas são do artista Marcel Oehlmeier. Diz Paiva Netto, o construtor do Templo da Boa Vontade: “Se Você não pode ir ao Egito, o TBV traz o Egito até Você.”

Memorial Alzirô Zarur

Trata-se de espaço dedicado à memória do saudoso Fundador da Legião da Boa Vontade, Alzirô Zarur, localizado no segundo subsolo do complexo arquitetônico. Homenagem àquele que pela primeira vez sonhou com um Templo totalmente ecumênico e cujo Espírito Eterno está mais vivo do que nunca, trabalhando “pela regeneração da Raça Humana”, conforme ele mesmo registrou no seu poema “A Escolha Urgente”.

A parede de fundo do Memorial é decorada pelo belíssimo painel “A Conquista”, do renomado pintor Sátyro Marques, que mostra a vitória do Cavaleiro do cavalo branco do Apocalipse de Jesus (o próprio Cristo) sobre toda a miséria humana e espiritual.

Galeria de Arte

Com seus 570 m², é um dos maiores centros culturais de Brasília. Seu acervo conta com obras de autores famosos, além de exposições e mostras itinerantes, a exemplo da exposição “Os Sete Samurais da Arte Brasileira”, que reuniu obras

dos seguintes artistas: Manabu Mabe, Tikashi Fukushima, Kasuo Wakabayashi, Yutaka Toyota, Kenji Fukuda, Takashi Fukushima e Hugo Mabe. O local dispõe ainda de um ateliê para a confecção de trabalhos. É um espaço aberto ao talento de artistas plásticos do Brasil e do mundo. Os jardins internos dão ainda mais beleza à ambição do Templo da Boa Vontade, onde o progresso material e espiritual caminham juntos, aliados à Natureza.

Mandala

A saudosa artista plástica alemã Ula Haensell deixou como legado para o Templo da Boa Vontade um majestoso painel em cristal com interferência no mármore, em dois planos. Localizada na parede divisória entre a ante-sala e a parte interior do Memorial Alzirô Zarur, a Mandala é uma representação, em sua face anterior, do símbolo do Ecumenismo Irrestrito, proposto pela Legião da Boa Vontade (círculo em que todos os campos de atividade humana encontram-se em Deus, passando pela Boa Vontade) e, na parte posterior, da busca da elevação espiritual do Ser Humano, em seu vôo da Terra para o Céu.

O Parlamento Mundial da Fraternidade Ecumênica – o ParlaMundi

O Parlamento Mundial da Fraternidade Ecumênica, o ParlaMundi da LBV, inaugurado em 25 de Dezembro de 1994, faz parte do conjunto arquitetônico do Templo da Boa Vontade, em Brasília/DF, Brasil, e mantém, como o TBV, suas portas abertas a todos os Seres Humanos e Espirituais.

O ParlaMundi da LBV é um Fórum de conferências e encontros totalmente novo e revolucionário. Uma idéia original que traz imensas transformações e benefícios incalculáveis à Humanidade. No dizer de Paiva Netto, seu idealizador e construtor, “o ParlaMundi proclama a existência do Mundo Espiritual e seu permanente intercâmbio com a Humanidade Terrestre. Senão, por que as religiões pregariam a necessidade da prece? Rogar a quem, se a morte terminasse com tudo?...”

“No momento histórico em que a Ciência terrena começa a vislumbrar a realidade de outras dimensões e o vazio que constitui a matéria, destruindo as bases do materialismo, urge pensar as consequências morais da descoberta, também nos laboratórios, de que a morte não existe. É preciso derrubar esse grande equívoco da Humanidade, porque a Vida é eterna e totalmente dinâmica em todos os planos onde se manifesta.

Nesse Parlamento, cizânia, radicalismos, hostilidades de todos os matizes devem permanecer afastados dos debates e das proposições religiosas, filosóficas, políticas, científicas, econômicas, artísticas, esportivas, o que mais o seja, pois o Homem nasce na Terra para viver em sociedade, Sociedade Solidária.

“A proposição do Parlamento Mundial da Fraternidade Ecumênica visa também conciliar o conhecimento vigente no mundo físico com o saber infinitamente amplo, situado na dimensão do Espírito Imortal, numa poderosa força a serviço dos povos.”

A missão principal do ParlaMundi da LBV

O ParlaMundi da LBV foi edificado para servir de Fórum irrestritamente ecumônico para o entendimento definitivo entre os povos da Terra, tratando de todas as questões fundamentais da Vida, sejam de ordem social, humana ou espiritual, como por exemplo a ecologia, a educação mundial, a alimentação dos povos e tudo quanto interesse às nobres finalidades do Parlamento Ecumônico, e o fará com a indispensável contribuição da Humanidade Espiritual, aquela que está viva em outras dimensões, por enquanto invisíveis aos olhos humanos. Promoverá, assim, a União das Duas Humanidades: a de baixo (da Terra) à de Cima (do Céu da Terra). Tal fusão dos dois mundos foi prevista e anunciada pioneiramente pelo saudoso Fundador da LBV, Alzirô Zarur (1914-1979), que a chamou de Revolução Mundial dos Espíritos.

O Parlamento Ecumônico é espaço aberto a importantes conferências sobre assuntos de interesse humanitário e espiritual.

Na foto, o Presidente da LBV com alguns dos membros pioneiros do Conselho de Honra para a construção do Parlamento Mundial da Fraternidade Ecumênica. Religiosos, ateus, cientistas, políticos, filósofos, intelectuais e o povo, unidos para a concretização deste grande ideal.

Nele, antes de mais nada, somos todos Seres Humanos Irmãos, constituindo a Raça Universal dos Filhos de Deus, na definição de Paiva Netto. Todos deverão saber respeitar-se mutuamente, dentro da multiplicidade de manifestações religiosas ou não, porque o respeito é a premissa para o verdadeiro entendimento entre os Seres Humanos e Espirituais.

Poderão fazer parte dos eventos do ParlaMundi representantes de todo e qualquer tipo de movimento ou organização realmente engajados, em qualquer parte do Planeta, na luta pela valorização da Vida Humana e Espiritual, dispostos a utilizar a Fraternidade como instrumento de conquistas para a evolução das gentes.

Cabe ao ParlaMundi da Legião da Boa Vontade incentivar e mobilizar a união de esforços para a concretização de um Brasil melhor e de uma Humanidade mais feliz. Tem, ainda, por finalidade, a difusão da sua idéia básica para fortalecê-la no âmago da consciência mundial: a união de todos pelo Bem de todos, porquanto vivemos todos numa moradia única, o Planeta Terra, cujos avanços de sua Humanidade vêm exigindo uma providência urgente: ou integra ou desintegra.

Por que na LBV?

Desde sua origem, o Fundador da Legião da Boa Vontade, Alzirô Zarur (1914-1979), preconizava a existência de um Campo Neutro, irrestritamente ecumônico, no qual todas as criaturas, religiosas e atéias, pudessem confraternizar. Em quase meio século de existência, a LBV não se desviou um milímetro deste princípio. Nada mais justo do que o erguimento, por ela, do Parlamento Mundial da Fraternidade Ecumênica associado a um Templo, também erguido pelos homens e mulheres de Boa Vontade, onde, há tantos anos, pessoas dos mais diversos pensamentos têm encontrado um local que também é seu.

São convidados a formar fileiras nos ideais do ParlaMundi da LBV aqueles que alcançaram, em sua trajetória, o reconhecimento dos cidadãos na expressão da consciência mundial e na formação de um perfil definido pelo princípio da Fraternidade sem fronteiras. Ele reunirá as instituições sem despersonalizá-las, permitindo que cada uma mantenha suas características peculiares, **harmonizadas naquilo que as identifica e aproxima**. À beira do Terceiro Milênio, a Humanidade ainda carece de humanidade.

Quem fez o Templo e o Parlamento

O Movimento Unificado das Mulheres e dos Homens de Boa Vontade, sob a coordenação de Lucí de Paiva, lançou o mutirão internacional para a construção do prédio do Parlamento Mundial da Fraternidade

Ecumênica e recebeu apoio pleno dos povos. Os Legionários da Boa Vontade, grandes incentivadores da edificação do Templo da Boa Vontade, o Templo do Ecumenismo Irrestrito, em Brasília, convidam para conhecer suas propostas todas as pessoas que desejam erguer um Mundo melhor.

Ínicio das escavações do ParlaMundi, pelo Movimento Unificado da Boa Vontade, tendo à frente a Legionária Lucí de Paiva.

Vista parcial do prédio do Parlamento Mundial da Fraternidade Ecumênica, o ParlaMundi da LBV. No destaque, o casal Lucí Andréa e Paiva Netto, em frente do Templo da Boa Vontade.

CONHEÇA AGORA ALGUMAS DEPENDÊNCIAS DO FÓRUM DO TERCEIRO MILÊNIO, O PARLA MUNDI, QUE TAMBÉM PODE SER LOCADO PARA A REALIZAÇÃO DO SEU EVENTO.

Plenário

José de Paiva Netto

Com capacidade para meio milhar de pessoas sentadas, vista panorâmica da cidade de Brasília, oito cabines de tradução simultânea, salas para imprensa e os mais modernos recursos para a apresentação de conferências.

Auditório Austregésilo de Athayde

Com 200 lugares e os mesmos recursos do Plenário, leva este nome como homenagem ao 1º Presidente do Conselho de Honra para a construção do ParlaMundi da LBV, o saudoso Austregésilo de Athayde, que também foi Presidente da Academia Brasileira de Letras e o único brasileiro a participar da elaboração da Declaração Universal dos Direitos Humanos, na Organização das Nações Unidas, ONU.

O serviço de eventos do ParlaMundi da LBV também oferece como opção um terceiro ambiente, o Auditório Tom Jobim, com capacidade de 100 lugares, e ainda serviço de bufê, equipamentos audiovisuais e amplo estacionamento. Informações pelo tel.: (061) 245-1070.

Ala dos Estudantes

Espaço inovador e revolucionário dedicado aos estudantes que encontram ambiente silencioso e reservado.

Ao fundo uma belíssima cachoeira artificial (no destaque), que tem por finalidade garantir no ambiente um bom nível de umidade do ar, que na capital brasileira é normalmente muito baixo.

Ao lado da Ala dos Estudantes você encontra um restaurante e uma lanchonete para atender os visitantes, peregrinos, conferencistas e freqüentadores do Templo da Boa Vontade e do ParlaMundi da LBV.

Internet para todos

Num país como o Brasil, onde a educação ainda enfrenta muitos problemas, a Legião da Boa Vontade oferece ao público de todas as classes sociais tecnologia de primeiro mundo. Trata-se do programa "Internet para Todos", efetivado na Ala dos Estudantes.

Com uma freqüência de 12.000 jovens por mês, a Ala dos Estudantes tem sido o ponto de encontro dos que estão sempre em busca de novos conhecimentos e, agora com este novo serviço, permite aos visitantes ampliar ainda mais o campo de estudo, pois poderão buscar informações em bancos de dados de universidades e instituições do Brasil e Exterior.

O projeto de Paiva Netto transcende todas as expectativas. Hoje, o Complexo Ecumênico da LBV tornou-se, além do local mais visitado de Brasília, um dos centros místicos mais visitados do País, segundo a imprensa brasiliense, um verdadeiro Centro Educacional e Cultural.

Jovens acessam a Internet na Ala dos Estudantes. Educação e Cultura, com a Espiritualidade!

Salão Nobre

Belíssimo espaço cultural, destinado à realização de coquetéis, lançamentos literários, exposições e recepções em geral.

O Parlamento Mundial da Fraternidade Ecumênica, nestes 5 pavimentos de mais de 6.000 m² de área construída, dispõe ainda de Ateliê de Arte, jardins internos, hall social e ala administrativa. Quem tem a oportunidade de visitá-lo e conhecer todos os seus andares sente que se trata de uma obra feita com muito Amor e que sua existência é justificada pela melhoria da qualidade de vida de toda a Humanidade. Sejam bem-vindos!

Religião do Amor Universal

Alzirô Zarur (1914 - 1991)

“A Religião do Terceiro Milénio, a Religião de Deus, do Cristo e do Espírito Santo, e mais que toda a Religião; é toda a Ciência, e toda a Filosofia, é toda a Política e toda a Moral, todo o progresso humano, unido ao progresso de todos os mundos, de todas as Humanidades Siderais — o Amor Universal na apoteose ao Criador Onipotente,

Onisciente e Onipresente, o nosso Deus, e nosso Pai!”

• Palavras contidas no belo painel inaugurado em 23/10/1993 por José de Paiva Netto, Diretor-Presidente da Legião da Boa Vontade, que eterniza no mármore este pensamento básico do Ideal da Boa Vontade, que foi trazido à Terra pelo sádoso Fundador da LBV Mundial, Alzirô Zarur.

2000 anos de Cristianismo, 500 anos do descobrimento do Brasil, 50 anos da LBV. (1/1/2000) Aguarde!



LEGIÃO DA BOA VONTADE SEDE MUNDIAL

Rua Sérgio Tomás, 740 — Bom Retiro — CEP 01131-010 — São Paulo/SP — Brasil
Tel.: (011) 250-4500 — Fax (011) 221-3447 — Internet: www.lbv.org

Templo da Boa Vontade e Parlamento Mundial da Fraternidade Ecumênica
SGAS 915, Lotes 75/76 — Brasília/DF — CEP 70390-150 — Tel.: (061) 245-1070

Presidente da Legião da Boa Vontade: Arlindo Ribeiro
Presidente da LBV: Moacir Góes
Presidente da LBV Mundial: Alzirô Zarur

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)
– V. Ex^a será atendido na forma regimental.

Nesta solenidade, registramos também com alegria a presença do ilustríssimo Sr. José Eduardo de Paiva, filho do Presidente da LBV, José de Paiva Netto.

Passamos a palavra, de imediato, a um dos Vice-Presidentes desta Casa, o nobre Senador Eduardo Siqueira Campos.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente desta Casa, nobre Senador Paulo Paim, prezado Senador Mozarildo Cavalcanti, autor do requerimento desta bela homenagem, jovem Pedro de Paiva Netto, que integra a Mesa e representa tão bem o seu pai e a instituição. Eu gostaria de saudar ainda José Eduardo de Paiva e, ao fazê-lo, saudar todos os integrantes, coordenadores e participantes deste orgulho brasileiro que é a LBV. (Palmas.)

Nobre companheiro Paulo Paim, quando nos cabe o exercício da Presidência desta Casa, costumo destacar sempre a presença daqueles que estão em nossas galerias, nas tribunas de honra, a presença dos Senadores que acompanham as sessões, os telespectadores que nos ouvem, porque acredito muito que o homem é, na verdade, aquilo que diz. A força da palavra demonstra a intenção e aquilo que está no nosso interior.

Quero dizer a V. Ex^a, Sr. Presidente Paulo Paim, e a todos os integrantes da LBV e àqueles que nos assistem no País inteiro que, quando criança, desde muito cedo ganhei um apelido em minha casa: o Sr. Repórter Esso. Isso porque eu vivia atrás de um rádio para ouvir alguma coisa. E Deus, Senador Paulo Paim, quando colocou sobre a face da terra os homens e as mulheres, teve o cuidado de não permitir que viessem

com a mesma digital ou com a mesma caligrafia, para dar a cada um deles uma missão e um destino.

Um pedido primeiro que está aqui nas páginas da LBV: "Amai-vos uns aos outros como eu vos amei". Essa frase expressa bem a missão e o destino de cada um daqueles que integram a LBV, daquilo que processam no seu dia-a-dia, no exercício da solidariedade, tão necessária no nosso País. (Palmas.)

Sr. Presidente, eu gostaria de abrir aspas para algumas palavras de José de Paiva Netto:

Jesus, a mais completa expressão de amor de todos os tempos da humanidade, é o maior religioso, é o maior legislador, é o maior jurista, é o maior político, o maior economista, o maior sociólogo, o maior filósofo, como também o maior cientista, o maior ecólogo, o maior desportista, o maior sexólogo, e assim por diante. Para que as soluções de todos os problemas humanos, dos mais simples aos mais complexos, sejam encontradas é preciso ter amor no coração. Esse é o sentimento sagrado que move a Legião da Boa Vontade.

Eu dizia, relembrando a minha infância, Senadores Paulo Paim e Mozarildo Cavalcanti, que desde muito cedo dei atenção e me senti atraído pelas notícias, porque, afinal de contas, naquele tempo – permitam-me dizer que já não sou tão jovem assim com os meus 45 anos e tendo uma filha de 23 anos, que cursa o 3º ano de Medicina –, recordo-me que a televisão, com suas válvulas tão misteriosas para nós, crianças, era algo que só se ligava aos domingos, com pouca programação. O rádio era a nossa companhia diária, e eu ouvia muito Alzirio Zarur. Coisa interessante: não apenas pelo nome único, recordo-me de suas pregações.

Fiquei feliz ao acompanhar meu pai durante toda sua trajetória, que nos levou do interior de São Paulo ao norte de Goiás, hoje Tocantins. Ao vir para Brasília assim que ele se elegeu Deputado Federal pela primeira vez, em 1970, pude acompanhar a criação do Templo da Boa Vontade e conhecer as ações da Legião da Boa Vontade.

Fico feliz, meu jovem Pedro, que vocês tenham trazido a expressão máxima daqueles que dirigem, mas também daqueles que recebem toda essa boa vontade, que são as crianças. É uma emoção! (Palmas.)

Que a pureza dessas crianças, que a infância que sempre é repleta de tanta esperança, fique por este plenário por muito tempo, que esteja sempre presente aqui.

Eu, de forma muito simples, quero deixar registradas as minhas palavras de reconhecimento.

Dias atrás, acompanhando minha filha, pude dar um depoimento ao também médico Senador Mozarildo Cavalcanti, ao também integrante da Região Norte

deste tão sofrido País, tão grande, tão rico e, ao mesmo tempo, tão carente, de que a minha filha, ao abraçar o curso de Medicina, permitiu-me devolver-lhe a provocação que me fez quando me candidatei a Deputado Federal pela primeira vez, tendo tido a honra de ser companheiro de Câmara dos Deputados do eminentíssimo Presidente Paulo Paim. Ela me disse: "Estou perdendo meu pai para a vida pública, pois quase já não o encontro". Dias atrás, eu lhe disse: "Estou perdendo minha filha para a Medicina, porque quase já não a vejo". Ela passa os finais de semana, praticamente os dias inteiros, estudando.

Num desses finais de semana, Senador Paulo Octávio, a minha filha me disse: "Meu pai, estou precisando ir à biblioteca do Senado, mas hoje é sábado". E eu disse a ela: "Minha filha, você tem razão. Lamentavelmente, a biblioteca está fechada". E V. Exª tem idéia, Senador Paulo Octávio, de onde ela foi parar? No Templo da Boa Vontade, porque lá existem salas de estudo, com Internet gratuita, à disposição da juventude. (Palmas.) E fui deixar a minha filha no Templo da Boa Vontade. Como é bom deixar um filho em algum lugar de tanta riqueza espiritual!

Portanto, não há brasileiro que não tenha um exemplo, uma passagem, ou, no mínimo, o grande reconhecimento do trabalho inspirado por esse movimento fundado por Alzirio Zarur, que tem sido levado à frente com espírito de solidariedade, com coragem, abnegação e dedicação tão grandes por José de Paiva Netto – quando digo isso, refiro-me a todos os responsáveis pela Legião da Boa Vontade. (Palmas.)

Tive a oportunidade, desde a minha infância até os dias atuais, como Senador da República e com a responsabilidade que temos no nosso dia-a-dia, de constatar que é realmente muito importante que venha da nossa sociedade a organização do dito terceiro setor, para que a população não fique apenas à mercê das políticas e ações governamentais. Como todo poder nasce do povo e em seu nome deve ser exercido, a sociedade deve-se organizar.

O importante trabalho realizado pelo Senador Mozarildo Cavalcanti identificou, se não me falham a memória e o conhecimento dos dados, mais de 200 mil ONGs em funcionamento no Brasil. Eu diria que muitas delas devem estar prestando um bom serviço; de muitas delas não se têm notícias nem do local de funcionamento, mas não há quem não conheça a Legião da Boa Vontade; não há quem não reconheça, dentro desse espírito das palavras "amai-vos uns aos outros assim como vos amei", a importância de que está implícito nesse amor não cruzar os braços, não fechar o vidro quando nele batem as mãos daqueles que, na primeira infância, já estão na rua para pedir

alguma coisa – às vezes, apenas um sorriso, um abraço, a nossa atenção.

Senador Mozarildo Cavalcanti, o Jornal Nacional de ontem apresentou extensa matéria sobre a boa vontade que está movendo desde grandes centros de hortifrutigranjeiros, das centrais de distribuição, até pequenas mercearias em que os próprios consumidores vão separando aqueles produtos que não estão com a melhor aparência, mas que têm a integridade do seu valor nutricional. As mãos dos consumidores são sucedidas pelas mãos daqueles que consomem e necessitam externar e praticar a boa vontade. Essas mãos, que não vão comprar, recolhem alimentos em perfeitas condições de consumo para levar a algum local onde será preparado algo semelhante à sopa do Zarur, que marcou a minha infância juntamente com suas palavras. Dizia a reportagem do Jornal Nacional que milhares de brasileiros passam o dia com uma única refeição, que chega pelas mãos de quem tem boa vontade.

Portanto, Senador Mozarildo Cavalcanti, dentre todas as ações de V. Ex^a nesta Casa, na sua atuação como médico ou como Senador que representa um Estado integrante da nossa Amazônia, na sua presença diária na tribuna, quero crer que esta homenagem, muito mais do que uma simples sessão de homenagem que prestamos, com grande justiça e mérito para aqueles que assinam o requerimento, como V. Ex^a, pode-nos deixar algo mais.

É sempre tempo de renovarmos a nossa fé e a nossa esperança. Devemos ter muita responsabilidade com nossas palavras, pois há tantos que nos ouvem e seguem, aqueles que nos constituíram como seus legítimos representantes para sermos portadores e agentes transmissores da boa vontade, do amor ao próximo, da nossa fé.

O nosso Estado do Tocantins é muito jovem. No dia 05 de outubro, completamos 16 anos de sua criação pela Assembléia Nacional Constituinte. Eu não deixaria jamais uma reclamação ou reivindicação aqui, mas estou esperançoso de ver chegar a Palmas, Tocantins, uma unidade da Legião da Boa Vontade. (Palmas.) E quem sabe, tendo em vista à juventude de Pedro, José Eduardo e de todo ser humano que se dedica ao amor ao próximo e à caridade, eu não venha, senão daqui a 15 ou 20 anos – não sei quanto tempo –, ver inaugurado, lá também, um Templo. Antes da construção do Templo, pretendo ver acontecer no meu Estado, na minha jovem capital, essa ação solidária tão importante para a formação de uma Nação mais rica, sobretudo do ponto de vista interior: a fé, os valores e, principalmente, a solidariedade, pela qual todos somos responsáveis.

Deixo aqui minha homenagem – tenho a certeza de que a faço em nome de toda a representação do Estado do Tocantins nesta Casa e na Câmara dos Deputados e de toda a população do meu Estado – a Alzirô Zarur, a José de Paiva Netto e a todos que trabalham e que se dedicam e aos que recebem essa ação solidária, principalmente as crianças. Há, aqui, um pequeno grupo, dentre as milhares delas espalhadas por todo o Território Nacional, que recebem diariamente a atenção da LBV.

Senador Paulo Paim, fico muito orgulhoso por poder participar dessa homenagem. Fico muito honrado, Senador Mozarildo Cavalcanti, por saber que nesta Casa, dentro de sua diversidade, que tem a missão de representar o povo brasileiro, existem aqueles que se encarregam de não deixar faltar ao todo essa parte importante. O requerimento de V. Ex^a é digno do aplauso de toda a Casa e de toda a Nação brasileira.

Portanto, recebam minhas homenagens, meus caros integrantes da LBV, que aqui estão sentados nos lugares de pessoas que já governaram o Brasil – temos Senadores que já passaram pela Presidência da República, que já foram Ministros, que já foram Governadores, Prefeitos, como eu, Deputados Federais –, porque tenho a certeza de que a mais importante de todas as experiências repousa em cada um dos senhores, sentados nas nossas cadeiras, hoje, nas cadeiras do povo brasileiro: é a experiência de emprestar um pouco daquilo que Deus nos deu – a bênção da vida para auxiliar o próximo.

Parabéns a todos vocês. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Eu gostaria de registrar a presença, nesta sessão de homenagem, da norte-americana Dr^a Diane Williams, representante da LBV nas Nações Unidas. (Palmas.)

Passamos a palavra, neste momento, ao nobre Senador Paulo Octávio.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, quero cumprimentar o Presidente desta sessão, Senador Paulo Paim; o Senador Mozarildo Cavalcanti, autor do requerimento desta homenagem, grande representante no Senado Federal. Quero dar um abraço forte no Pedro de Paiva, filho do nosso Presidente José de Paiva Netto, que nos honra com sua presença compondo a Mesa, bem como o José Eduardo de Paiva, aqui presente. Quero homenagear todos os funcionários, todas as pessoas da LBV de Brasília na pessoa do Enaildo Viana, pessoa que sempre encontro lá – sou um freqüentador contumaz do nosso Templo da Boa Vontade, porque são tantas as cerimônias, tantos os encontros, tantas formaturas em que o Templo cede o seu espaço, ho-

menageando Brasília, que realmente, Senador Mozarildo Cavalcanti, a homenagem de hoje é a um equipamento que também pelos 15 anos tanto tem feito pela nossa cidade.

O Sr. Enaildo Viana, que acompanha diariamente, sabe o que a LBV representa para a nossa cidade. Parece que foi ontem, lembro-me exatamente quando Dr. Paiva Netto contratou um arquiteto, que é meu amigo, o RR. Roberto, para fazer o projeto desta grande instituição brasileira. Portanto, são 15 anos. Fui à inauguração. Talvez o Senador Eduardo Siqueira Campos não tenha tido o privilégio que eu tive de estar lá na inauguração – parece-me que foi ontem – mas já se passaram 15 anos. O tempo voa... Passados 15 anos de inaugurado, o Templo da Legião da Boa Vontade, Senador Mozarildo Cavalcanti, hoje motivo maior desta sessão solene no Senado Federal, quero dar o meu testemunho, vem dando uma enorme contribuição a Brasília – e não só a Brasília, mas ao Brasil e, aos brasileiros; não só ao Brasil e aos brasileiros, mas às pessoas de todo o mundo que vêm visitar a LBV. (Palmas.)

O Senador Paulo Paim citou há pouco o nome da representante da LBV na ONU, que está aqui presente. Isso mostra que todos os dias temos estrangeiros visitando a LBV. É uma referência para o Brasil.

Quero dizer que esta oportuna e justa homenagem à Legião da Boa Vontade se deve, principalmente, ao papel da instituição em nosso País como prestadora de serviços sociais e orientadora espiritual, cujo trabalho proporciona amparo a inúmeras crianças e adolescentes carentes do País em áreas de educação e promoção humana e social.

Quero homenagear as crianças de Brasília.

Há pouco conversava com nosso Pedro de Paiva – e ele ficou em dúvida quanto ao número de crianças atendidas em Brasília, se 300 ou 286 crianças. Conheço as creches da LBV em Brasília. As crianças estão aqui. Não sei se são 286... O Sr. Enaildo Viana informa que são 300 crianças. É extraordinário! E isso em Brasília. É por isso que o Senador Eduardo Siqueira Campos quer também a LBV no Tocantins. Entendo que todos os Senadores, hoje, inclusive aqueles que não estão presentes, certamente quererão reivindicar a presença da LBV em seus Estados. Conheço o tratamento das crianças de Brasília. São 300 – o Enaildo deu-nos o número correto. Essas crianças estão felizes, bem assistidas, crescendo em paz. Esse o grande trabalho. O Enaildo me passou também alguns números impressionantes: número de atendimentos: 4,5 milhões por ano. Vejam só, Sras e Srs. Senadores!

Lembro-me de algo importante, Senador Paulo Paim: estive na LBV, juntamente com a minha esposa

e a D. Sarah Kubitschek, para inaugurar, com o Paiva Netto, o retrato de um Senador da República, que foi o nosso ex-Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira. Uma boa lembrança. O nosso inesquecível JK, que foi Senador, que esteve nesta Casa, que ocupou a tribuna deste Senado por algumas vezes, até ser retirado, à força, da vida pública, teve, lá, a sua homenagem na LBV, meu caro Senador Mozarildo. Então, lá, tem o retrato do Presidente JK – e estive lá, com muita honra, ao lado de D. Sarah Kubitschek, antes de ela nos deixar, inaugurando esse retrato, uma homenagem da LBV e de Paiva Netto a Juscelino Kubitschek.

Quero destacar também os programas “Ronda da Caridade” e “Criança Futuro no Presente”, por meio dos quais pessoas menos favorecidas e aquelas desencantadas de perspectivas têm a oportunidade de resgatarem, o que é principal, a sua auto-estima.

Fundada em 1950 – aí o Senador Mozarildo Cavalcanti já colocou a história da instituição com muita competência – pelo abnegado radialista e homem de Deus, Alzirô Zarur, essa instituição, que vem sendo comandada tão competentemente por Paiva Netto, teve seus trabalhos coroados com a construção do Templo, que hoje representa um local de meditação e ponto turístico da nossa Capital.

Segundo dados da Agência de Desenvolvimento do Turismo do Distrito Federal – Adetur, cerca de um milhão de pessoas, anualmente, visitam o local – alguns pela beleza, mas a maioria como peregrinos em busca de mensagens de amor e de paz. Um milhão de pessoas. É extraordinário! (Palmas).

Lembro também que, em todos os finais de ano, é impressionante a quantidade de ônibus que vêm do Brasil todo, Senador Paulo Paim e Senador Eduardo Siqueira Campos, para passar ali o primeiro dia do ano. São, no mesmo dia, acho que de trinta a quarenta mil pessoas. É extraordinário.

O reconhecimento dessa instituição pela Organização das Nações Unidas como organização não-governamental, possuindo duas cadeiras cativas e direito a voto, simboliza o trabalho sério que a LBV vem desenvolvendo.

Outros números também representam isso, como as sessenta cidades brasileiras atendidas pela LBV e os seis países, Argentina, Bolívia, Estados Unidos, Paraguai, Portugal e Uruguai, que possuem sessões de atendimento, com escolas de educação infantil, de ensino fundamental e médio, além de lares para crianças, adolescentes e idosos.

O lema “Educação e Cultura, Saúde e Trabalho” traduz com lealdade o que representa a LBV e seus programas. A abrangência dos seus trabalhos merece mais atenção por parte do Governo e das empresas

privadas, pois a população brasileira é que ganhará, como um todo, com a disseminação da semente do amor, da cidadania, do respeito ao próximo e, principalmente, da integração social.

Para finalizar, Sr. Presidente Paulo Paim, quero ressaltar que, para Brasília, os 15 anos de inauguração do Templo da LBV são motivo de orgulho para todos nós brasilienses – que queremos dizer do orgulho que temos dos 15 anos da construção, da presença, do trabalho da LBV em nossa cidade –, pelo que representa não só paisagisticamente, pela sua beleza arquitetônica, mas, sobretudo, espiritualmente. Quero aqui, neste momento, parabenizar todos os funcionários, todos os legionários, todas as pessoas que fazem a força da Legião da Boa Vontade.

E, neste dia de hoje, que é específico para homenagear os 15 anos de inauguração do templo em Brasília, quero dizer que, como cidadão, Senador Mozarildo Cavalcanti, fico agradecido a V. Ex^a por me dar oportunidade de, brasiliense, homenagear essas pessoas, essa instituição brasileira que faz o bem indistintamente a todas as classes sociais, a essas crianças que estão aqui. São 300 em Brasília, são 25 mil no Brasil, 250 mil, quatro milhões de atendimentos. É extraordinário. Os números estão aí. É isto que, hoje, estamos homenageando no Senado: um trabalho sério, um trabalho respeitado.

Parabéns, legionários; parabéns, família Paiva Netto, aqui muito bem representada; parabéns, Brasília; parabéns, Brasil!

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Senhoras e senhores, a mim foi dada a honra, pelo Presidente José Sarney, de falar em nome da Presidência e também de toda a Mesa Diretora desta Casa.

Ilm^os Srs. Pedro de Paiva e José Eduardo de Paiva, filhos do Presidente José de Paiva Netto, Ilm^a Sr^a Daiane Williams, representante da LBV nas Nações Unidas; Sr^s e Srs. Senadores, vou me dar o direito, de modo muito informal, antes de fazer o pronunciamento da Presidência, de fazer uma provocação ao meu sempre Vice-Presidente, Senador Eduardo Silveira Campos, para dizer que o Rio Grande do Sul já está contemplado, porque tive a alegria de estar em Glorinha. Parabéns, LBV; parabéns, Glorinha! Vi lá um belíssimo trabalho, tanto para as crianças quanto para os adolescentes. (Palmas.)

Espero que o Tocantins também tenha essa oportunidade. O Rio Grande do Sul já tem.

Senhoras e senhores, a Legião da Boa Vontade, que hoje homenageamos, por iniciativa do Senador Mozarildo Cavalcanti, é uma instituição destacada

internacionalmente, pelo seu trabalho filantrópico de educação e de promoção humana e social.

Já foi dito, mas repetimos que, fundada em 1º de janeiro de 1950, a LBV é a primeira organização genuinamente brasileira reconhecida pela Organização das Nações Unidas, onde goza de *status consultivo geral* para participar de todas as reuniões do conselho.

Em mais de meio século de existência, a LBV tem como patrimônio os serviços prestados às pessoas menos favorecidas de nosso País, o que faz diretamente ou em parceria com diversos setores da sociedade.

Esse trabalho já rompeu as fronteiras do Brasil, como aqui foi dito, e alcança hoje outros seis países: Argentina, Bolívia, Estados Unidos, Paraguai, Portugal e Uruguai, onde a LBV oferece a populações menos favorecidas acesso a inúmeros programas sociais.

Ao homenagear hoje a LBV pelos 15 anos de inauguração do seu Templo da Boa Vontade, aqui em Brasília, devemos destacar – eu estive lá e com uma alegria enorme verifiquei – que naquele painel ecumônico estão representados de Marx a Jesus Cristo, além de figuras como Zumbi dos Palmares, maior referência e herói da nação negra, que aqui, humildemente, pro-curo também representar como negro. (Palmas.) Lá, na LBV, estão figuras como o grande Getúlio Vargas e Tiradentes, enfim, os grandes líderes que a humidade soube reconhecer.

Não poderíamos deixar de estender nossa homenagem à memória de Alzirô Zarur, fundador da LBV, e também ao seu atual Diretor-Presidente, José de Paiva Netto, que com brilhantismo comanda hoje essa grande organização humanitária.

Deixo aqui meus cumprimentos à LBV. Tenho certeza de que este reconhecimento não é só meu, no exercício da Presidência, mas de todo o Senado da República e, com certeza, do conjunto da nação brasileira.

Parabéns, LBV. Tomara o exemplo de vocês seja seguido por outros setores da sociedade. Assim, com certeza, olharemos para este plenário e veremos tantas crianças acolhidas por vocês, e, repito como iniciei, como vi e testemunhei também na minha querida Glorinha, Rio Grande do Sul.

Parabéns, LBV, que o exemplo de vocês seja seguido por todo o povo brasileiro. (Palmas.)

Suspendo a sessão por cinco minutos para os cumprimentos.

(Suspensa às 15 horas e 29 minutos, a sessão é reaberta às 15 horas e 34 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)
– Está reaberta a sessão.

Sobre a mesa, projeto de lei que será lido pela Srª 1ª Secretária em exercício, Senadora Serys Sthessarenko.

É lido o seguinte:

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 302, DE 2004**

Dispõe sobre a instituição de feriado nacional na data da morte de Zumbi dos Palmares.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É declarado feriado nacional no dia 20 de novembro, aniversário da morte de Zumbi do Palmares.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Rever a trajetória humana e fatos históricos os quais edificamos nosso presente e projetamos nosso futuro, constitui prática saudável às nossas consciências, notadamente quando esta reflexão diz respeito às origens do povo brasileiro.

A história nos premia com fatos notórios quanto à presença do negro na formação da cultura e do próprio povo brasileiro, não se pode ignorar sua larga representatividade em nossa população que é composta por mais 50% de negros.

No Brasil temos um ícone na luta pela liberdade de negro, hoje reconhecido como um dos heróis nacionais, falamos de "Zumbi dos Palmares" que, depois de árdua e sofrida luta pela libertação de seu povo veio a ser assassinado em 20 de novembro de 1665, sendo esta uma data de consenso quanto à comemoração do Dia da Consciência Negra, sendo esta, também, a data que nos parece merecedora que se torne feriado nacional com a finalidade de o povo brasileiro refletir sobre as suas origens e sobre os seus heróis.

É possível que alguém indicasse o dia 13 de maio como o mais adequado para este feriado, visto ser a data da assinatura da Lei da Abolição da Escravatura no Brasil, não obstante a isto não nos parece a mais acertada já que, apesar do advento da lei nada mudou na vida do negro, visto que a mesma não alterou o contexto social dos que vivem no regime de escravidão. Portanto, a luta de Zumbi dos Palmares e a data de sua morte refletem melhor o anseio de liberdade e inclusão social que o negro, ainda hoje, busca firmar em nossa sociedade.

Em países com menos representatividade de negro como por exemplo os Estados Unidos da América que possui cerca de 11% de sua população formada por negros, reconhece a data do assassinato de Martin

Luther King como feriado nacional. Martin Luther King Jr., um líder naquele país reconhecido, mundialmente, pela luta empreendida na defesa da liberdade e inclusão social do negro.

No Brasil possuímos nosso Martin Luther King denominado e reconhecido "Zumbi dos Palmares". Portanto pelo significado que representa a luta de ambos pelas causas negras, entendemos que também podemos instituir, como dito, para melhor reflexão social, a data da morte do Zumbi dos Palmares, 20 de novembro, como feriado nacional comemorativo ao dia da consciência negra.

Um povo que não tem passado é humilhado no presente e não terá futuro. A história da humanidade demonstra que datas simbólicas, como a da morte de Zumbi dos Palmares, se torna momentos importantíssimos para a construção de uma sociedade solidária, igualitária, fraterna e justa.

Mais da metade do povo brasileiro tem descendência da raça negra, e no Brasil, infelizmente, o racismo e o preconceito, estão muito presentes, estão vivo dentro da sociedade.

Quando deputada, Benedita da Silva, apresentou esta mesma propositura na Câmara dos Deputados. O projeto foi aprovado e remetido ao Senado Federal, onde infelizmente foi arquivado. Mais tarde, Benedita da Silva tornou-se senadora e apresentou a mesma proposta no Senado, sendo aprovada por unanimidade e remetida a Câmara dos Deputados, que por ironia do destino foi arquivada naquela casa.

Senhoras Senadoras e Senhores Senadores, como vimos acima o projeto que ora apresento já foi aprovado por unanimidade pelas duas casas, nada mais justo que agora seja aprovado novamente sem interrupção do processo legislativo. Ademais, cidades como Porto Alegre, São Paulo, Pelotas, Bagé e o próprio Rio de Janeiro já aprovaram esta data como feriado, entretanto, alguns juízes estão se posicionando contra este feriado municipal, por julgarem que o mesmo deveria ser instituído como feriado nacional. Assim, não criaria uma situação desfavorável entre os municípios que reconhecem o feriado e os que não reconhecem.

Vale destacar que, homens como Zumbi dos Palmares, a Historiografia Mundial registra poucos. Sua luminosidade, grandeza e luta pela igualdade racial transformaram-no na imagem-símbolo da consciência negra do País. Zumbi, ao ser assassinado, teve, como Tiradentes, a cabeça decepada e exposta no local mais movimentado de Recife, até que se decompusesse. Pelo seu ideário, jamais sucumbirá; eternizou-se na consciência dos afro-brasileiros e de todos aqueles que respeitam os direitos humanos. Seus atos passa-

ram a fazer parte do panteão nacional, como herói da Pátria, dissipando preconceitos e distorções originários de uma historiografia tendenciosa.

Em cada consciência, de forma individualizada, e na consciência nacional, de forma generalizada, a figura exponencial de Zumbi mantém-se como chama viva a iluminar a consciência dos homens de bem, em seus anseios de justiça, liberdade, igualdade e respeito dos direitos humanos.

Mediante os fatos, apelo mais uma vez aos meus nobres colegas parlamentares que aprovemos esta data. Na verdade é uma homenagem que faço aos brancos e negros, enfim a todos, que se dedicam na luta contra a discriminação de qualquer forma, e em

REQUERIMENTO Nº1.329, DE 2004

Requeiro nos termos do disposto no artigo 50, parágrafo 2º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, segun solicitudes que
reagor ao ministro das
Comunicações, sobre a Cooperativa do
Brasil 575-1999 com as baix
mores modus de T.A.D. (HDIV/

Sala das

Senador

todo País. Lembremos que no Quilombo dos Palmares, tão sonhado e construído por Zumbi, brancos e negros vivem em uma sociedade fraterna e justa.

Sala das Sessões, 21 de outubro de 2004. – Senador **Paulo Paim**.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa)

O SR. PRESIDNETE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– O projeto lido vai à Comissão de Educação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pela Srª 1ª Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

É lido o seguinte:



O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do inciso III do art. 216 do Regimento Interno.

Sobre a mesa, projetos de lei recebidos da Câmara dos Deputados que serão lidos pela Srª 1ª Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 81, DE 2004

(Nº 727/2003, na Casa de origem)

Define prioridades para a destinação de produtos de origem animal e vegetal, apreendidos na forma da lei, alterando as Leis nºs 7.889, de 23 de novembro de 1989, e 9.972, de 25 de maio de 2000.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei define prioridades para a destinação de produtos apreendidos na forma da Lei nº 7.889, de 23 de novembro de 1999, e da Lei nº 9.912, de 25 de maio de 2000.

Art. 2º O art. 2º da Lei nº 7.899, de 23 de novembro de 1989, que dispõe sobre inspeção sanitária e industrial dos produtos de origem animal, e dá outras providências, passa a vigorar acrescido do seguinte § 4º:

“Art. 2º.....

§ 4º Os produtos apreendidos nos termos do inciso III do caput deste artigo e perdidos em favor da União, que, apesar das adulterações que resultaram em sua apreensão, apresentarem condições apropriadas ao consumo humano, serão destinados prioritariamente aos programas de segurança alimentar e combate à fome.” (NR)

Art. 3º O § 2º do art. 9º da Lei nº 9.972, de 25 de maio de 2000, que institui a classificação de produtos subprodutos e resíduos de valor econômico, e dá outras providências, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º.....

§ 2º Cabe ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento dispor sobre a destinação de produtos apreendidos ou condenados na forma desta lei, observada prioridade absoluta aos programas de segurança alimentar e combate à fome, nos casos em

que os produtos apreendidos se prestarem ao consumo humano.” (NR)

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 727, DE 2003

Define prioridades para a destinação de produtos de origem animal e vegetal apreendidos na forma da lei.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei define prioridades para a destinação de produtos apreendidos na forma da Lei nº 7.889, de 23 de novembro de 1989, e da Lei nº 9.972, de 25 de maio de 2000.

Art. 2º A Lei nº 7.889, de 23 de novembro de 1989, que inspeção sanitária e industrial dos produtos de origem animal, e dá outras providências, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º.....

.....

§ 4º Os produtos apreendidos nos termos do inciso III do caput e perdidos em favor da União, que, apesar das adulterações que resultaram em sua apreensão, apresentarem condições apropriadas ao consumo humano, serão destinados prioritariamente ao Programa Fome Zero.” (AC)

Art. 3º O § 2º do art. 9º da Lei nº 9.972, de 25 de maio de 2000, que “institui a classificação de produtos econômicos, e dá outras providências”, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º.....

.....

§ 2º Cabe ao Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento dispor sobre a destinação de produtos apreendidos ou condenados na forma desta lei, observada prioridade absoluta aos programas de segurança alimentar e combate à fome, nos casos em que os produtos apreendidos se prestarem ao consumo humano.” (NR)

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal (DIPOA), freqüentemente apreende produtos que encontram fora do que especificam o Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade; a Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950; e o Regula-

mento de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal (RIISPOA).

Da mesma forma, o Poder Público é autorizado a apreender ou condenar “matérias-primas e produtos” de origem vegetal, de pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, que infringirem os dispositivos da Lei nº 9.972, de 2000.

Ocorre também, com certa freqüência, que a fraude a que os produtos apreendidos tenham sido sujeitos, seja de natureza econômica, ou fiscal, o que em nada compromete sua qualidade intrínseca. Em outras palavras, embora fraudados, os produtos continuam adequados ao consumo.

O presente projeto de lei procura dar forma concreta à prioridade do combate à fome definida pelo Governo. A apreensão de produtos alimentares pode ser uma pena que a lei aplica ao infratores, mas não pode ser uma punição à sociedade. Deixar que produtos apreendidos se estraguem ou destiná-los a objetivos não prioritários, significam punir a sociedade por crime que não cometeu. Desperdiçar alimentos é um erro que um País que tem fome não pode cometer.

Por essas razões, peço o apoio dos nobres pares ao presente projeto de lei.

Sala das Sessões, 10 de abril de 2003. – Deputada **Edna Macedo**.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 7.889, DE 23 DE NOVEMBRO DE 1989

Dispõe sobre inspeção sanitária e industrial dos produtos de origem animal, e dá outras providências.

Art. 2º Sem prejuízo da responsabilidade penal cabível, a infração à legislação referente aos produtos de origem animal acarretará, isolada ou cumulativamente, as seguintes sanções:

I – advertência, quando o infrator for primário e não tiver agido com dolo ou má-fé;

II – multa, de até 25.000 Bônus do Tesouro Nacional – BTN, nos casos não compreendidos no inciso anterior;

III – apreensão ou condenação das matérias-primas, produtos, subprodutos e derivados de origem animal, quando não apresentarem condições higiênico-sanitárias adequadas ao fim a que se destinam, ou forem adulteradas;

IV – suspensão de atividade que cause risco ou ameaça de natureza higiênico-sanitária ou no caso de embaraço à ação fiscalizadora;

V – interdição, total ou parcial, do estabelecimento, quando a infração consistir na adulteração ou falsificação habitual do produto ou se verificar, mediante inspeção técnica realizada pela autoridade competente, a inexistência de condições higiênico-sanitárias adequadas.

§ 1º As multas previstas neste artigo serão agravadas até o grau máximo, nos casos de artifício, ardil, simulação, desacato, embaraço ou resistência à ação fiscal, levando-se em conta, além das circunstâncias atenuantes ou agravantes, a situação econômico-financeira do infrator e os meios ao seu alcance para cumprir a lei.

§ 2º A interdição de que trata o inciso V poderá ser levantada, após o atendimento das exigências que motivaram a sanção.

§ 3º Se a interdição não for levantada nos termos do parágrafo anterior, decorridos doze meses, será cancelado o registro (art. 7º da Lei nº 1.283, de 1950).

LEI Nº 9.972, DE 25 DE MAIO DE 2000

Institui a classificação de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico, e dá outras providências.

Art. 9º Sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis, a infringência às disposições contidas nesta lei sujeita as pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, envolvidas no processo de classificação, às seguintes sanções administrativas, isolada ou cumulativamente:

§ 2º Cabe ao Ministério da Agricultura e do Abastecimento dispor sobre a destinação de produtos apreendidos ou condenados na forma desta lei.

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Sociais.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 82, DE 2004

(Nº 746/2003, na Casa de origem)

Dá nova redação ao parágrafo único do art. 1º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, que disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei confere prioridade à tramitação da ação civil pública, nos termos que menciona.

Art. 2º O parágrafo único do art. 1º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º.....

Parágrafo único. A tramitação da ação civil pública terá prioridade sobre a dos demais feitos judiciais, excetuados o **habeas corpus** e o mandado de segurança.” (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 746, DE 2003

Dispõe sobre a prioridade da ação civil pública.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O parágrafo único do artigo 1º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art 1º.....

Parágrafo único. Os processos pertinentes às ações civis públicas terão prioridade sobre todos os demais, exceto os incoados por **habeas corpus** e mandados de segurança. (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A decisão em ação civil pública tem efeito difuso e coletivo, fazendo a sentença coisa julgada **erga omnes**.

O alcance social da ação civil pública é evidente, já que a lei objetiva proteger o meio-ambiente, o consumidor e a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

O direito de ação, que é um direito público subjetivo de invocar do Estado-Juiz a aplicação do direito a um caso concreto, objetiva restabelecer o bem violado num caso individual. A ação civil pública tem um alcance coletivo, pois beneficia número incalculável de pessoas.

A ação civil pública é uma medida jurídica de interesse da sociedade, que vem adequando a luta pelo direito a busca de um Brasil e um mundo realmente democráticos, onde os objetivos estão insculpidos no artigo 3º da Constituição: construir uma sociedade livre justa e solidária, garantindo o desenvolvimento nacional, e erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais, promo-

vendo o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Priorizando a ação civil pública, estaremos entregando aos operadores do direito um instrumento de valor político-jurídico que vai marcar a história da justiça brasileira e das instituições que exercem funções essenciais à justiça: o Ministério Público, a Advocacia e a Defensoria Pública.

Por fim, cabe esclarecer que a redação vigente do parágrafo único, do artigo 1º da Lei de Ação Civil Pública, foi fornecida pela Medida Provisória 2.180-35/2001, limitando injustificadamente o âmbito da ação civil pública, excluindo da proteção coletiva pretensões pertinentes à tributos e previdência; o reestabelecimento da amplitude original do objeto da ação civil pública irá possibilitar a agilização da prestação jurisdicional e o acesso efetivo à justiça.

Diante desses argumentos, esperamos contar com o apoio dos nobres colegas para ver aprovada o presente projeto de lei, por ser medida de justiça social.

Sala das Sessões, 14 de abril de 2003. – **Wasny de Roura**, Deputado Federal PT/DF

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 7.347, DE 24 DE JULHO DE 1985

Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (VETADO) e dá outras providências.

Art. 1º Regem-se pelas disposições desta lei, sem prejuízo da ação popular, as ações de responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados: (Redação dada pela Lei nº 8.884, de 11-6-1994)

.....
Parágrafo único. Não será cabível ação civil pública para veicular pretensões que envolvam tributos, contribuições previdenciárias, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS ou outros fundos de natureza institucional cujos beneficiários podem ser individualmente determinados. (Redação dada pela MPV nº 2.180-35, de 24-8-2001)

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 83, DE 2004
(Nº 1.638/2003, na Casa de origem)

Denomina “Rodovia Deputado Wilson Mattos Branco” a rodovia BR-392, desde o Município de Pelotas até o de Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica denominada “Rodovia Deputado Wilson Mattos Branco” a rodovia BR-392, entre os Municípios de Pelotas e Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 1.638, DE 2003

Denomina “Rodovia Deputado Wilson Mattos Branco” a rodovia BR-392, desde o Município de Pelotas até o de Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica denominada “Rodovia Deputado Wilson Mattos Branco” a rodovia BR-392, entre os Municípios de Pelotas e Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Filho de pescadores artesanais, Wilson Mattos Branco nasceu na Ilha dos marinheiros em 10 de janeiro de 1942, passando toda a sua infância e adolescência trabalhando na pesca e na agricultura junto com seus pais e cinco irmãos. Já adulto foi para a cidade de Rio Grande atuar no comércio, mas nunca se desligou do setor pesqueiro onde rapidamente ganhou espaço.

Depois de alguns anos de filiação na Colônia de Pescadores Z-1, Wilson Branco chegou à presidência da entidade desenvolvendo importante atividade de assistência aos pescadores e seus familiares, além da defesa dos interesses de cerca de 10 mil pessoas ligadas à pesca. Este trabalho credenciou Branco a chegar na presidência da Federação dos Pescadores do Rio Grande do Sul, onde teve atuação forte, reivindicando melhorias para a categoria junto aos governos do estado e da União.

A Liderança foi aumentando e no ano de 1992, foi convidado a concorrer a vereador pelo PMDB de Rio Grande, chegando à Câmara Municipal como vereador mais votado naquele ano, somando 2.041 votos. Depois de dois anos de mandato, Branco disputou a eleição para a Câmara Federal e obteve 28.292 votos, assumindo o cargo de deputado federal. Em Brasília

continuou a luta pelos interesses dos pescadores gaúchos e de todo o País, além de trabalhar pela população de Rio Grande e de outros municípios da zona sul do estado.

Com as pesquisas aumentando o crescimento do Deputado Wilson Mattos Branco, o PMDB de Rio Grande homologou o seu nome para concorrer a prefeito em 1996, vencendo a eleição com 33.405 votos e nesse período foi considerado o melhor prefeito do Rio Grande do Sul, por meio da pesquisa “Isto é/Bras-market”.

À vista dos trabalhos prestados por Wilson Mattos Branco ao Estado do Rio Grande do Sul e a todo setor pesqueiro brasileiro, entendo justa e oportunidade homenagem a este grande cidadão, dando seu nome à rodovia BR-392, razão pela qual solicito aos ilustres Pares o apoio para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, 7 de agosto de 2003. – Deputado **Eliseu Padilha**.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DA CAMARA Nº 84, DE 2004

(Nº 7.398/2002, na Casa de origem)

Altera o art. 9º da Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei trata da autorização judicial para doação de tecidos, órgãos ou partes do próprio corpo vivo, para transplante em pessoa que não seja cônjuge ou parente consanguíneo do doador.

Art. 2º O art. 9º da Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

Art.9º

.....
§ 9º A petição com o pedido de autorização judicial deverá ser instruída com os seguintes documentos:

I – laudo subscrito por 2 (dois) médicos com pós-graduação ou título de especialista reconhecido no Brasil;

II – certidão negativa de infração ética, fornecida pelo órgão de classe em que for inscrito o médico.

§ 10. Poderá o juiz, quando a matéria não lhe parecer suficientemente esclarecida, nomear perito para proceder a novo exame do doador.

§ 11. O juiz, convencendo-se da voluntariedade da doação e do atendimento dos requisitos legais, poderá conceder, desde logo,

a autorização. Caso contrário, designará audiência para ouvir o doador no prazo máximo de 10 (dez) dias.

§ 12. Em qualquer caso, será dada vista ao Ministério Público." (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL N° 7.398, DE 2002

Altera o art. 9º da Lei nº 9.434/97.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei trata da autorização judicial para doação de tecidos, órgãos ou partes do próprio corpo vivo, para transplante em pessoa que não seja cônjuge ou parente consangüíneo do doador.

Art. 2º O art. 9º da Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

"Art. 9º

§ 9º A petição com o pedido de autorização judicial deverá ser instruída com os seguintes documentos:

I – laudo subscrito por dois médicos com pós-graduação ou título de especialista reconhecido no Brasil ;

II – certidão negativa de infração ética, fornecida pelo órgão de classe em que for inscrito o médico;

§ 10. Poderá o juiz, quando a matéria não lhe parecer suficientemente esclarecida, nomear perito para proceder a novo exame do doador.

§ 11. O juiz, convencendo-se da voluntariedade da doação e do atendimento dos requisitos legais, poderá conceder, desde logo, a autorização. Caso contrário designará audiência para ouvir o doador no prazo máximo de dez dias.

§ 12. Em qualquer caso, será dada vista ao Ministério Público.

.....(NR)"

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

Atento à necessidade de aprimorar os meios de inibir a comercialização de órgãos, tecidos e partes do corpo humano, comercialização essa expressamente proibida pela Constituição Federal, o legislador, por meio da Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, permite a possibilidade de doação para fins terapêuticos

ou transplantes em cônjuge e parentes consangüíneos até o quarto grau, exigindo para tanto, autorização judicial para o caso de doação a terceiros, salvo quando em caso de transplante de medula óssea.

Nunca é demais lembrar que o tráfico de órgãos de adultos e crianças tem sido objeto de diversas publicações jornalísticas e programas de televisão que trazem ao conhecimento da sociedade casos estarrecedores de pessoas que, aproveitando-se das comunidades mais miseráveis e das vítimas de regimes autoritários, vêm, paulatinamente, construindo um gigantesco banco de órgãos humanos com ramificações que já alcançam o Brasil.

Chegaram ao nosso conhecimento, também, informações sobre doações de órgãos por empregados pressionados por patrões inescrupulosos, compra de cadáveres de indigentes por faculdades de medicina, retirada de órgãos de pessoas mortas sem o consentimento dos familiares, utilização de órgãos retirados de incapazes sem a autorização dos responsáveis e tantas outras notícias que justificam a presente proposição.

Assim, pretendo tornar obrigatória a apresentação de laudo subscrito por dois médicos que atendam aos requisitos estabelecidos no Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997, nos procedimentos de doação de órgãos, facultando ao juiz a nomeação de perito para proceder a novo exame do doador quando a matéria não lhe parecer suficientemente esclarecida.

Passa a ser também exigida a vista do pedido de autorização judicial e dos documentos que o acompanham ao Ministério Público.

A proposição apresenta, desse modo, singular importância, sendo premente a necessidade da implementação de medidas que possam impedir o tráfico e a doação não voluntária de órgãos humanos.

Ante o exposto, conto com o apoio dos ilustres Pares para a aprovação deste projeto.

Sala das Sessões, de de 2002. – Deputado **Aloysio Nunes Ferreira**.

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI N° 9.434, DE 4 DE FEVEREIRO DE 1997

Regulamento

Dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências.

Art. 9º É permitida à pessoa juridicamente capaz dispor gratuitamente de tecidos, órgãos e partes do próprio corpo vivo, para fins terapêuticos ou para transplantes em cônjuge ou parentes consangüíneos até o quarto grau, inclusive, na forma do § 4º deste artigo, ou em qualquer outra pessoa, mediante autorização judicial, dispensada esta em relação à medula óssea. (Redação dada pela Lei nº 10.211 de 23-3-2001)

§ 1º (VETADO)

§ 2º (VETADO)

§ 3º Só é permitida a doação referida neste artigo quando se tratar de órgãos duplos, de partes de órgãos, tecidos ou partes do corpo cuja retirada não impeça o organismo do doador de continuar vivendo sem risco para a sua integridade e não represente grave comprometimento de suas aptidões vitais e saúde mental e não cause mutilação ou deformação inaceitável, e corresponda a uma necessidade terapêutica comprovadamente indispensável à pessoa receptora.

§ 4º O doador deverá autorizar, preferencialmente por escrito e diante de testemunhas, especificamente o tecido, órgão ou parte do corpo objeto da retirada.

§ 5º A doação poderá ser revogada pelo doador ou pelos responsáveis legais a qualquer momento antes de sua concretização.

§ 6º O indivíduo juridicamente incapaz, com compatibilidade imunológica comprovada, poderá fazer doação nos casos de transplante de medula óssea, desde que haja consentimento de ambos os pais ou seus responsáveis legais e autorização judicial e o ato não oferecer risco para a sua saúde.

§ 7º É vedado à gestante dispor de tecidos, órgãos ou partes de seu corpo vivo, exceto quando se tratar de doação de tecido para ser utilizado em transplante de medula óssea e o ato não oferecer risco à sua saúde ou ao feto.

§ 8º O auto-transplante depende apenas do consentimento do próprio indivíduo, registrado em seu prontuário médico ou, se ele for juridicamente incapaz, de um de seus pais ou responsáveis legais.

(As Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e à Comissão de Assuntos Sociais.)

PROJETO DE LEI DA CAMARA Nº 85, DE 2004

(Nº 1.282/2003, na Casa de origem)

Acrescenta parágrafo ao art. 1.050 da Lei nº 5.869, de 11. de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei torna dispensável, na hipótese que menciona, a citação pessoal do embargado para responder à petição inicial dos embargos de terceiro.

Art. 2º O art. 1.050 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

“Art. 1.050

.....

§ 3º A citação será pessoal, se o embargado não tiver procurador constituído nos autos da ação principal.” (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 1.282, DE 2003

Altera o disposto nos arts., 1.050 e 1.053 da Lei nº 5.869 de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O **caput** dos artigos 1.050 e 1.053 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil –, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1.050 O embargante, em petição elaborada com observância do disposto no art. 282, incisos I a VI, fará a prova sumária de sua posse e a qualidade de terceiro, oferecendo documentos e rol de testemunhas.” (NR)

“Art. 1.053 Efetuada a intimação do advogado do embargado, os embargos poderão ser contestados no prazo de dez (10) dias, findo o qual proceder-se-á de acordo com o disposto no art. 803.” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Embargos de terceiros, na verdade, são meios de impugnação de ato judicial, que oferecem, por isso, pontos de contato com os recursos. Em tais casos, a parte contrária já está representada em Juízo, não havendo pois necessidade da sua citação, o que vai contra os princípios da economia e da celeridade.

O presente projeto, anteriormente apresentado pelo ex-deputado José Roberto Batochio e arquivado, faz desnecessária a citação, bastando a intimação do advogado do agravado.

Sala das Sessões, 17 de junho de 2003. – Deputado **Inaldo Leitão**.

**LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

LEI N° 5.869, DE 11 DE JANEIRO DE 1973

Institui o Código de Processo Civil.

Art. 1.050. O embargante, em petição elaborada com observância do disposto no art. 282, fará a prova sumária de sua posse e a qualidade de terceiro, oferecendo documentos e rol de testemunhas.

§ 1º É facultada a prova da posse em audiência preliminar designada pelo juiz.

§ 2º O possuidor direto pode alegar, com a sua posse, domínio alheio.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os **Projetos de Lei da Câmara nºs 81 e 84, de 2004**, vão às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Sociais; os de **nºs 82 e 85, de 2004**, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; e o de **nº 83, de 2004**, à Comissão de Educação.

Sobre a mesa, expedientes que serão lidos pela Srª 1ª Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

São lidos os seguintes:

EXPEDIENTE

Aviso nº 3.169, de 2004, do Ministro de Estado da Justiça, que encaminha informações em resposta ao Requerimento nº 800, de 2004, de iniciativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Ofício nº 188, de 2004, do Ministro de Estado da Educação, que encaminha informações em resposta ao Requerimento nº 823, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – As informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

As informações ao Requerimento nº 800, de 2004, também foram anexadas ao Processo de Petição nº 8, de 2003.

Os Requerimentos vão ao Arquivo.

A Petição nº 8, de 2003, aguardará, na Secretaria-Geral da Mesa, a resposta ao Requerimento nº 801, de 2004.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pela Srª 1ª Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 1.330, DE 2004

Requer a convocação de Sessão Especial conjunta do Senado Federal e da Câmara dos Deputados para comemorar o Dia Internacional para Eliminação da Violência Contra a Mulher.

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 199 do Regimento Interno, combinado com o art. 53 do Regimento Comum, a realização de Sessão Especial conjunta (Câmara e Senado), no dia 25 de novembro de 2004, às 10 horas, para comemoração do Dia Internacional para Eliminação da Violência Contra a Mulher.

Justificação

Esta solicitação justifica-se no sentido de demonstrar que o Parlamento brasileiro reafirma sua disposição de envidar esforços contra todas as formas de violência de gênero, em busca de uma sociedade mais justa e harmônica.

Sala das Sessões, 21 de outubro 2004. – **Serys Slhessarenko** – **Sérgio Zambiasi** – **Mozarildo Cavalcanti** – **Paulo Octávio** – **Cristovam Buarque** – **Delcídio Amaral** – **João Ribeiro** – **José Jorge** – **Rodolpho Tourinho** – **Edison Lobão** – **Eduardo Azeredo** – **Arthur Virgílio**.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Com referência ao requerimento que acaba de ser lido, a Presidência, após entendimento com a Câmara dos Deputados, convoca sessão conjunta solene, a realizar-se no próximo dia 25 de novembro, às 10 horas, no plenário do Senado, destinada à referida comemoração.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– A Presidência comunica ao Plenário que deferiu, **ad referendum** da Mesa, os **Requerimentos nºs 1.243 e 1.244, de 2004**, de autoria do Senador Osmar Dias.

Serão solicitadas as informações requeridas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Sobre a mesa, parecer da Comissão de Educação que será lido pela 1ª Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

É lido o seguinte:

PARECER N° 1.419, DE 2004

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 363, de 2004 (nº 755/2003, na Câmara dos Depu-

tados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural de Radiodifusão Educativa Costa Dourada para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Manaus, Estado do Amazonas.

Relator: Senador **Arthur Virgílio**

Relator **ad hoc**: Senador **Eduardo Azeredo**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo nº 363, de 2004 (nº 755, de 2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural de Radiodifusão Educativa Costa Dourada para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Manaus, Estado do Amazonas.

Por meio de mensagem presidencial, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal, o ato constante da Portaria nº 2.782, de 5 de dezembro de 2002, que outorga permissão para a execução, com fins exclusivamente educativos, de serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe também pronunciar-se sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

Devido à sua especificidade, os canais de radiodifusão educativa são reservados à exploração da União, estados e municípios, universidades e fundações constituídas no Brasil, com finalidade educativa, conforme preceitua o art. 14 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, que complementou e modificou

a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações.

O Regulamento dos Serviços de Radiodifusão (RSR), aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, dispõe no seu art. 16, § 10, que as outorgas a estados e municípios serão deferidas mediante atos de autorização pelo Presidente da República ou pelo Ministro de Estado das Comunicações, respectivamente, e serão formalizadas por meio de convênio. O RSR estabelece ainda, no seu art. 13, §§ 1º e 2º, que a outorga para exploração de serviço não depende de edital.

Não se aplicam à radiodifusão educativa as exigências da Resolução do Senado Federal nº 39, de 1992, que dispõe sobre formalidades e critérios para a apreciação dos atos de outorga e renovação de concessão e permissão para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende os requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e as atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não confraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

III - Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 363, de 2004, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Fundação Cultural de Radiodifusão Educativa Costa Dourada para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 5 de outubro de 2004.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS N° 363 / 04 NA REUNIÃO DE 05/10/2004
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

Assin.: Osmar Dias

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB E PL)

FÁTIMA CLEIDE	1- TIÃO VIANA
FLÁVIO ARNS	2- ROBERTO SATURNINO
IDELEI SALVATTI	3- DELCÍDIO AMARAL
JOÃO CAPIBERIBE	4- (VAGO)
DUCIOMAR COSTA	5- (VAGO)
AELTON FREITAS	6- (VAGO)
CRISTOVAM BUARQUE	7- (VAGO)
VALMIR AMARAL	8- (VAGO)

PMDB

HÉLIO COSTA	1- MÃO SANTA
MAGUITO VILELA	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- PAPALÉO PAES
GERSON CAMATA	4- LUIZ OTÁVIO
SÉRGIO CABRAL	5- ROMERO JUCÁ
JOSÉ MARANHÃO	6- MÁRIO CALIXTO

PFL

DEMÓSTENES TORRES	1- EDISON LOBÃO
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- JOSÉ AGRIPINO
EFRAIM MORAIS	4- MARÇO MACIEL
(VAGO)	5- PAULO OCTÁVIO
ROSEANA SARNEY	6- JOÃO RIBEIRO

PSDB

SÉRGIO GUERRA	1- ARTHUR VIRGÍLIO
LEONEL PAVAN	2- EDUARDO AZEREDO
LUIZ PONTES	3- TEOTÔNIO VILELA FILHO
ANTERO PAES DE BARROS	4- LÚCIA VÂNIA

PDT

OSMAR DIAS	1- JEFFERSON PÉRES
ALMEIDA LIMA	2- JUVÊNCIO DA FONSECA

PPS

MOZARILDO CAVALCANTI	1- PATRÍCIA SABOYA GOMES
----------------------	--------------------------

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 363 / 04

Outubro de 2004

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

Sexta-feira 22 32657

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FATIMA CLÉIDE					TIÃO VIANA				
FLÁVIO ARNS					ROBERTO SATURNINO				
IDELEI SALVATTI	X				DELCIPIO AMARAL				
JOÃO CAPIBERIBÉ	X				VAGO				
DUCIOMAR COSTA					VAGO				
AELTON FREITAS	X				VAGO				
CRISTOVAM BUARQUE	X				VAGO				
VALMIR AMARAL					VAGO				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HÉLIO COSTA	X				MÃO SANTA				
MAGUITO VILELA	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP	X				PAPALEÓPAES	X			
GERSON CAMATA	X				LUIZ OTÁVIO				
SÉRGIO CABRAL					ROMERO JUCA				
JOSÉ MARANHÃO					MÁRIO CALIXTO	X			
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES	X				EDISON LOBÃO				
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO	X			
JOSÉ JORGE					JOSÉ AGripino				
EFRAIM MORAIS	X				MARCO MACIEL				
VAGO					PAULO OCTAVIO				
ROSEANA SARNEY					JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO GUERRA					ARTHUR VIRGILIO				
LEONEL PAVAN	X				EDUARDO AZEREDO	X			
LUIZ PONTES					TEOTÔNIO VILELA FILHO				
ANTERO PAES DE BARROS					LÚCIA VÂNIA				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					JEFFERSON PÉRES				
ALMEIDA LIMA					JUVÉNCIO DA FONSECA	X			
TITULAR - PPS	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRÍCIA SABOYA GOMES				

TOTAL: 12 SIM: 16 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: OA

SALA DAS REUNIÕES, EM 05 / 10 / 2004

SENADOR OSMAR DIAS

Presidente da Comissão de Educação

**LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

**SEÇÃO II
Das Atribuições do Congresso Nacional**

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

**CAPÍTULO V
Da Comunicação Social**

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

**LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998**

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

LEI Nº 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1962

Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.

**DECRETO-LEI Nº 236,
DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967**

**Complementa e modifica a Lei nº 4.117
(*), de 27 de agosto de 1962**

Art. 14. Somente poderão executar serviço de televisão educativa:

- a) a União;
- b) os estados, territórios e municípios;
- c) as universidades brasileiras;
- d) as fundações constituídas no Brasil, cujos Estatutos não contrariem o Código Brasileiro de Telecomunicações.

§ 1º As universidades e fundações deverão, comprovadamente possuir recursos próprios para o empreendimento.

§ 2º A outorga de canais para a televisão educativa não dependerá da publicação do edital previsto do artigo 34 do Código Brasileiro de Telecomunicações.

**DECRETO Nº 2.108,
DE 24 DE DEZEMBRO DE 1996**

Altera dispositivos do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e modificado por disposições posteriores.

**DECRETO Nº 52.795,
DE 31 DE OUTUBRO DE 1963**

Aprova Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

Art. 13. O edital será elaborado pelo Ministério das Comunicações, observados, dentre outros, os seguintes elementos e requisitos necessários à formulação das propostas para a execução do serviço. (Redação dada pelo Decreto nº 2.108, de 24-12-1996).

§ 1º É dispensável a licitação para outorga para execução de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos. (Redação dada pelo Decreto nº 2.108, de 24-12-1996).

§ 2º A documentação referente aos interessados na execução do serviço mencionado no parágrafo anterior será, no que couber, a mesma prevista no art. 15 deste Decreto, acrescidas das exigências constantes de normas específicas.(Redação dada pelo Decreto nº 2.108, de 24-12-1996)

.....
Art. 16. As propostas serão examinadas e julgadas em conformidade com os quesitos e critérios estabelecidos neste artigo.(Redação dada Pelo Decreto nº 2.108, de 24-12-1996)

.....
§ 10. As outorgas a estados e municípios serão deferidas mediante atos de autorização pelo Presidente da República ou pelo Ministro de Estado das Comunicações, conforme o caso, e serão formalizadas por meio de convênio a ser firmado no prazo de sessenta dias.(Redação dada pelo Decreto nº 2.108, de 24-12-1996)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)
– Nos termos do art. 91, § 3º, do Regimento Interno, combinado com o Parecer nº 34, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovado pelo Plenário em 25 de março de 2003, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o **Projeto de Decreto Legislativo nº 363**, de 2004, cujo parecer acaba de ser lido, de 2004, seja apreciado pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)
– Sobre a mesa, petição do Presidente da Câmara dos Deputados que será lida pela Srª 1ª Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

É lida a seguinte:

PETIÇÃO Nº 10, DE 2004
(Ofício GP-0/1.263/04, na origem)

Encaminha documento do Programa de Inclusão Social das Pessoas com Deficiência da Câmara dos Deputados, instando o Senado Federal a apresentar comentários e sugestões para o aperfeiçoamento do trabalho.

GP-0/1.263/04

Brasília, 15 de outubro de 2004

A Sua Excelência o Senhor
Senador José Sarney
Senado Federal
Nesta

Senhor Presidente,
As novas tendências mundiais relacionadas à capacitação e à inclusão de pessoas com deficiência na

vida social têm estimulado o engajamento da Câmara dos Deputados em defesa da causa. Com a finalidade de criar ações contra a discriminação e incentivar a conscientização da sociedade, foi instituído, em março do corrente ano, o Programa de Inclusão Social de Pessoas com Deficiência da Câmara dos Deputados, o qual vem contando com a contribuição de servidores do Senado Federal, em especial a Srª Maria Cristina Silva Monteiro.

O Programa foi formulado com base na legislação federal vigente e em uma série de princípios, orientações e recomendações de diversas instituições vinculadas à questão das pessoas com deficiência. Essas instituições incluem a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (por meio da CORDE), a OIT – Organização Internacional do Trabalho, o Ministério do Trabalho e Emprego, a ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, a CPA – Comissão Permanente de Acessibilidade da Prefeitura Municipal de São Paulo, a Fundação Banco do Brasil e o Instituto Ethos de Responsabilidade Social, entre outras.

O Programa de Inclusão Social de Pessoas com Deficiência da Câmara dos Deputados engloba três projetos: Acessibilidade Física (Intervenções Arquitônicas), Sensibilização/Capacitação e Acessibilidade Digital (Tecnologia). Esses projetos irão orientar a implementação das ações, com vistas a proporcionar às pessoas com deficiência, sejam elas servidores, parlamentares, visitantes, telespectadores ou internautas, uma maior acessibilidade aos ambientes real e virtual da Casa, bem como a todos os serviços por ela oferecidos.

Desse modo, temos o prazer de encaminhar, em anexo, o documento do Programa de Inclusão Social das Pessoas com Deficiência da Câmara dos Deputados. Comentários e sugestões para o aperfeiçoamento do trabalho serão muito bem-vindos.

Desde já agradecemos, sempre na expectativa de que a atuação socialmente responsável desta Casa Legislativa possa somar-se com as iniciativas das demais instituições no País, cooperando, assim, para combater o preconceito e disseminar o respeito às diferenças. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

PROGRAMA DE INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

ÍNDICE

Plano de Projeto do Programa de Inclusão Social de Pessoas com Deficiência da Câmara dos Deputados	Pág. 03
Projeto de Acessibilidade Física – Intervenções Arquitetônicas	Pág. 13
Projeto de Sensibilização e Capacitação	Pág. 22
Projeto de Acessibilidade Digital – Tecnologia	Pág. 32

Anexos:

Diagnóstico – Projeto de Intervenções Arquitetônicas

Fotos – Projeto de Intervenções Arquitetônicas

PLANO DE PROJETO

1. IDENTIFICAÇÃO

Título:	PROGRAMA DE INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
Entidade proponente:	Diretoria-Geral da Câmara dos Deputados
Órgão responsável:	Assessoria de Projetos Especiais (APROJ)
Coordenador:	Adriana Padula Jannuzzi

Grupo de Trabalho:

Adriana Padula Jannuzzi (Ponto 4.249 – DG)
Adriano Bezerra de Faria (Ponto 2.438 – Senado Federal)
Ana Luiza Dantas Silva (DETEC)
Ana Maria Cristina B. Labarrère (DETEC)
Ana Tereza Sotero Duarte (Ponto 5.045 – CONLE)
Anderson de Oliveira Noronha (Ponto 6.493 – DEMAP)
Catharina M. P. Delgado Machado (Ponto 4.503 – DETEC)
Christian Beurlen (Ponto 6.814 – DETEC)
Elcio Gomes da Silva (Ponto 6.515 – DETEC)
Elizeu do Vale Santos (Ponto 3.778 – DEPOL)
Esdo Gomes da Silva (Ponto 5.246 – SGM)
Fabiano José Arcadio Sobreira (Ponto 6.817 – DETEC)
Flávio Elias Ferreira Pinto (Ponto 6.337 – SECOM)
Luiz Paulo Pieri (Ponto 3.212 – ECULT)
Marcelo de França Moreira (Ponto 6.715 – CONLE)
Marcio José Souza Mesquita (Ponto 6.176 – DEMED)
Marco Antonio Fioravante (Ponto 162.145 – Gabinete do Deputado Leonardo Mattos)
Maria Cristina S. Monteiro (Ponto 5.496 – Senado Federal)
Maria Rosa S. Aguiar Azevedo (Ponto 206.660 – Gabinete do Deputado Eduardo Barbosa)
Olival Gomes Barboza Junior (Ponto 6.401 – CENIN)
Simone Crema Mendes (Ponto 4.350 – Liderança do PFL)
Tarcísio Ximenes Prado Junior (Ponto 6.019 – CEFOR)
Thaís Marques Leite (DETEC)
Valéria Cristina Gomes Ribeiro (Matr. 3067-8 – Tribunal de Contas da União)

2. DECLARAÇÃO DE PROPÓSITOS

As novas tendências mundiais relacionadas à capacitação e à inclusão de pessoas com deficiência na vida social, com vistas a criar ações contra a discriminação e incentivar a conscientização por parte da sociedade em geral, têm estimulado a Câmara dos Deputados, como Instituição que busca zelar pelo bem-estar dos cidadãos brasileiros, a se engajar na defesa da causa das pessoas com deficiência. Para isso foi criado o Programa de Inclusão Social das Pessoas com Deficiência da Câmara dos Deputados, o qual englobará uma série de ações integradas com o objetivo de proporcionar às pessoas com deficiência, sejam elas servidores, parlamentares, visitantes, telespectadores ou internautas, uma maior acessibilidade aos ambientes da Casa e aos serviços por ela oferecidos.

3. CONTEXTUALIZAÇÃO

De acordo com estimativas da OMS (Organização Mundial de Saúde), existem no mundo aproximadamente 610 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência, das quais cerca de 63% fazem parte da população economicamente ativa. O conceito de deficiência inclui uma grande variedade de características físicas, intelectuais ou sensoriais decorrentes de acidentes ou de doenças adquiridas ou de nascença.

No Brasil, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) divulgou, em 2002, os resultados do Censo realizado em 2000, e verificou a existência de 24,5 milhões de pessoas com deficiência. Pela primeira vez os dados foram levantados segundo os critérios previstos na CIF (Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde), conforme recomendação da OMS. Desse total, aproximadamente 42% (ou 10,2 milhões) possuem deficiências severas, tais como deficiência mental permanente, tetraplegia, paraplegia ou hemiplegia permanente, falta de um membro ou de parte dele e incapacidade ou grande dificuldade permanente de caminhar, subir escadas, enxergar e ouvir.

Na região Centro-Oeste, 13,9% da população residente é portadora de pelo menos uma das deficiências investigadas (deficiência mental, física, visual ou auditiva). Só no Distrito Federal, as pessoas portadoras de algum tipo de deficiência correspondem a 13,5% do total, conforme quadro demonstrativo.

Tipos de Deficiência											
Deficiência Física			Deficiência Visual			Deficiência Auditiva			Deficiência Motora		
Unidade	Federal	de Tetraplegia, paraplegia ou hemiplegia permanente	Falta de membro ou parte deite permanente	Grande dificuldade de envergar	Alguna dificuldade permanente	Grande dificuldade permanente	Alguna dificuldade permanente	Incapaz de ouvir	Grande dificuldade permanente	Alguna dificuldade permanente	Deficiência Mental
Distrito Federal		0,51%	0,18%	0,09%	1,27%	7,88%	0,08%	0,42%	2,37%	0,27%	0,76%

Fonte: Censo Demográfico 2000 – IBGE

Durante séculos as pessoas com deficiência foram marginalizadas pela sociedade, isoladas em instituições ou em suas próprias casas. Somente na década de 60 é que se iniciaram os movimentos reivindicatórios, organizados pelas pessoas com deficiência que passaram a lutar por seus direitos. As conquistas foram pouco a pouco se transformando em leis e hoje tanto a legislação nacional quanto a internacional incluem a garantia de acesso ao trabalho. Embora o sistema de cotas utilizado no Brasil desde 1999 não preveja a aplicação de multa no caso de não-cumprimento por parte das instituições, a progressiva conscientização por parte da sociedade, aliada à ação fiscalizadora do Ministério Público, tem estimulado a adequação das empresas à legislação vigente.

Atualmente tem-se verificado uma presença crescente de pessoas com deficiência nos espaços públicos. Os avanços tecnológicos têm permitido a essas pessoas maior autonomia e, consequentemente, uma participação mais ativa no mercado de trabalho e na vida social. A integração social das pessoas com deficiência representa uma grande conquista: o resgate da cidadania desses indivíduos.

Caberia aqui esclarecer o conceito de *inclusão social*, que é o movimento pelo direito incondicional de todos os seres humanos participarem ativamente da vida pública, sem qualquer restrição de credo, religião, posição política, etnia, opção sexual ou grau de deficiência. Essa definição é diferente da de *integração*, que é o movimento pelo direito de quase todos os seres humanos participarem ativamente da sociedade, desde que estejam devidamente preparados. Embora esses dois vocábulos sejam sinônimos no dicionário, têm conotações diferentes quando se trata de temas ligados a pessoas com deficiência. O termo *inserção social* não está associado a qualquer ideologia e pode, portanto, ser utilizado quando não se deseja falar especificamente de integração ou de inclusão.

As instituições de um modo geral (empresas privadas e órgãos públicos) têm um papel importante na transformação da sociedade. A percepção que as pessoas têm a respeito dessas instituições é construída com base nas ações adotadas. Além da motivação legal e ética, uma política de inclusão das pessoas com deficiência, além de outras políticas de caráter social, certamente traz ganhos significativos de imagem a essas instituições. O clima organizacional também melhora, estimulando o espírito de equipe dos funcionários, gerando sinergia em torno de um objetivo comum e humanizando o ambiente de trabalho, além de possibilitar ganhos de produtividade se as pessoas com deficiência estiverem devidamente inseridas em funções que otimizem seu desempenho. Em síntese, a contratação e integração de pessoas com deficiência é tida como uma atitude positiva e a instituição passa a ser vista como um modelo a ser admirado e seguido.

No caso específico da Câmara dos Deputados, é importante ressaltar sua função social, cuja atribuição mais importante é a de assegurar, por meio da aprovação de normas e leis, o bem-estar e a segurança dos cidadãos brasileiros, garantindo que todos os grupos sociais tenham voz ativa no processo de formulação de políticas públicas. Tais políticas têm adotado novos conceitos relacionados à capacitação e à inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, com o objetivo de criar ações contra a discriminação no trabalho e na qualificação profissional, assim como incentivar a conscientização por parte das empresas. O enfoque passa a ser direcionado para a capacidade da pessoa, e não para a deficiência que ela possui.

O Programa de Inclusão Social das Pessoas com Deficiência da Câmara dos Deputados englobará uma série de ações integradas, visando proporcionar às pessoas com deficiência, sejam elas servidores, parlamentares ou visitantes, uma maior acessibilidade aos ambientes da Casa e aos serviços por ela oferecidos. A igualdade de oportunidades contribuirá para o exercício pleno da cidadania e para uma vida digna, produtiva e independente.

4. JUSTIFICATIVAS

A atuação da Câmara dos Deputados como instituição socialmente responsável deve servir de exemplo às demais instituições no País, tanto no âmbito público quanto no âmbito privado, contribuindo, assim, para consolidar uma imagem positiva perante a sociedade ao oferecer igualdade de oportunidades a todos os indivíduos e enfatizar suas qualidades e capacidades.

A convivência com a diversidade proporcionará novas experiências às equipes de trabalho, combatendo o preconceito, estimulando o respeito às diferenças e valorizando a diversidade por meio do reconhecimento da igualdade.

Os impactos positivos de se empregarem pessoas com deficiência refletir-se-ão na motivação dos outros funcionários, criando um clima organizacional positivo, promovendo a humanização do trabalho e estimulando o sentimento de solidariedade.

5. OBJETIVOS

5.1. Geral

Implantar, na Câmara dos Deputados, uma política de inclusão social das pessoas com deficiência, compreendida como a eliminação de barreiras físicas, psicológicas e de comunicação, promovendo, assim, as condições adequadas para garantir sua inserção real e virtual no ambiente da Casa.

5.2. Específicos

5.2.1 Difundir uma cultura de inclusão dentro na Câmara dos Deputados, buscando sensibilizar, por meio de um programa de conscientização, o público interno da Casa, de modo a receber positivamente as pessoas com deficiência e contribuir para o combate ao preconceito e à discriminação e para a criação de um ambiente solidário;

- 5.2.2 Propor ações que visem garantir a acessibilidade física (mobilidade e usabilidade dos espaços e dos recursos materiais), virtual (mobilidade e usabilidade dos recursos da informática), de documentação (usabilidade dos documentos impressos) e de comunicação nas dependências da Câmara dos Deputados, tendo por base o conceito de Desenho Universal (concepção de produtos, meios de comunicação e ambientes para serem utilizados por todas as pessoas, o maior tempo possível, sem a necessidade de adaptação para um ou outro grupo de indivíduos);
- 5.2.3 Desenvolver programas de capacitação e treinamento destinados aos servidores que possuam algum tipo de deficiência, de modo a otimizar suas qualidades e habilidades no desempenho de suas atribuições.

6. PÚBLICO-ALVO

O público-alvo do Programa é composto de servidores, parlamentares, trabalhadores contratados, visitantes, convidados, telespectadores e internautas.

7. METODOLOGIA

A fim de facilitar o planejamento e a execução das tarefas, este Programa incluirá 3 Projetos, a ele intrinsecamente vinculados, os quais tratarão dos temas abaixo:

- 7.1 Acessibilidade Física – Intervenções Arquitetônicas
- 7.2 Sensibilização e Capacitação
- 7.3 Acessibilidade Digital – Tecnologia

Cada Projeto será desenvolvido por um subgrupo integrado pelos servidores cujos setores de atuação tenham maior afinidade com a área temática, a ser submetido à análise e aprovação do Grupo de Trabalho integralmente formado.

Os subgrupos se reunirão regularmente, segundo suas necessidades, para desenvolver o Projeto e proceder à sua implementação. O Grupo de Trabalho também se reunirá periodicamente para que os subgrupos apresentem o andamento de seus projetos por meio de Relatórios de Execução, os quais serão submetidos à avaliação do Grupo.

Eventualmente pode ser necessário enviar alguns membros do Grupo em viagens a serviço para participar de eventos, cursos, seminários ou palestras relacionados à questão das pessoas com deficiência.

As conclusões dos trabalhos previstos neste Programa, assim como em seus projetos, fornecerão subsídios e recomendações aos diversos órgãos da Câmara dos Deputados para a tomada de decisões no que concerne à política de inclusão social de pessoas com deficiência.

8. PRODUTOS ESPERADOS

- 8.1 Projeto de Acessibilidade Física – Intervenções Arquitetônicas;
- 8.2 Projeto de Sensibilização e Capacitação;
- 8.3 Projeto de Acessibilidade Digital – Tecnologia;
- 8.4 Análise e avaliação dos Relatórios de Execução fornecidos por cada um dos subgrupos, para fins de acompanhamento;

8.5 A implementação das ações previstas em cada um dos Projetos;

8.6 Relatório de Recomendações;

8.7 A criação, dentro da estrutura organizacional da Câmara dos Deputados, de um Comitê Permanente de Inclusão Social de Pessoas com Deficiência, cuja incumbência será a de monitorar, desenvolver, implementar e promover, periódica e sistematicamente, as ações relativas ao tema, de modo a garantir a continuidade do Programa.

9. ESCOPO

Faz parte do escopo do Programa:

- Fornecer recomendações e sugestões às instâncias superiores no sentido de promover cada vez mais a inserção das pessoas com deficiência na Câmara dos Deputados

Não faz parte do escopo deste Programa:

- Instituir normas para a condução da política de inclusão social das pessoas com deficiência na Câmara dos Deputados
- Garantir uma mudança de cultura por parte dos servidores da Casa

10. RISCOS ENVOLVIDOS

Definição do Risco	Probabilidade de ocorrência	Impacto	Plano de contingência	Responsável pelo Plano de contingência
Resistência à mudança de cultura	Alta	Alto	<ul style="list-style-type: none"> - programas de sensibilização apoio e articulação política 	CEFOR, APROJ e DG
Falta de priorização por parte dos órgãos envolvidos na implementação das ações	Média	Alto	<ul style="list-style-type: none"> - programas de sensibilização apoio e articulação política 	CEFOR, APROJ e DG
Falta de priorização dos trabalhos do grupo por parte da própria equipe (equipe com dedicação parcial ao Projeto)	Média	Alto	<ul style="list-style-type: none"> - agendar os compromissos antecipadamente - programas de sensibilização - engajar os envolvidos mediante contato constante, solicitando, se necessário, apoio e sugestões - divulgar o andamento dos trabalhos, informando a todos as decisões e os prazos 	CEFOR, APROJ e DG
Dificuldade de interação com outros órgãos da Casa envolvidos na implementação das ações, principalmente se houver outros grupos de trabalho que estejam desenvolvendo ações complementares	Média	Alto	<ul style="list-style-type: none"> - agendar os compromissos antecipadamente - programas de sensibilização - engajar os envolvidos mediante contato constante, solicitando, se necessário, apoio e sugestões - divulgar o andamento dos trabalhos, informando a todos as decisões e os prazos 	CEFOR, APROJ e DG
Falta de articulação/apoio político para desenvolver determinadas ações	Baixa	Alto	<ul style="list-style-type: none"> - sensibilizar as instâncias superiores 	CEFOR
Falta de recursos materiais (não previstos no orçamento de 2004) para implementar ações que demandem desembolso imediato	Alta	Alto	<ul style="list-style-type: none"> - articulação junto às instâncias superiores para obter pelo menos parte dos recursos (dependendo do tipo de ação, a falta de alternativas para a falta de recursos pode inviabilizar sua execução) - buscar soluções alternativas a um custo mais baixo 	APROJ e DG
Modificação na alta estrutura político-administrativa da Câmara	Baixa	Alto	<ul style="list-style-type: none"> - sensibilizar as instâncias superiores 	APROJ, DG e outras diretorias

11. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Alguns instrumentos serão utilizados para avaliar periódica e sistematicamente o desenvolvimento do Programa:

- 11.1 Indicadores
- 11.2 Reuniões
- 11.3 Relatórios
- 11.4 Pesquisas de opinião
- 11.5 Vistorias

12. ESTIMATIVAS DE RECURSOS E CUSTOS

RECURSO	CUSTO ESTIMADO
Viagens a serviço de servidores que eventualmente participem de eventos fora de Brasília (e despesas correlatas, tais como passagens áreas, diárias e transporte)	R\$ 10.000,00
Os custos das atividades específicas de cada um dos 3 projetos vinculado a este Programa serão estimados dentro do próprio projeto	--
Total	R\$ 10.000,00

13. MATRIZ DE RESPONSABILIDADES

Os Projetos serão compostos por servidores cuja área de atuação tenha maior afinidade com o tema, conforme abaixo:

13.1 PROJETO DE ACESSIBILIDADE FÍSICA – INTERVENÇÕES ARQUITETÔNICAS

- Adriano Bezerra de Faria
- Ana Luisa Dantas Silva
- Ana Maria Cristina B. Labarrère
- Ana Tereza Sotero Duarte
- Catharina M. P. Delgado Machado
- Christian Beurlen
- Elcio Gomes da Silva – Coordenador
- Elizeu do Vale Santos
- Fabiano José Arcadio Sobreira
- Thaisa Marques Leite

13.2 PROJETO DE SENSIBILIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO

Adriana Padula Jannuzzi
Anderson de Oliveira Noronha
Esdo Gomes da Silva
Flávio Elias Ferreira Pinto
Luiz Paulo Pieri
Marcelo de França Moreira
Marcio José Souza Mesquita
Maria Cristina Silva Monteiro
Maria Rosa Silveira Aguiar Azevedo
Simone Crema Mendes
Tarcísio Ximenes Prado Junior – Coordenador
Valéria Cristina Gomes Ribeiro

13.3 PROJETO DE ACESSIBILIDADE DIGITAL – TECNOLOGIA

Carlos Benevenuto Padilha
Marco Antonio Fioravante
Olival Gomes Barboza Junior – Coordenador

14. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICA

15. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACESSIBILIDADE BRASIL. www.acessobrasil.org.br

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *Coletânea de Normas de Acessibilidade para Pessoas Portadoras de Deficiências*. Rio de Janeiro: ABNT, 2001.

COMISSÃO PERMANENTE DE ACESSIBILIDADE. *Guia de legislação para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida*. São Paulo: Secretaria da Habitação e Desenvolvimento urbano da Prefeitura do Município de São Paulo, 2003.

COMISSÃO PERMANENTE DE ACESSIBILIDADE. *Guia de acessibilidade em edificações*. São Paulo: Secretaria da Habitação e Desenvolvimento urbano da Prefeitura do Município de São Paulo, 2002.

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL e ANDI. *Diversidade – Mídia e Deficiência*. Brasília: Fundação Banco do Brasil; Andi, 2003.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Guia Cidadania e Comunidade*. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, 2002.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Programa Estadual de Direitos Humanos*. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, 2002.

INSTITUTO ETHOS. *O que as empresas podem fazer pela inclusão das pessoas com deficiência*. São Paulo: Instituto Ethos, 2002.

LIMA, Niusarete M. *Pessoa portadora de deficiência – Legislação federal básica*. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Estado de Direitos Humanos, 2001. (Série Legislação em Direitos Humanos).

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. *Manual de Procedimento – Instrução Normativa nº 20/2001: Inserção da Pessoa Portadora de Deficiência no Mercado de Trabalho*. Brasília: MTE, Secretaria de Inspeção do Trabalho, 2001.

NAMBU, Tais S. *Construindo um mercado de trabalho inclusivo: guia prático para profissionais de recursos humanos*. Brasília: CORDE, 2003.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Gestão das questões relativas à deficiência no local de trabalho – Repertório de recomendações práticas*. Brasília: OIT, 2003.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Normas internacionais do trabalho sobre a reabilitação profissional e emprego de pessoas portadoras de deficiência*. 2. ed. Brasília: CORDE, 2001.

PLANO DE PROJETO

1. IDENTIFICAÇÃO

Título do projeto:	PROJETO DE ACESSIBILIDADE FÍSICA - INTERVENÇÕES ARQUITETÔNICAS (vinculado ao PROGRAMA DE INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS)
Entidade proponente:	Diretoria-Geral da Câmara dos Deputados
Órgão responsável:	Assessoria de Projetos Especiais (APROJ)
Coordenador:	Élcio Gomes da Silva
Grupo de Trabalho:	Adriano Bezerra de Faria (Senado Federal) Ana Luisa Dantas Silva (DETEC) Ana Maria Labarrère (DETEC) Ana Tereza Sotero Duarte (CONLE) Catharina M. P. Delgado Machado (DETEC) Christian Beurlen (DETEC) Elizeu do Vale Santos (DEPOL) Élcio Gomes da Silva (DETEC) Fabiano José Arcadio Sobreira (DETEC) Thaisa Marques Leite (DETEC)
Período de execução:	março/2004 a dezembro/2006

2. DECLARAÇÃO DE PROPÓSITOS

Projetar e executar as Intervenções Arquitetônicas com o objetivo de eliminar e superar as barreiras arquitetônicas, que impedem a circulação, o uso do espaço e dos equipamentos, procurando respeitar a diversidade e a plena acessibilidade no Complexo Arquitetônico da Câmara dos Deputados, com base no conceito de *Desenho Universal*, que visa atender a maior gama de variações possíveis das características antropométricas e sensoriais da população.

3. CONTEXTUALIZAÇÃO

A Diretoria-Geral da Câmara dos Deputados instituiu, em março de 2004, o Programa de Inclusão Social das Pessoas com Deficiência da Câmara dos Deputados, com o objetivo de implementar uma série de ações integradas para proporcionar às pessoas com deficiência, sejam servidores, parlamentares ou visitantes, acesso aos ambientes da Casa e aos serviços por ela oferecidos.

A fim de facilitar a execução das ações inicialmente propostas, o Programa foi dividido em três Projetos voltados para as seguintes áreas de atuação: acessibilidade física (intervenções arquitetônicas), acessibilidade digital (tecnologia) e sensibilização e capacitação.

Este Projeto é, portanto, parte integrante do Programa de Inclusão Social de Pessoas com Deficiência da Câmara dos Deputados e dele não pode estar dissociado. As atividades e ações aqui previstas guardam estreita relação e coerência com o Programa.

O conceito de pessoa com deficiência abrange um conjunto amplo de características. As deficiências podem ser físicas, sensoriais (da visão, da audição ou da fala) ou intelectuais. Podem ser de nascença ou ter surgido em outra época da vida, em função de doença adquirida ou acidente. Em alguns casos causam um impacto brando na capacidade de trabalho e de interação com o meio físico e social ou consequências maiores, que requerem apoio e assistência proporcionais.

Em todo mundo, cresce a consciência que a inclusão dessas pessoas é uma questão de ética, cidadania e redução da desigualdade social. No âmbito das Intervenções Arquitetônicas a aceitação dessa realidade modifica conceitualmente os espaços edificados, apontando para projetos mais responsáveis e compromissados. Ao reconhecer a diversidade os ambientes devem ser trabalhados de forma a atender uma gama cada vez maior de usuários. As vantagens dos ambientes livres de barreiras beneficiam a todos os usuários e não apenas a determinado segmento, e a acessibilidade, neste sentido, é item essencial para permitir a inclusão social.

Ao buscar o planejamento de forma mais abrangente e menos restritiva, o parâmetro de acessibilidade parte sempre do usuário que necessita maior atenção a cada item a ser estudado no projeto. Assim, através do somatório das exigências pensadas para cada um – como um piso antiderrapante visando o idoso, um corrimão duplo para a criança, o vão adequado para a cadeira de rodas, uma programação visual explícita que atenda ao deficiente auditivo – beneficia-se o todo. Este conceito, chamado internacionalmente de *Desenho Universal*, busca pensar em todo usuário, planejando os espaços de forma mais abrangente e explorando na arquitetura sua vocação como veículo de integração social.

A Câmara dos Deputados recebe um contingente pessoas que apresentam diferentes formas de caminhar, deslocar-se, comunicar-se e interagir. Se espera deste órgão que seus servidores, seus espaços e seus mobiliários estejam adequados a recebê-las. No entanto, não é essa a realidade que encontram, por exemplo, pessoas que apresentam algum comprometimento motor ou que chegam à Câmara dos Deputados, pela primeira vez, em cadeiras de rodas.

Quando o público se depara com as dificuldades que possam impedir o simples acesso aos espaços existentes, ao computador ou a ida ao banheiro com autonomia, está instaurado o fator de exclusão social e não haverá inclusão de fato. É preciso que a infra-estrutura seja coerente com os princípios de inclusão, e que espelhe o respeito aos usuários, através do cuidado com instalações aptas a recebê-los sem restrições, em um meio ambiente atento às suas diferenças.

Frente a esses fatos é necessário instituir programas efetivos de eliminação das barreiras arquitetônicas e promover o conceito do Desenho Universal, visando a garantia de acessibilidade às edificações, vias públicas, mobiliários, espaços urbanos e meios de

transportes, a fim de criar condições que permitam a equiparação de oportunidades a todos os cidadãos, principalmente às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Com esse objetivo o Projeto de *Intervenções Arquitetônicas do Programa de Inclusão Social das Pessoas com Deficiência da Câmara dos Deputados* englobará uma série de ações integradas, visando proporcionar às pessoas com deficiência, sejam elas servidores, parlamentares ou visitantes, acessibilidade aos ambientes da Câmara dos Deputados e aos serviços por ela oferecidos. A igualdade de oportunidades contribuirá para o exercício pleno da cidadania e para uma vida digna, produtiva e independente.

4. JUSTIFICATIVAS

Inclusão significa combater o preconceito, estimular o respeito às diferenças e valorizar a diversidade por meio do reconhecimento da igualdade. Pode ser manifestada pela transformação das atitudes, do comportamento, da administração, do atendimento e da organização físico-espacial. Desse modo, uma das formas de inclusão ocorre com a acessibilidade.

Acessibilidade é um processo de transformação do ambiente e de mudança da organização das atividades humanas que diminui o efeito de uma deficiência. Alguns estudos comprovam que a acessibilidade prevista num projeto arquitetônico representa 0,1% dos gastos a serem feitos com um projeto convencional, repleto de barreiras¹.

A eliminação das barreiras arquitetônicas e a garantia de acessibilidade permitirão:

- Acomodar amplamente as diferenças antropométricas, ou seja, permitir que pessoas de diversos padrões (adultos, crianças, idosos, etc.) ou em diferentes situações (em pé, sentados etc.) possam interagir sem restrições com o ambiente projetado, com atenção a alguns limites físicos e sensoriais capazes de comprometer a ação e o alcance impostos a pessoas mais baixas, mais altas ou em cadeiras de rodas, por exemplo;
- Reduzir a quantidade de energia necessária para a utilização de produtos e ambientes, considerando distâncias e espaços, de modo que esses fatores não obriguem o indivíduo a um esforço adicional ou cansaço físico;
- Adequar ambientes e produtos para que sejam mais compreensíveis, prevendo inclusive as necessidades de pessoas com perdas visuais ou auditivas, criando soluções especiais por meio de cores vibrantes, sinais táteis e sonoros;
- Integrar produtos e ambientes para que sejam concebidos como sistemas e não como partes isoladas.

¹Dados retirados do texto “A Eliminação de Barreiras Possibilita aos Portadores de Deficiência Agirem na Sociedade”, de Marcelo Guimarães, o qual pode ser encontrado no site www.saci.org.br.

5. OBJETIVOS

5.1 Geral

Permitir, na Câmara dos Deputados, uma política de inclusão social das pessoas com deficiência, compreendida como a disseminação e implementação dos conceitos do *Desenho Universal* no desenvolvimento de projetos de arquitetura, promovendo as intervenções arquitetônicas necessárias.

5.2 Específicos

Propor ações que visem garantir a acessibilidade física (mobilidade e usabilidade dos espaços e dos recursos materiais), a identificação e a orientação nas dependências da Câmara dos Deputados, tendo por base o conceito de *Desenho Universal*.

6. PÚBLICO-ALVO

O público-alvo deste Projeto é composto de servidores, parlamentares, trabalhadores contratados, visitantes e convidados.

7. METODOLOGIA

O grupo se reunirá regularmente, segundo suas necessidades, para desenvolver o Projeto e proceder à sua implementação. Cumpre lembrar que este grupo trabalhará em conjunto com um grupo instituído na Casa para cuidar da Identidade Visual.

Ainda, haverá reuniões periódicas com o Grupo de Trabalho integralmente formado para apresentar o andamento do Projeto por meio de relatórios de execução, os quais serão submetidos à sua avaliação.

As conclusões dos trabalhos previstos resultarão em outros projetos, os quais fornecerão subsídios para a execução das reformas. Para isso, a obtenção dos produtos listados no Item 8 será resultado do desenvolvimento e implementação das seguintes atividades/ações:

7.1 Capacitação de servidores da Câmara em acessibilidade, capacitação de engenheiros e arquitetos em cursos oferecidos pelo CREA, CONFEA e IAB, além de outros temas de relevância para o desenvolvimento dos trabalhos;

7.2 Elaboração de convênios e termos de parceria com entidades que possuam reconhecido *expertise* em acessibilidade, como a Comissão Permanente de Acessibilidade da Prefeitura Municipal de São Paulo, para a prestação de serviços de consultoria;

7.3 Levantamento do Complexo da Câmara dos Deputados, nas escalações pretendidas, tendo em vista as intervenções nas áreas externas (meio urbano) e nas áreas internas (espaços dos edifícios);

- 7.4 Diagnóstico dos locais e espaços analisados, com identificação dos itens relevantes e da situação existente, avaliando a necessidade de intervenção segundo conceitos do *Desenho Universal*;
- 7.5 Elaboração de projetos para áreas não adaptadas e/ou parcialmente adaptadas;
- 7.6 Definição de prioridades relacionadas ao desenvolvimento do projeto;
- 7.7 Elaboração de cronograma físico-financeiro;
- 7.8 Execução das propostas aprovadas pelos coordenadores do Grupo deste Projeto e do Grupo de Trabalho do Programa. Esta etapa poderá ser feita de forma direta (executada pela própria Câmara dos Deputados) ou por processo licitatório, caso haja necessidade.

8. PRODUTOS ESPERADOS

Os produtos consistem na elaboração de projetos de intervenções arquitetônicas visando a execução das obras pela própria Câmara dos Deputados ou por empresas contratadas, e a aquisição de materiais específicos. Esses projetos serão divididos em três níveis de atuação que abrangem:

8.1 Arquitetura e Urbanismo

8.1.1 Áreas Urbanas

- adequação de vagas de estacionamentos e rampas conforme a NBR 9050²;
- rebaixamento de guias e redimensionamento de calçadas;
- remanejamento e adaptação de mobiliários urbanos (telefones, caixas de correio, postes de luz, tampas de inspeção das concessionárias);
- disponibilização de percursos entre os edifícios do Complexo Arquitetônico da Câmara dos Deputados e acessos, levando em consideração aspectos como segurança, qualidade esocial e continuidade;
- implantação de sinalização visual, tátil e sonora.

8.1.2 Áreas Internas

- adequação de circulação vertical e horizontal (rampas, escadas, elevadores, pisos);
- adequação de portas, janelas e dispositivos (comando de janela, maçaneta de porta, batoeiras dos elevadores);
- adaptação de sanitários e demais ambientes de uso comum (auditórios, restaurantes, lanchonetes, biblioteca);
- implementação e adaptação de mobiliário interno (telefones, balcões de atendimento, caixas eletrônicos, terminais de consulta e atendimento);
- implantação de sinalização visual, tátil e sonora;

8.2 Programação Visual

²Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 9050 - Acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiência a Edificações, Espaços, Mobiliário e Equipamentos Urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 1997.

- 8.2.1 Inserção de elementos de comunicação (sinalização tátil, visual e sonora) nas dependências internas e externas, em consonância com a nova identidade visual adotada pela Câmara dos Deputados:
- guias com textura diferenciada no chão;
 - placas indicativas em braile;
 - sonorização nos elevadores e em todos os andares;
 - cardápios dos restaurantes e lanchonetes em braile;
 - “display” nas entradas da Câmara dos Deputados onde os visitantes possam pegar os impressos disponíveis (mapas, cartilhas etc.).
- 8.2.2 Mapa das dependências da Câmara com indicação dos locais acessíveis às pessoas com deficiência -- inclusive sanitários, caixas eletrônicos, telefones públicos e vagas em estacionamentos -- para ser distribuído a todos os visitantes, com e sem deficiência, alem de disponibilização na internet ;

8.3 Sistema de Transportes

- 8.3.1 Adaptação de veículos da frota da Câmara dos Deputados.

9. ESCOPO

O escopo deste Projeto é definido em função das áreas de atuação, conforme detalhado:

- 9.1 *Arquitetura e Urbanismo* - Caberá a este Grupo de Trabalho a elaboração de Projetos, estimativas de custos e encaminhamento para execução imediata ou para formação de processo licitatório das intervenções nas áreas urbanas e nas áreas internas do Complexo Arquitetônico da Câmara dos Deputados;
- 9.2 *Programação Visual* - As intervenções e propostas referentes à Programação Visual serão elaboradas pelo Grupo de Trabalho instituído para Uniformizar a Identidade Visual da Câmara dos Deputados, conforme legislação pertinente e visando a acessibilidade arquitetônica;
- 9.3 *Sistema de Transportes* - Caberá a este Grupo de Trabalho o encaminhamento de sugestões e sistemas de adaptação da frota de veículos da Câmara dos Deputados para solução definitiva por parte da Coordenação de Transportes.

10. RISCOS ENVOLVIDOS

Definição do Risco	Probabilidade de ocorrência	Impacto	Plano de contingência	Responsável pelo Plano de contingência
Resistência às implicações das intervenções necessárias	média	alto	Iniciar processo de sensibilização	APROJ

Falta de priorização por parte dos órgãos envolvidos na implementação das ações	média	alto	intervenções e atuações junto aos órgãos para agilizar e otimizar os processos	APROJ
Materiais e equipamentos não recebidos	baixa	alto	atuação junto às empresas responsáveis, com aplicação de multas e demais providências cabíveis	DEMAP
Serviços não executados	baixa	alto	verificação das causas com vistas a execução das intervenções	DETEC
Demora no trâmite de processos licitatórios	alta	alto	atuação junto aos órgãos responsáveis para priorizar o andamento dos processos	DIRAD
Não cumprimento do cronograma de projeto e das reformas	média	médio	redefinição das etapas visando a conclusão das intervenções e o cumprimento das metas	DETEC
Incômodos causados durante a realização das reformas	alta	baixo	informação antecipada e conscientização da necessidade das intervenções	APROJ
Fatores climáticos que possam gerar atrasos	baixa	baixo	remanejamento do cronograma previsto	DETEC
Dificuldades em alterar a arquitetura dos prédios, por seu caráter de Patrimônio Cultural da Humanidade	alta	alta	elaborar projetos visando a mínima intervenção no conjunto tombado, com o objetivo de atender à legislação pertinente	DETEC

11. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

- Vistorias para acompanhamento da execução dos projetos e das reformas, por meio do cronograma previsto e da elaboração de relatórios;
- Vistorias regulares para verificação das instalações e da sinalização;
- Pesquisa de opinião junto ao público interno e coleta de dados dos visitantes.

12. ESTIMATIVAS DE RECURSOS E CUSTOS

Os custos estimados deverão ser previstos no plano plurianual e estão distribuídos conforme abaixo.

RECURSOS - ÁREA DE ATUAÇÃO	CUSTO ESTIMADO
Arquitetura e Urbanismo	R\$ 4.048.000,00
Programação Visual	R\$ 350.000,00
Sistema de Transporte	R\$ 50.000,00
Total	R\$ 4.448.000,00

113. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICA

14. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050 – Acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiência a Edificações, Espaços, Mobiliário e Equipamentos Urbanos.** Rio de Janeiro: ABNT, 1997.

COMISSÃO PERMANENTE DE ACESSIBILIDADE. **Guia de legislação para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.** São Paulo: Secretaria da Habitação e Desenvolvimento urbano da Prefeitura do Município de São Paulo, 2003.

COMISSÃO PERMANENTE DE ACESSIBILIDADE. **Guia de acessibilidade em edificações.** São Paulo: Secretaria da Habitação e Desenvolvimento urbano da Prefeitura do Município de São Paulo, 2002.

COMISSÃO PERMANENTE DE ACESSIBILIDADE. **Guia para mobilidade acessível em vias públicas.** São Paulo: Secretaria da Habitação e Desenvolvimento urbano da Prefeitura do Município de São Paulo, 2003.

INSTITUTO ETHOS. **O que as empresas podem fazer pela inclusão das pessoas com deficiência.** São Paulo: Instituto Ethos, 2002.

CPA – Comissão Permanente de Acessibilidade.
www.portal.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/habitacao/departamentos/cpa/0002

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
www.ibge.gov.br
www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/populacao/censo2000-populacao.pdf

REDE SACI.
www.saci.org.br

PLANO DE PROJETO

1. IDENTIFICAÇÃO

Título do projeto: PROJETO DE SENSIBILIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO
(vinculado ao PROGRAMA DE INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS)

Entidade proponente: Diretoria-Geral da Câmara dos Deputados

Órgão responsável: Assessoria de Projetos Especiais (APROJ)

Coordenador: Tarcísio Ximenes Prado Junior

Grupo de Trabalho: Adriana Padula Jannuzzi (Ponto 4.249 – DG)
Anderson de Oliveira Noronha (Ponto 6.493 – DEMAP)
Esdo Gomes da Silva (Ponto 5.246 – SGM)
Flávio Elias Ferreira Pinto (Ponto 6.337 – SECOM)
Luiz Paulo Pieri (Ponto 3.212 – ECULT)
Marcelo de França Moreira (Ponto 6.715 – CONLE)
Márcio José Souza Mesquita (Ponto 6.176 – DEMED)
Maria Rosa Silveira Aguiar Azevedo (Ponto 206.660 – Gabinete do Deputado Eduardo Barbosa)
Maria Cristina Silva Monteiro (Ponto 5.496 -Senado Federal)
Simone Crema Mendes (Ponto 4.350 – Liderança do PFL)
Tarcísio Ximenes Prado Junior (Ponto 6.019 – CEFOR)
Valéria Cristina Gomes Ribeiro (Matrícula 3.067-8 – TCU/SEPLAN)

Período de execução: março/2004 a dezembro/2006

2. DECLARAÇÃO DE PROPÓSITOS

Este Projeto visa instituir ações de sensibilização e capacitação, essenciais para aprimorar as relações entre os seres humanos e para combater o preconceito e a discriminação contra as pessoas com deficiência na Câmara dos Deputados, facilitando, assim, sua inserção no ambiente real e virtual da Casa.

3. CONTEXTUALIZAÇÃO

A Diretoria-Geral da Câmara dos Deputados instituiu, em março de 2004, o Programa de Inclusão Social das Pessoas com Deficiência da Câmara dos Deputados, com o objetivo de implementar uma série de ações integradas para proporcionar às pessoas com deficiência,

sejam servidores, parlamentares ou visitantes, acesso aos ambientes da Casa e aos serviços por ela oferecidos.

A fim de facilitar a execução das ações inicialmente propostas, o Programa foi dividido em três Projetos voltados para as seguintes áreas de atuação: acessibilidade física (intervenções arquitetônicas), acessibilidade digital (tecnologia) e sensibilização e capacitação.

Este Projeto é, portanto, parte integrante do Programa de Inclusão Social de Pessoas com Deficiência da Câmara dos Deputados e dele não pode estar dissociado. As atividades e ações aqui previstas guardam estreita relação e coerência com o Programa.

4. JUSTIFICATIVAS

Implantar uma política de inclusão social das pessoas com deficiência na Câmara dos Deputados demanda a aplicação de medidas que sejam capazes romper as barreiras psicológicas que tanto dificultam o entendimento das pessoas sobre o tema, impedindo até mesmo a aceitação desse grupo de indivíduos pelas pessoas que não possuem qualquer tipo de deficiência.

As ações de sensibilização e capacitação previstas neste Projeto são, portanto, essenciais na formação de uma nova cultura organizacional que visa aprimorar as relações entre os seres humanos e combater o preconceito e a discriminação contra as pessoas com deficiência.

5. OBJETIVOS

5.1. Geral

Promover uma cultura de inclusão social dentro da Câmara dos Deputados, buscando sensibilizar e capacitar o público interno da Casa, de modo a receber positivamente as pessoas com deficiência.

5.2. Específicos

- 5.1.1 Sensibilizar o público interno da Câmara dos Deputados para que se tenha um maior entendimento sobre a questão das pessoas com deficiência;
- 5.1.2 Capacitar os servidores com deficiência de modo a otimizar o desempenho de suas atribuições na Casa;
- 5.1.3 Capacitar grupos específicos de servidores sem deficiência para que se aperfeiçoem no trato de situações que envolvam as pessoas com deficiência;
- 5.1.4 Promover a acessibilidade das pessoas com deficiência a todas as ações relativas aos processos de sensibilização e capacitação previstos neste Projeto;

5.1.5 Divulgar todas as ações do Projeto, como forma de sensibilizar o público-alvo do Programa de Inclusão Social de Pessoas com Deficiência e servir, ao mesmo tempo, de elemento multiplicador dessa política nos ambientes interno e externo

6. PÚBLICO-ALVO

O público-alvo do Projeto é composto de servidores, parlamentares, trabalhadores contratados, visitantes, convidados, telespectadores e internautas.

7. METODOLOGIA

Este Projeto está intrinsecamente vinculado ao Programa de Inclusão Social de Pessoas com Deficiência da Câmara dos Deputados. Assim, todas ações aqui previstas guardam coerência com o contexto, as justificativas e os objetivos contemplados pelo Programa.

O grupo se reunirá regularmente, segundo suas necessidades, para desenvolver o projeto e proceder à sua implementação. Ainda, deverá se reunir periodicamente com o Grupo de Trabalho integralmente formado para apresentar o andamento do projeto por meio de Relatórios de Execução, os quais serão submetidos à avaliação do Grupo.

As conclusões dos trabalhos previstos neste Projeto fornecerão subsídios e recomendações aos diversos órgãos da Câmara dos Deputados para a tomada de decisões no que concerne à política de inclusão social de pessoas com deficiência.

A obtenção dos produtos listados no Item 8 será resultado do desenvolvimento e implementação das seguintes atividades/ações:

7.1 Produção de campanha de sensibilização do público interno:

- produção de eventos (palestras com pessoas famosas que possuam deficiência -- Lars Grael, Herbert Vianna, Marcelo Rubens Paiva, Osmar Santos, Flávio Silvino, Marcelo Yuka --, palestras com foco em cidadania e igualdade, vivências, "trilha sensorial")
- peças publicitárias (cartazes, banners, folders)

7.2 Inserção, no sistema de comunicação da Câmara (rádio, TV, jornais, revista e internet), de programação periódica e permanente relativa a temas de interesse ou à questão das pessoas com deficiência:

- criar um nome significativo para o programa
- palestras, debates, entrevistas (com pessoas que tenham deficiências e com os defensores da causa), reportagens sobre o trabalho realizado nas mais diversas entidades, reportagens sobre a superação de pessoas que adquiriram deficiências, suas dificuldades e o seu dia-a-dia

7.3 Desenvolvimento de programação cultural que aborde assuntos ligados à questão das pessoas com deficiência, tais como exposições de obras de arte, exibição de peças teatrais, filmes do circuito comercial e alternativo e outros espetáculos, assim como quaisquer outras manifestações culturais e artísticas produzidas por e para esse segmento da sociedade:

- filmes como “Meu pé esquerdo”, “O homem-elefante”, “Rain Man”, entre outros
 - exposição de pintores com o pé e com a boca
 - show de dança de pessoas surdas ou cegas
- 7.4 Elaboração e publicação, para distribuição interna e à sociedade, de cartilha de sensibilização e orientação sobre a questão das pessoas com deficiência;
- 7.5 Capacitação dos servidores da Câmara que possuam algum tipo de deficiência, de modo a otimizar o desempenho de suas atribuições em seu ambiente de trabalho:
• aulas e workshops
- 7.6 Capacitação de servidores da Câmara para receber novos servidores com deficiência e integrá-los ao ambiente de trabalho:
• aulas, workshops, painéis e cursos nas áreas de acessibilidade e relacionamento interpessoal para os servidores que forem trabalhar com pessoas com deficiência
- 7.7 Capacitação de segmentos específicos de servidores para receber/atender pessoas que possuam algum tipo de deficiência, inclusive visitantes:
• aulas, workshops, painéis e cursos nas áreas de acessibilidade, relacionamento interpessoal e libras (Língua de Sinais Brasileira) para servidores que atuem diretamente junto ao público interno e externo, tais como relações públicas, seguranças, atendentes da biblioteca etc.
- 7.8 Capacitação de segmentos específicos de servidores em acessibilidade e em outros temas de relevância para o desenvolvimento dos trabalhos deste Projeto:
• aulas, workshops, painéis, cursos, congressos e feiras para servidores do DETEC e do CENIN
- 7.9 Interpretação em Libras (Língua de Sinais Brasileira) e inserção de legendas nos programas exibidos pela TV Câmara;
- 7.10 Interpretação em Libras (Língua de Sinais Brasileira) nos eventos organizados pela CD;
- 7.11 Aquisição de um sistema de conversão e impressão em braile;
- 7.12 Produção de documentos públicos – legislação, livros, revistas e jornais – em formatos alternativos ao papel, tais como livros digitalizados ou em mídia audiovisual ou eletrônica (inclusive com legendas e interpretação em libras), assim como a impressão em braile, mediante solicitação, de documentos públicos cuja disponibilização em formatos alternativos ao papel ainda não seja suficiente para atender às demandas dos usuários com deficiência visual;
- 7.13 Elaboração de contrato com entidades ligadas à causa das pessoas com deficiência para a prestação de serviços diversos:
• consultoria em acessibilidade
- 7.14 Elaboração de convênios com entidades engajadas na causa da defesa dos direitos das pessoas portadoras de deficiência, com vistas à contratação de pessoas com deficiência pela Câmara dos Deputados, propiciando e estimulando sua inserção no mercado de trabalho;

- 7.15 Divulgação das ações parlamentares e da produção legislativa no que diz respeito às pessoas com deficiência por meio de inserção, na grade jornalística dos veículos de comunicação da Câmara – TV, rádio, jornal, revista e internet (inclusive o Plenarinho) –, de programação para informar, discutir e debater a questão das pessoas com deficiência em todos os aspectos (pontos e contrapontos) e a sua interface com o Poder Legislativo:
- elaboração de pautas
- 7.16 Divulgação interna e externa dos resultados do Programa, de modo a mostrar ao público interno e à sociedade o trabalho que vem sendo desenvolvido:
- notas nos veículos de comunicação da CD (TV, rádio, jornal, revista e internet)
 - campanhas publicitárias usando a mídia externa (revistas, jornais, TV e rádio)
 - fazer um mailing list dos contatos nos meios de comunicação, de modo a passar
 - *press releases* divulgando o andamento do Programa
- 7.17 Elaboração, publicação e divulgação de manual de políticas e diretrizes da Câmara dos Deputados em relação à questão das pessoas com deficiência.

8. PRODUTOS ESPERADOS

- 8.1 Campanha de sensibilização para o público interno;
- 8.2 Programação periódica e permanente relativa a temas de interesse ou à questão das pessoas com deficiência no sistema de comunicação da Câmara;
- 8.3 Programação cultural que aborde assuntos ligados à questão das pessoas com deficiência;
- 8.4 Cartilha de sensibilização e orientação sobre a questão das pessoas com deficiência;
- 8.5 Capacitação para os servidores da Câmara que possuam algum tipo de deficiência;
- 8.6 Capacitação de servidores da Câmara nas áreas de acessibilidade, relacionamento interpessoal, interpretação em libras (Língua de Sinais Brasileira) e outros temas de relevância para o desenvolvimento dos trabalhos;
- 8.7 Programas da TV Câmara com legendas e interpretação em Libras (Língua de Sinais Brasileira);
- 8.8 Eventos organizados pela CD com interpretação em Libras (Língua de Sinais Brasileira);
- 8.9 Sistema de conversão e impressão em braile;
- 8.10 Documentos públicos disponíveis em braile e em formatos alternativos ao papel;
- 8.11 Contratação de serviços diversos ligados ao tema das pessoas com deficiência (consultorias, interpretação em libras);

- 8.12 Contratação de pessoas com deficiência para trabalhar na Câmara dos Deputados;
- 8.13 Divulgação das ações parlamentares e da produção legislativa no que diz respeito às pessoas com deficiência;
- 8.14 Divulgação interna e externa dos resultados do Programa;
- 8.15 Manual de políticas e diretrizes da Câmara dos Deputados em relação à questão das pessoas com deficiência.

9. ESCOPO

Não faz parte do escopo deste Projeto garantir a inclusão das pessoas com deficiência que trabalham e transitam na Câmara dos Deputados. Ainda, as metas previstas não abrangem as demais pessoas com necessidades especiais, tais como hiperativos e superdotados – o foco do Projeto é a inclusão das pessoas com deficiência.

10. RISCOS ENVOLVIDOS

Definição do Risco	Probabilidade de ocorrência	Impacto	Plano de contingência	Responsável pelo Plano de contingência
Atraso na contratação de consultorias	Alta	Alto	<ul style="list-style-type: none"> - Ajustar com o Projeto de Apoio à Modernização os prazos entre elaboração dos termos de referência, contratação de consultoria e entrega dos produtos - Antecipar a elaboração dos termos de referência - Negociar com o Projeto de Apoio à Modernização e acompanhar a agilização dos procedimentos licitatórios 	Coordenador do Projeto, APROJ e DG
Descentralização das ações a ponto de dificultar sua implementação	Alta	Alto	<ul style="list-style-type: none"> - Reunir os responsáveis pelas ações para supervisão de sua execução 	Coordenador do Projeto, APROJ e DG
Dificuldade de locação de espaço para a realização de eventos de capacitação	Média	Alto	<ul style="list-style-type: none"> - Negociar com os setores que controlam os espaços sobre sua utilização 	Coordenador do Projeto, APROJ e DG
Dificuldade de inserção da programação cultural nas mídias internas	Média	Médio	<ul style="list-style-type: none"> - Negociar com os setores que controlam as grades horárias e os espaços sobre sua utilização 	Coordenador do Projeto, APROJ e DG

Exigüidade de tempo para a realização dos eventos e treinamentos previstos	Baixa	Média	<ul style="list-style-type: none"> - Programar com antecedência o período alocado para o evento junto às unidades envolvidas, efetuando os ajustes necessários em tempo hábil 	Coordenador do Projeto, APROJ e DG
Falta de comprometimento das áreas envolvidas em colaborar na implementação das ações previstas no Projeto	Baixa	Alto	<ul style="list-style-type: none"> - Sensibilizar as áreas envolvidas sobre a importância do tema na atualidade - Agendar os compromissos antecipadamente - Engajar os envolvidos mediante contato constante, solicitando, se necessário, apoio e sugestões - Divulgar o andamento dos trabalhos, informando a todos as decisões e os prazos 	Coordenador do Projeto, APROJ e DG
Restrição orçamentária que inviabilize a realização dos objetivos do Projeto	Alta	Alto	<ul style="list-style-type: none"> - Buscar alternativas para reduzir custos - Reprogramar os eventos para o próximo exercício - Sensibilização das instâncias superiores para a liberação dos recursos (total ou parcial) 	Coordenador do Projeto, APROJ e DG
Mudança de orientação organizacional em relação ao objetivo do Projeto	Baixa	Alto	<ul style="list-style-type: none"> - Sensibilizar as instâncias decisórias sobre a importância crescente do tema do Projeto e sobre a necessidade de implementar suas ações 	Coordenador do Projeto, APROJ e DG

11. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Alguns instrumentos serão utilizados para avaliar periódica e sistematicamente o desenvolvimento do Projeto:

- 11.1 Indicadores
- 11.2 Pesquisas de opinião junto aos públicos interno e externo (no site, em formulários e no 0-800)
- 11.3 Caixa de sugestões
- 11.4 Relatórios
- 11.5 Reuniões
- 11.6 Clipping das notícias veiculadas na mídia externa

12. ESTIMATIVAS DE RECURSOS E CUSTOS

RECURSO	CUSTO ESTIMADO
Contratação de profissionais para proferir palestras (e despesas correlatas, tais como passagens aéreas, diárias, transporte etc.)	R\$ 40.000,00 / ano

Contratação de profissionais ou empresas para ministrar aulas e coordenar workshops e painéis (e despesas correlatas, tais como passagens aéreas, diárias, transporte etc.)	R\$ 20.000,00 / ano
Cursos para servidores com deficiência (sob demanda, com custos incluídos na verba de treinamento do CEFOR)	--
Cursos para capacitar os servidores a atuarem em conjunto com os servidores que possuam algum tipo de deficiência (sob demanda, com custos incluídos na verba de treinamento do CEFOR)	--
Contratação de artistas para proferir palestras (e despesas correlatas, tais como passagens aéreas, diárias, transporte etc.) – qualquer estimativa depende de negociação com o artista	--
Material de escritório e papelaria para os cursos previstos (custos incluídos na verba de material do CEFOR)	--
Confecção de cartilha	R\$ 22.000,00
Locação de filmes (custos incluídos no contrato de locação de filmes do Espaço Cultural)	--
Contratação de grupos artísticos (teatro, dança, música)	R\$ 7.000,00
Contratação de intérpretes de Libras	R\$ 120.000,00 / ano
Campanha publicitária (sob demanda, com custos incluídos da verba de publicidade)	--
Aquisição de equipamentos – conversor e impressora braile	R\$ 20.000,00
Total	R\$ 229.000,00

Outros recursos a serem utilizados sem a necessidade de desembolso são:

- Auditórios
- Espaço Cultural
- Salas de aula
- Sala multimídia da Seplan/TCU e seus recursos intramídia
- Recursos instrucionais (canhão, computadores, scanners, impressoras)
- Mídia interna (TV Câmara, Rádio Câmara, página da CD na internet, Jornal da Câmara, Revista do Servidor)
- Servidores para a condução de painéis
- Servidores do Grupo de Valorização do Servidor

13. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICA

PRODUTO / ATIVIDADE	ANOS											
	2004				2005				2006			
	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre
Campanha de sensibilização para o público interno												
Programação periódica e permanente relativa a temas de interesse ou à questão das pessoas com deficiência no sistema de comunicação da Câmara												
Programação cultural que aborde assuntos ligados à questão das pessoas com deficiência												
Cartilha de sensibilização e orientação sobre a questão das pessoas com deficiência												
Conexão para os servidores da Câmara que possuem alguma tipo de deficiência												
Capacitação de servidores da Câmara nas áreas de acessibilidade, relacionamento interpessoal, interpretação em libras (língua de Sinais Brasileiro) e outros temas de relevância para o desenvolvimento dos trabalhos												
Programas da IV Câmara com legendas e interpretação em libras (língua de Sinais Brasileiro)												
Eventos organizados pela CD com interpretação em libras (língua de Sinais Brasileiro)												
Sistema de conversão e impressão em braille												
Documentos públicos disponíveis em braille e em formatos alternativos ao papel												
Contratação de serviços diversos ligados ao tema das pessoas com deficiência (consultoras, interpretação em libras)												
Contratação de pessoas com deficiência para trabalhar na Câmara dos Deputados												
Divulgação das regras partidárias e da legislação no que diz respeito às pessoas com deficiência (a												
Divulgação interna e externa das ações e atividades do Programa												
Manual de políticas e diretrizes da Câmara dos Deputados em relação à questão das pessoas com deficiência												

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- COMISSÃO PERMANENTE DE ACESSIBILIDADE. *Guia de legislação para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida*. São Paulo: Secretaria da Habitação e Desenvolvimento urbano da Prefeitura do Município de São Paulo, 2003.
- INSTITUTO ETHOS. *O que as empresas podem fazer pela inclusão das pessoas com deficiência*. São Paulo: Instituto Ethos, 2002.
- REDE SACI. www.saci.org.br

PLANO DE PROJETO

1. IDENTIFICAÇÃO

Título: PROJETO DE ACESSIBILIDADE DIGITAL – TECNOLOGIA
(vinculado ao PROGRAMA DE INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS)

Entidade proponente: Diretoria-Geral da Câmara dos Deputados

Órgão responsável: Assessoria de Projetos Especiais (APROJ)

Coordenador: Olival Gomes Barboza Júnior

Grupo de Trabalho: Olival Gomes Barboza Júnior (Ponto 6.401 – CENIN)
Marco Antônio Fioravante (Ponto 162.145 – Gabinete do Deputado Leonardo Mattos)

Período de execução: março/2004 a dezembro/2006

2. DECLARAÇÃO DE PROPÓSITOS

Tornar os recursos de Tecnologia da Informação (TI) da Câmara dos Deputados um instrumento de inclusão social das pessoas com deficiência, e não mais uma barreira ao acesso dessas pessoas ao meio em que estão inseridas.

3. CONTEXTUALIZAÇÃO

A Diretoria-Geral da Câmara dos Deputados instituiu, em março de 2004, o Programa de Inclusão Social das Pessoas com Deficiência da Câmara dos Deputados, com o objetivo de implementar uma série de ações integradas para proporcionar às pessoas com deficiência, sejam servidores, parlamentares ou visitantes, acesso aos ambientes da Casa e aos serviços por ela oferecidos.

A fim de facilitar a execução das ações inicialmente propostas, o Programa foi dividido em três Projetos voltados para as seguintes áreas de atuação: acessibilidade física (intervenções arquitetônicas), acessibilidade digital (tecnologia) e sensibilização e capacitação.

Este Projeto é, portanto, parte integrante do Programa de Inclusão Social de Pessoas com Deficiência da Câmara dos Deputados e dele não pode estar dissociado. As atividades e ações aqui previstas guardam estreita relação e coerência com o Programa.

4. JUSTIFICATIVAS

A Câmara dos Deputados se apresenta como “a casa de todos os brasileiros”. Deve, portanto, garantir o acesso a todos os que desejarem ou precisarem dos serviços oferecidos pela instituição, em obediência à Lei de Acessibilidade (Lei n.º 10.098, de 19/12/2000), que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

5. OBJETIVOS

5.1 Geral

Garantir a acessibilidade dos recursos de Tecnologia da Informação (TI) da Câmara dos Deputados às pessoas com deficiência.

5.2 Específicos

- 5.2.1 Garantir a publicação de conteúdo acessível nos sítios Internet e Intranet da Câmara dos Deputados, independente da fonte de informação;
- 5.2.2 Certificar que os sítios *web* da Casa (Internet e Intranet) atendam aos requisitos de acessibilidade definidos pela *Web Accessibility Initiative* (WAI), do *WorldWide Web Consortium* (W3C), órgão responsável pela evolução e padronização de tecnologias que servem de base à rede mundial na Internet;
- 5.2.3 Incluir as pessoas com deficiência auditiva e motora nas iniciativas de divulgação institucional da Câmara.

6. PÚBLICO-ALVO

O público-alvo deste projeto se divide basicamente em dois grandes grupos: as pessoas com deficiência que sejam usuárias do sítio *web* da Câmara na Internet e as que utilizam os serviços internos fornecidos pelo CENIN (Intranet, Sistemas de Informação, etc.).

7. METODOLOGIA

A fim de atender aos objetivos específicos deste projeto, entendemos que este deve ser estruturado da seguinte forma:

- 7.1 *Capacitar funcionários da Câmara em técnicas de acessibilidade digital e usabilidade:* técnicos da Coordenação de Disseminação de Informações (CODIS) do CENIN e da Secretaria de Comunicação Social (SECOM) devem ser treinados em acessibilidade, agregando esta competência às áreas envolvidas na publicação de conteúdo *web*;

- 7.2 *Com o auxílio de consultoria especializada, adequar o Zope/Plone (ferramenta de gestão de conteúdo web):* a fim de garantir que as informações publicadas nas páginas Internet/Intranet da Casa sejam formatadas automaticamente para atender aos requisitos de acessibilidade WAI/W3C, adequar a ferramenta de gestão de conteúdo com o auxílio de consultor com conhecimento tanto sobre Zope/Plone quanto de desenho universal;
- 7.3 *Certificar a acessibilidade dos sítios web da Câmara através de auditoria externa:* uma vez executados os passos anteriores, e depois de concluída a migração do sítio web para a nova plataforma de gestão de conteúdo, usar o serviço de consultoria externa para avaliar a acessibilidade das páginas web da Casa na Internet e Intranet;
- 7.4 *Interpretar conteúdo relevante do sítio web da Câmara em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS):* uma vez definido o conteúdo relevante do sítio web para tradução em outras línguas (responsabilidade do Grupo do Salto Qualitativo do Site da Câmara), gerar animação em computação gráfica a ser incorporada às páginas da Câmara com um avatar interpretando a informação da página em LIBRAS;
- 7.5 *Adquirir quiosque multimídia adequado para cadeirantes:* em recente processo licitatório para aquisição de quiosques multimídia, nenhum dos licitantes apresentou propostas para o quiosque multimídia acessível solicitado. Esta atividade consiste em repetir o processo licitatório contemplando apenas quiosques acessíveis.

8. PRODUTOS ESPERADOS

- 8.1 Equipe capacitada em técnicas de acessibilidade digital e usabilidade;
- 8.2 Ferramenta de gestão de conteúdo web do CENIN adaptado para publicar conteúdo acessível independente da fonte de informação;
- 8.3 Sítios web (Internet e Intranet) da Câmara certificados segundo as regras de acessibilidade WAI/W3C e acessível aos principais leitores de tela do mercado;
- 8.4 Parte do conteúdo dos sítios web da Casa interpretados em LIBRAS;
- 8.5 Quiosques multimídia adequados a cadeirantes implantados.

9. ESCOPO

Fazem parte do escopo deste Projeto:

- Iniciar o processo de contratação do treinamento e da consultoria especializada em acessibilidade;
- Iniciar o processo de aquisição dos quiosques multimídia.

Não fazem parte do escopo deste projeto:

- Definir os conteúdos a serem interpretados em LIBRAS (responsabilidade do Grupo do Salto Qualitativo do Site da Câmara).

10. RISCOS ENVOLVIDOS

Definição do Risco	Probabilidade de ocorrência	Impacto	Plano de contingência	Responsável pelo Plano de contingência
Ausência de licitantes no processo de aquisição dos Quiosques Multimídia	Alta	Médio	Levantamento prévio de fornecedores em todo o Brasil	Grupo de Informática do Programa de Inclusão Social de Pessoas com Deficiência da CD

11. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

As atividades do projeto serão cadastradas em ferramenta adequada para gestão de projetos, a qual permite disponibilizar o acompanhamento do mesmo através da Intranet da Casa. Assim, todos os envolvidos e interessados poderão acompanhar o seu desenrolar através de qualquer microcomputador conectado à Rede Câmara.

Como complemento, um relatório sumarizado das atividades poderá ser extraído da ferramenta e distribuído aos patrocinadores e envolvidos no projeto.

12. ESTIMATIVAS DE RECURSOS E CUSTOS

RECURSO	CUSTO ESTIMADO
Treinamento em Acessibilidade (para 4 pessoas e 1 semana de duração, a ser realizado nas dependências da Câmara dos Deputados)	R\$ 2.800,00
Adequação do Zope/Plone (estimativa de 40 horas de consultoria a R\$100,00/hora)	R\$ 4.000,00
Certificação do sítio web Internet/Intranet (estimativa de 10 horas de consultoria a R\$100,00/hora)	R\$ 1.000,00
Interpretação de parte do sítio web para LIBRAS (estimativa de 250 horas de consultoria a R\$100,00/hora)	R\$ 25.000,00
Aquisição de 2 quiosques multimídia	R\$ 36.000,00
Total	R\$ 68.800,00

13. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICA

PRODUTO / ATIVIDADE	2004				2005				2006			
	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre
Treinamento em Acessibilidade												
Adequação do Zope/Plone												
Certificação dos sítios web												
Interpretação para LIBRAS												
Aquisição de quiosques												

14. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

VIVARTA, Veet. *Mídia e deficiência*. DF: Fundação Banco do Brasil, 2003.

(A Comissão de Assuntos Sociais.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

Sobre a mesa, ofícios da Liderança do PTB na Câmara dos Deputados que serão lidos pela Sr^a 1^ª Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

São lidos os seguintes:

Of. nº 888/2004

Brasília, 20 de outubro de 2004

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência, nos termos regimentais, o Senhor Deputado José Militão (PTB – MG), como Titular, em substituição ao Senhor Deputado José Múcio Monteiro (PTB – PE), para integrar a Comissão Mista que analisa a Medida Provisória nº 219, de 10 de outubro de 2004, que “Dispõe sobre o desconto de crédito na apuração da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL e da Contribuição para o PIS/Pasep e Cofins não cumulativas, e dá outras providências”.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência, protestos de estima e elevada consideração. – Deputado **José Mucio Monteiro**, Líder do PTB.

Of. nº 832/2004

Brasilia, 20 de outubro de 2004

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência, nos termos regimentais, o Senhor Deputado Jonival Lucas (PTB – BA), como Titular, em substituição ao Senhor Deputado José Múcio Monteiro (PTB – PE), para integrar a Comissão Mista que analisa a Medida Provisória nº 220, de 4 de outubro de 2004, que “Dispõe sobre a criação de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS, no âmbito do Poder Executivo Federal, e dá nova redação a dispositivos das Leis nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e 10.683, de 28 de maio de 2003”.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência, protestos de estima e elevada consideração. – Deputado **José Mucio Monteiro**, Líder do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Serão feitas as substituições solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Há oradores inscritos.

Passamos a palavra à Senadora Serys Slhessarenko, por permuta com o Senador Augusto Botelho.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR.

Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria que V. Ex^a me concedesse a palavra como Líder, após o pronunciamento da Senadora Serys Slhessarenko.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Senador Mozarildo Cavalcanti, V. Ex^a terá a palavra assegurada por cinco minutos, como Líder.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG. Pela ordem.)

– Sr. Presidente, da mesma forma, peço a palavra pela Liderança do PL, para falar logo após o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Senador Aelton Freitas, V. Ex^a também terá a palavra assegurada por cinco minutos, logo após o pronunciamento do Senador Mozarildo Cavalcanti.

Passamos a palavra à nobre Senadora Serys Slhessarenko, por até 20 minutos.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT

– MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, chegamos, hoje de madrugada – apesar de termos saído daqui ontem à noite –, do Estado de Mato Grosso, onde estamos visualizando o sucesso no segundo turno das eleições na Capital, Cuiabá.

É um momento importante na história do meu Estado: pela primeira vez, o Partido dos Trabalhadores, com partidos aliados, chega ao segundo turno com real possibilidade de vitória.

O Estado do Mato Grosso é de extrema relevância para a Federação. Tem um potencial gigantesco de produção: é o maior produtor de soja, algodão e carne bovina e o segundo maior produtor de vários outros produtos. É um Estado que já conta com uma boa infra-estrutura, mas que necessita de algo muito maior para dar vazão ao seu potencial de desenvolvimento de produção. A infra-estrutura do Estado ainda está sendo construída, mas é preciso muito mais.

Temos discutido com o Governo, temos conversado com nossos Ministros sobre a importância das nossas rodovias e da Ferronorte. Já foi inaugurado, no Governo do Presidente Lula, o trecho de Alto Taquari a Alto Araguaia. Agora, ela segue de Alto Araguaia para Rondonópolis e, com certeza, num futuro bem breve, estará chegando à nossa capital, à nossa Cuiabá.

Tivemos, ainda hoje pela manhã, uma audiência com o Sr. Ministro do Planejamento, ocasião em que discutimos essas questões que temos discutido permanentemente com o nosso também muito competente Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento. Há um esforço grande da Bancada de Mato Grosso no sentido da construção da infra-estrutura necessária para o escoamento da produção do nosso Estado, que é um Estado onde o agronegócio vai muito bem, obrigada, mas onde a agricultura familiar, apesar de estar avançando, tem que avançar muito mais. Temos lá muitos assentamentos de pequenos produtores rurais, mas a sua produção, que está sendo estimulada e que de-

verá ser cada vez mais estimulada por meio dos programas de crédito agrícola para o pequeno agricultor em especial, precisa dessa infra-estrutura.

A competência do Governo Federal no que diz respeito a rodovias refere-se, fundamentalmente, à BR-364, à BR-163 e à BR-158. Temos ainda a BR-070 e a BR-174, mas essas três referidas primeiramente têm necessidades mais prementes em termos de conservação e principalmente de construção – a Br-364, a BR-158 e a BR-163, no Estado do Pará, cuja construção é tão importante para aquele Estado como foi para Mato Grosso para o escoamento de sua produção.

Sr. Presidente, acaba de ser aprovado requerimento para a realização de sessão especial em que se chamará a atenção para o Dia Internacional de Combate à Violência contra a Mulher. Aproveito o ensejo para pedir aqui uma atenção muito especial dos Srs. e das Sras. Senadores e de todos aqueles que nos ouvem, aqui presentes ou ausentes, para a história que narraremos hoje. Trata-se de uma história gritante de violência, à qual a sociedade brasileira precisa prestar atenção. É uma realidade muito cruel, mas precisa ser conhecida para que possa ser combatida com todo o vigor necessário.

Com sobradas razões, a sociedade brasileira tem como uma de suas principais preocupações os índices, já há tempos muito alarmantes, de criminalidade violenta. E uma das razões relevantes para o incremento da violência é, na opinião unânime dos especialistas na matéria, a impunidade, que acaba, num grande número de casos, por beneficiar os criminosos. Já no que se refere às causas que levam à impunidade, destaca-se, entre elas, a morosidade do nosso aparelho judiciário.

Em alguns casos, a ineficácia do nosso sistema policial e judiciário em submeter aos rigores da lei os autores de delitos, especialmente quando eles são agentes do Estado, tem rendido sérios constrangimentos diplomáticos, Srs. Senadores, ao Brasil. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA (Organização dos Estados Americanos) já condenou o Governo brasileiro por causa de desrespeito aos direitos humanos em pelo menos três oportunidades. Foi assim no caso do assassinato do líder sem-terra Diniz Bento da Silva, o Teixeirinha, em 1993, no Paraná, e no caso do massacre do Carandiru, que deixou 111 presos mortos, ambos de triste memória.

Ao lado dos delitos praticados por agentes do Estado ou do poder econômico contra os desvalidos dos mais diversos matizes – sejam presidiários, agricultores que lutam pela posse da terra, moradores de rua ou favelados –, uma outra área na qual impera a mais vergonhosa impunidade é a da violência doméstica.

Vamos aqui relatar um fato de violência doméstica que está realmente trazendo problemas diplomáticos ao Brasil. Parece que as pessoas não estão ouvindo, parece que nós não estamos ouvindo o grito da violência doméstica. Como disse, acabamos de aprovar um requerimento para a realização de sessão especial do Dia Internacional de Combate à Violência contra a Mulher, e como a violência doméstica é, em mais de 99% dos casos, contra a mulher, estamos hoje fazendo estas colocações aqui desta tribuna.

Não pode ser qualificado senão como assombroso e deprimente o dado estatístico de que apenas 2% das denúncias criminais de violência doméstica chegam à condenação do agressor em nosso País. Sr. Presidente, Srs. Senadores, apenas 2% daqueles que praticaram violência doméstica chegaram a sofrer algum tipo de punição em nosso País! Portanto, é muito grave a situação.

Se a morosidade do Judiciário é a regra, a lentidão é ainda mais flagrante e mais exasperante quando se trata de julgar aqueles que praticam violência contra a mulher no próprio recinto do lar. Essa forma de violência, especialmente abjeta e covarde, parece continuar contando com uma machista conspiração de silêncio e tolerância a seu favor, ainda em pleno alvorecer do século XXI.

Um outro caso em que o Brasil sofreu condenação pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA foi o da tentativa de homicídio sofrida pela farmacêutica-bioquímica Maria da Penha Maia Fernandes – prestem atenção a esse nome – em 29 de maio de 1983, há 20 anos. Em 1997, 14 anos depois do crime, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos recebeu denúncia contra o Estado brasileiro por negligência e omissão em fazer cumprir a pena imposta a Marco Antônio Heredia Viveiros em dois júris. Em 30 de abril de 2001, a denúncia foi julgada procedente, resultando em mais uma condenação internacional ao nosso País.

Em face da condenação pela OEA, o Ministério da Justiça passou a acompanhar o processo judicial de perto, buscando livrar o País de ostentar, mais uma vez, a pecha de reino da impunidade. Mesmo assim, a despeito das pressões locais e internacionais, o agressor de Maria da Penha só veio a ser recolhido ao cárcere em 31 de outubro de 2002, um ano e meio após a decisão da Comissão da OEA. Pior ainda: em 5 de março do corrente ano, tendo cumprido apenas um ano e quatro meses da pena de dez anos e seis meses que lhe foi imposta, Viveiros obteve o benefício da progressão no regime de cumprimento da pena, passando a cumpri-la no regime semi-aberto.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, esse é apenas um exemplo que estou relatando aqui. Apesar de ser realmente assombroso, não é exemplo isolado: existem inúmeros casos semelhantes que precisamos combater. Para isso, precisamos dar visibilidade àqueles que conhecemos.

A odisséia vivida por Maria da Penha Fernandes até conseguir a condenação de seu ex-marido constitui exemplo paradigmático da morosidade e dos meandros da Justiça brasileira, bem como do especial descaso em relação aos processos instaurados para julgar atos de violência contra a mulher.

O crime de que Maria da Penha foi vítima apresentou, Srs. Senadores, requintes de crueldade, tendo sido friamente premeditado. Naquela trágica madrugada de 83, Maria da Penha foi alvejada, enquanto dormia, pelo pai de suas três filhas, pelo homem que era então o seu marido. A bala atingiu-lhe as costas, gerando lesões irreversíveis que a deixaram paraplégica. Quinze dias antes de disparar contra a esposa, Viveiros lhe havia pedido que assinasse uma proposta de seguro, do qual ele seria o beneficiário.

Antes da agressão, Viveiros passou a noite em claro, supostamente vendo televisão. Depois do disparo, foi encontrado na cozinha da residência do casal, com o pijama rasgado e uma corda enrolada ao corpo, gritando por socorro. Dizia que ladrões haviam escapado pela janela. Curiosamente, nenhum objeto de valor desapareceu da residência. E os mesmos ladrões que se teriam dado ao trabalho de “amarra” um homem que estava deserto teriam achado necessário disparar contra uma mulher adormecida.

Apesar de completamente estapafúrdia, a versão de Viveiros subsistiu de início. Após quatro meses de hospitalização, ao longo dos quais se submeteu a uma série de cirurgias, Maria da Penha retornou ao lar inválida. Seu algoz, então, submeteu-a a um regime de isolamento completo. Sequer a visita de familiares era permitida. Certo dia, por fim, Viveiros, empurrando-a na cadeira de rodas, levou-a para baixo do chuveiro, ao alcance de um fio elétrico que produzia choques sob a água. Maria da Penha, contudo, reagiu, debatendo-se e gritando, e foi salva pelas empregadas.

A partir de então, Maria da Penha fez a tragédia pessoal sua bandeira de luta. Com o apoio de organizações não-governamentais, como o Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (Cladem) e o Centro pela Justiça e o Direito Internacional (Cejil), Maria da Penha levou Viveiros a júri duas vezes e denunciou o Brasil perante a OEA.

No primeiro júri, em 1991, oito anos após as agressões, Viveiros foi condenado a 15 anos de reclusão e não foi preso. Depois de três adiamentos, o segundo

júri aconteceu no dia 14 de março de 1996. Dessa feita, Viveiros foi condenado à pena menor de 10 anos e seis meses de reclusão. Novamente os advogados recorreram, pleiteando a anulação do julgamento sob o argumento de que a decisão proferida seria contrária à prova dos autos. Debaixo de pressões locais e internacionais, a sentença foi mantida.

Como se pode ver, a luta de Maria da Penha por justiça demorou quase 20 anos, apesar do apoio de uma instituição do peso da OEA. E, indubitavelmente, não se pode dizer que haja sido feita justiça no caso, mormente tendo em vista que, cumprido apenas um ano e quatro meses da pena, o condenado obteve progressão ao regime semi-aberto.

Vale destacar, neste momento, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, a extraordinária coragem e determinação dessa mulher, que, incapacitada pela pessoa que lhe era mais próxima, encontrou forças para transformar sua tragédia em militância ativa e profícua em prol da justiça e do fim da impunidade.

Nos anos que se seguiram ao crime, Maria da Penha escreveu um livro relatando sua luta sob o sugestivo título **Sobrevivi... Posso Contar**. Além disso, engajou-se em entidades como a Associação dos Parentes e Amigos de Vítimas de Violência (Apavv) e o Observatório do Judiciário, nas quais leva adiante, ainda hoje, sua luta contra a morosidade do Judiciário, lembrando que justiça que tarda não passa de “injustiça qualificada”.

Sr. Presidente, Sr^{as}s Senadoras e Srs. Senadores, o rol de injustiças e disparates que cercam a história de Maria da Penha não se resume ao que narrei aqui. Sabe-se, por exemplo, que, já condenado, o agressor de Maria da Penha obteve autorização do juízo da 2^a Vara da Infância e da Juventude do Rio Grande do Norte para adotar uma criança, e que, desde a separação do casal, mesmo tendo ganhos fixos, ele jamais contribuiu com a educação das três filhas que ficaram com Maria da Penha.

As Sr^{as}s e os Srs. Senadores, com certeza, estão perguntando: e daí, Senadora Serys Sihessarenko, é apenas mais um caso? Exatamente por isso fiz questão de relatá-lo com alguns detalhes na tribuna do Senado da República. Há centenas, milhares, até milhões de casos, não como esse, em que a pessoa chega a ponto de ficar tetraplégica ou ser assassinada, mas de violência doméstica neste País.

A violência doméstica não é só o assassinato, a agressão corporal, mas a humilhação sofrida pela mulher no dia-a-dia, a discriminação no trabalho, na família, na política. E, aí, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, o Congresso Nacional encontrará a saída na

reforma política para chegar ao fim ou, pelo menos, à redução da discriminação da mulher na política.

Sr's e Srs. Senadores, como disse, a luta de Maria da Penha não foi em vão. É apenas um caso, mas que tal relato sirva para que realmente outras mulheres que estejam nos ouvindo, que conheçam o caso ou que venham a conhecê-lo por meio da obra que ela escreveu tenham, cada vez mais, a coragem, a força e a determinação para combatermos qualquer tipo de injustiça contra qualquer pessoa, mas, em especial, contra a mulher e a violência doméstica. Esse é o tipo de violência mais agressivo, mais gritante e mais cruel, porque é causada e sofrida por pessoas muito próximas umas das outras.

Meu tempo está terminando, mas, antes de concluir, agradeço ao Senador Augusto Botelho por haver cedido seu tempo a mim e concedo a S. Ex^a um aparte.

O Sr. Augusto Botelho (PDT – RR) – Senadora Serys Slhessarenko, quero apenas citar um exemplo prático relativo à violência doméstica. Trabalhei durante 30 anos na emergência do Hospital de Boa Vista. Cheguei a atender duas ou três pessoas que sofreram violência doméstica. Tomei providências para que fosse feita a denúncia – e o foi –, mas a vítima posteriormente a retirou. De outra vez, uma dessas pessoas voltou morta e a outra foi baleada e ficou com seqüelas de um tiro dado pelo próprio amado a quem ela perdoou. As mulheres vítimas de violência doméstica podem e devem voltar a conviver com o parceiro se acharem conveniente, mas não devem retirar a denúncia, pois é a segurança para a vida delas, para que possam criar os filhos. Queria dizer isso apenas para ilustrar o seu discurso, Senadora. V. Ex^a sabe da minha posição em defesa das minorias e, em especial, das mulheres. Muito obrigado.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Senador Augusto Botelho, agradeço a V. Ex^a pelo aparte. Já esperávamos de V. Ex^a esse depoimento, pois sabemos da sua participação no Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, do Congresso Nacional, na Comissão Especial do ano 2004 – Ano Nacional da Mulher. Nas duas comissões, V. Ex^a participa ativamente.

Mas a realidade é essa, Senador Augusto Botelho. Um terço – V. Ex^a citou três casos aqui e em um deles a mulher foi assassinada – é o percentual da violência doméstica que resulta em morte. Muitas daquelas mulheres que fazem a denúncia e voltam para retirá-la são assassinadas. E, às vezes, retiram a denúncia por medo de uma violência ainda maior.

Peço só mais dois minutos, Sr. Presidente, para concluir o meu pronunciamento. O que se faz neces-

sário, do nosso ponto de vista, é acabar com aquele ditado popular horrível que diz que “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher”. Eu digo que não. Ao contrário, em briga de marido e mulher todos têm que meter a colher: o vizinho, que pode evitar um assassinato ou uma agressão maior; o Poder Público, criando delegacias especializadas na violência contra a mulher, criando casas de abrigo, casas de proteção à mulher vítima de violência. Enfim, temos que ter uma política que realmente combata esse problema. Isso sem falar na participação do Judiciário, pois é fundamental e da maior relevância a celeridade e a determinação do Judiciário em tratar dessa questão da violência doméstica.

Sr. Presidente, peço para que se registre o discurso que eu iria fazer sobre a Semana de Ciência e Tecnologia, visto que tivemos uma videoconferência, na terça-feira, promovida pelo nosso competente Interlegis, na qual participaram a maioria das Assembléias Legislativas do nosso Brasil.

Sr. Presidente, relembro ainda as homenagens pelo transcurso do Dia do Médico – que já passou. Gostaria, mais uma vez, de fazer uma saudação muito especial a todos esses heróis da Medicina, médicos e médicas de nosso País, especialmente em nome dos Senadores que são médicos, na pessoa do Senador Augusto Botelho e do Senador Mozarildo Cavalcanti, aqui presentes.

Muito obrigada.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DA SRA. SENADORA SERYS SLHESSARENKO.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, vivemos num mundo em que a ciência adquiriu um papel e uma conotação que não podem ser desconsiderados, quando se tem em mira prover maior conforto aos seres humanos.

As descobertas científicas e os avanços tecnológicos nos surpreendem a cada dia, mas os primeiros beneficiados são sempre aqueles que se colocam nas camadas superiores da pirâmide social.

Por isso, um governo que foi eleito por suas propostas de mudanças na estrutura socioeconômica do País não poderia descuidar da inclusão dos menos favorecidos no contexto de usuários das conquistas tecnológicas da humanidade. Assim, visando a mais ampla divulgação possível dos conhecimentos e dos fazeres mais modernos, o Presidente Lula assinou decreto, em 9 de junho próximo passado, instituindo a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, a ser comemorada todos os anos no mês de outubro.

Os eventos realizados durante esse período serão coordenados, sempre, pelo Ministério da Ciência e Tecnologia e envolverão as entidades nacionais vinculadas ao setor.

Creio, Srs. Senadores, que não é possível, ainda, imaginar o alcance de uma ação com essa magnitude.

Na qualidade de Presidente da Frente Parlamentar Mista do *Software Livre e Inclusão Digital* – Frensoft – é natural que minha preocupação se volte para essa área específica do desenvolvimento tecnológico.

Todos sabemos que, no mundo de hoje, os conhecimentos de informática se tornaram indispensáveis à participação do ser humano em sociedade. Entretanto, nem todos podem adquirir um equipamento que não costuma sair por menos de 5 ou 6 salários mínimos. Ademais, se formos acrescentar a essa despesa os custos dos softwares necessários, aí é que o uso da informática se torna mesmo inviável para as camadas mais pobres da população.

Esses são alguns dos motivos que nos levam a lutar pela disseminação do uso de softwares livres, isto é; aqueles cuja aquisição não gera ônus para os usuários. Além disso, eles apresentam a vantagem de poderem ser alterados segundo as conveniências – nesse caso, sem dúvida, por aqueles que detêm os conhecimentos necessários. Esta é a forma de se livrar das atualizações, praticamente anuais, que os detentores dos direitos de softwares proprietários tentam “empurrar” aos que deles se utilizam.

Recentemente, vários jornais de grande circulação e influência na vida do País – entre eles, **O Estado de S.Paulo**, **O Globo**, **Gazeta Mercantil** – noticiaram com destaque que o Governo Federal já economizou, desde agosto de 2003, R\$28,5 milhões por ter passado a utilizar softwares livres. Esses números são o resultado de uma pesquisa realizada pelo Comitê de Implementação do *Software Livre*, coordenado pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI).

O Presidente do ITI, Sérgio Amadeu, informou que o software livre já é utilizado em 91 órgãos federais, incluídos aí todos os ministérios.

Um dado importante que o Presidente do ITI deu a conhecimento público foi o de que, no ano passado, os órgãos que migraram para o software livre gastaram apenas R\$768 mil com a formação de pessoal para a utilização de sistemas como o Linux. Se os órgãos públicos e estatais tivessem optado pelos sistemas proprietários, teriam sido gastos R\$24,8 milhões na compra de softwares ou renovação de suas licenças.

Sem dúvida, levaremos algum tempo até que os softwares livres ganhem a confiança dos usuários, mas eles já vêm comprovando a sua eficácia.

O Ministro Olívio Dutra foi um dos pioneiros a adotar sistemas que não gerariam despesas com direitos de criação, o que ocorreu quando era Governador do Estado do Rio Grande do Sul. No Ministério das Cidades, de que é o titular, também acabou saindo na frente. Nesse órgão, um terço dos usuários trabalham com software livre e mais de 80% da rede interna já funciona com aplicativos desse tipo.

Por sua vez, a Receita Federal possibilita a entrega da declaração de rendimentos com a utilização de vários softwares livres.

Sem dúvida, podemos afirmar que é o bom sentido tomado conta do Governo, que se valerá da estrutura existente na Escola Nacional de Administração Pública para ministrar cursos desses softwares para os servidores. Assim, será possível mudar a cultura de informática do setor público e fazer valer uma das diretrizes norteadoras da administração, que deve ser a utilização racional dos recursos públicos.

Como Presidente da Frente Parlamentar Mista do *Software Livre e Inclusão Digital* – Frensoft –, comprometo-me a envidar todos os esforços para a disseminação desses bens intelectuais que são de livre utilização.

Dessa forma, tenho certeza, será ampliado o acesso ao mundo digital, para que nele sejam incluídos também todos os que teriam de lutar muito para superar as dificuldades que lhes foram impostas já no berço.

Encerro aqui minha breve participação, para não tomar o precioso tempo dos especialistas presentes a este evento.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso da Sra. Serys Slhessarenko, o Sr. Paulo Paim, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Senadora Serys Slhessarenko, a solicitação de V. Ex^a será atendida na forma do disposto no Regimento Interno.

Senador Mozarildo Cavalcanti, antes de conceder a palavra a V. Ex^a, na condição de Líder do PPS, a Presidência gostaria de destacar a presença, em nossa Tribuna de Honra, do Prefeito eleito da cidade de Lagoa da Confusão, no meu querido Estado do Tocantins, Jaime Café de Sá. Acompanham o Prefeito, o Vice-Prefeito, Rogério Lino; Itacir, Vereador eleito; bem como os Srs. João Gasparetto e Raimundo Filho.

Eu gostaria, ainda, de destacar a presença de acadêmicos do Curso de Administração Pública da

ULBRA, em Palmas, capital de nosso Estado, participando do programa de estágio e de visita à Câmara dos Deputados: uma comitiva de estudantes daquela faculdade a quem homenageio na pessoa da estudante Érica Marques Vieira.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Passo a palavra ao Líder do PPS, Senador Mozarildo Cavalcanti, para uma comunicação de interesse partidário, por cinco minutos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR. Como Líder. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, faço um registro hoje dos 21 anos de criação da **Folha de Boa Vista**, jornal em circulação com mais tempo de vida em nosso Estado.

Farei a leitura de um breve histórico da **Folha de Boa Vista**.

Nascimento no berço da ditadura

A primeira edição do jornal **Folha de Boa Vista** circulou em 21 de outubro de 1983. O nascimento foi em uma época difícil, quando o País ainda estava mergulhado na ditadura militar e Roraima era um Território Federal.

Apesar do peso da ditadura, a **Folha** já anunçava seu editorial de estréia: “Nossa idéia é montar um jornal independente”. O que era um idealismo de um grupo de pessoas em fazer jornalismo de verdade tornou-se realidade ao longo de duas décadas de edições ininterruptas.

O grupo que fundou a **Folha** era formado pelos jornalistas Fernando Estrela, o único que ainda vive no Estado de Roraima, Sandra Regina Tarcitano e Cosette Espíndola de Castro, além de um antigo funcionário da Telebrás da Paraíba, Cícero Cruz.

Os anos se passaram e hoje a **Folha** firmou-se como um jornal que contribui para fortalecer a democracia no Estado, dando voz a quem não tem, denunciando as mazelas do poder público e contribuindo em divulgar as boas ações que fazem de Roraima uma terra promissora.

Nos últimos 21 anos, tudo o que entrou para a história, sejam denúncias ou boas notícias, foi editado nas páginas da **Folha**, cumprindo à risca o que diz o *slogan* do jornal: “Um jornal necessário”.

A antiga Gioconda deu lugar à moderna rotativa

As primeiras edições da **Folha**, à época um semanário, eram montadas de forma artesanal e enviadas para serem impressas em Manaus, no Estado do Amazonas. O jornal foi pego de surpresa logo na primeira edição.

Atarefados e ansiosos em receber o primeiro número impresso na capital amazonense, os diretores

esqueceram-se de avisar à gráfica para enviar o jornal a Boa Vista no dia certo.

O vôo chegava às 11 horas e, quando os jornalistas foram ao aeroporto, não havia jornal algum. Como o grupo arrecadou um dinheiro que valeria hoje alguma coisa em torno de R\$8 mil, alugaram um táxi aéreo para trazer a edição de estréia.

Cansados da mão-de-obra penosa de enviar todo o material envelopado para o Amazonas, os diretores conseguiram um financiamento para comprar uma Kolormetal 6696, de São Paulo, com data de fabricação de 1938.

Era uma máquina velha e problemática que os gráficos mais criativos a apelidaram de Gioconda. Também pudera. Era uma máquina que fazia impresso em papelão e estava sendo readaptada para imprimir jornal, um papel muito mais fino. Daí a enorme dor de cabeça.

Depois da Gioconda, veio a Solna, de 1973. Já em 1987, foi comprado o atual prédio da Editora Boa Vista e, um ano depois, a empresa passou a ser do atual proprietário, Dr. Getúlio Cruz.

Com o novo proprietário, a velha Solna – que antes era considerada uma nova era na impressão do jornal – foi substituída pela atual rotativa, inaugurada em 19 de abril de 1997, escrevendo na imprensa de Roraima uma nova era de impressão.

A edição histórica da **Folha** foi na virada do milênio, em 31 de dezembro de 1999, quando, pela primeira vez, o jornal foi impresso em cores, um prenúncio de como será o jornal em um futuro bem próximo.

Registro e peço a transcrição nos Anais da Casa, como parte do meu pronunciamento, matéria da lavra da jornalista Marilena Freitas, que diz o seguinte:

Nova Cara – A **Folha** circula a partir de hoje com uma nova cara. Mudou a diagramação e número de páginas, possibilitando ao leitor mais conteúdo. No total, serão 32 páginas, sendo 12 no primeiro caderno, 12 no segundo e oito na dos classificados.

As colunas especiais passam a ter página fixa. Entre as novidades está uma página dedicada à saúde, podendo o leitor perguntar que os médicos – parceiros do jornal – responderão. Uma vez no mês, serão divulgadas a cotação de carros usados e as novas tendências do mercado.

Serão abordados também, em outras páginas, assuntos mais livres, como Casa e Decoração, Informática, além da página Valeu, com temas voltados para os jovens.

Uma parceria com a Associação Nacional dos Agentes do Fisco Federal permitirá divulgar indicadores econômicos com exclusividade, os quais serão disponibilizados posteriormente no site da agência.

Sr. Presidente, parabenizo todos aqueles que fazem o jornal **Folha de Boa Vista**, desde o seu diretor proprietário, Dr. Getúlio Cruz, até todos os seus jornalistas e funcionários, por esses vinte anos de existência, que, com certeza, contribuíram para que a democracia no meu Estado se consolide. É lógico que um jornal agrada e desagrada, mas o que é certo é que um jornal é sempre um jornal necessário, como diz a própria **Folha**.

Concedo um aparte ao Senador Augusto Botelho, embora o meu tempo já esteja esgotado.

O Sr. Augusto Botelho (PDT – RR) – Serei rápido, pois quero apenas me solidarizar com suas palavras e dizer que, realmente, a **Folha** foi o primeiro

jornal a se consolidar no nosso Estado e tem prestado um relevante trabalho a nossa sociedade. Esperamos que o jornal continue com sua linha editorial e continue trabalhando em benefício do nosso Estado.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR)
– Agradeço a V. Ex^a pelo aparte.

Termino reiterando os meus parabéns a toda a equipe que faz o jornal **Folha de Boa Vista**.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno.)

HISTÓRICO DA FOLHA DE BOA VISTA

Nascimento no berço da ditadura

A primeira edição do jornal **Folha de Boa Vista** circulou em 21 de outubro de 1983. O nascimento foi em uma época difícil, quando o país ainda estava mergulhado na ditadura militar e Roraima era Território Federal. Apesar do peso da ditadura, a **Folha** já anunciava no seu editorial de estréia: “Nossa idéia é montar um jornal independente”. O que era um idealismo de um grupo de pessoas em fazer jornalismo de verdade tornou-se realidade ao longo das duas décadas de edições ininterruptas.

O grupo que fundou a **Folha** era formado pelos jornalistas Fernando Estrela (o único que vive hoje no Estado), Sandra Regina Tarcitano e Cosette Espíndola de Castro, além de um antigo funcionário da Telebrás da Paraíba, Cícero Cruz. Os anos se passaram e hoje a **Folha** firmou-se como um jornal que contribui para fortalecer a democracia no Estado, dando voz a quem não tem, denunciando as mazelas do poder público e contribuindo em divulgar as boas ações que fazem de Roraima uma terra promissora.

Nos últimos 21 anos, tudo o que entrou para história – sejam denúncias ou boas notícias – foi registrado nas páginas da **Folha**, cumprindo à risca o que diz o slogan do jornal: “Um jornal necessário”.

A antiga Gioconda deu lugar à moderna rotativa

As primeiras edições da **Folha**, à época um semanário, eram montadas de forma artesanal e enviadas para serem impressas em Manaus (AM). O jornal foi pego de surpresa logo na primeira edição.

Atarefados e ansiosos em receber o primeiro número impresso na capital amazonense, os diretores esqueceram de avisar a gráfica de enviar o jornal para Boa Vista no dia certo.

O vôo chegava às 11 horas e quando os jornalistas foram ao aeroporto não havia jornal algum. Como o grupo arrecadou um dinheiro que valeria hoje R\$ 8 mil, alugaram um táxi aéreo para trazer a edição de estréia.

Cansados da mão-de-obra penosa de enviar todo o material envelopado para o Amazonas, os diretores conseguiram um financiamento para comprar uma Kolormetal 6696, de São Paulo, com data de fabricação de 1938.

Era uma máquina velha e problemática que os gráficos mais criativos a apelidaram de Gioconda. Também pudera. Era uma máquina que fazia impresso em papelão e estava sendo re-adaptada para imprimir jornal, um papel mais fino. Daí a enorme dor de cabeça.

Depois da Gioconda veio a Solna de 1973. Já em 1987 foi comprado o atual prédio da Editora Boa Vista e um ano depois a empresa passou a ser do atual proprietário, Getúlio Cruz.

Com o novo proprietário a velha Solna – que antes era considerada uma nova era de impressão do jornal – foi substituída pela atual rotativa, inaugurada em 19 de abril de 1997, escrevendo na imprensa uma nova era de impressão.

A edição histórica da *Folha* foi na virada do milênio, em 31 de dezembro de 1999, quando pela primeira vez o jornal foi impresso em cores, um prenúncio de como será o jornal em um futuro bem próximo.

NOVA CARA - A Folha circula a partir de hoje com uma nova cara. Mudou a diagramação e número de páginas, possibilitando ao leitor mais conteúdo. No total, serão 32 páginas, sendo 12 no primeiro caderno, 12 no segundo e oito na dos classificados.

As colunas especiais passam a ter página fixa. Entre as novidades está uma página dedicada à saúde, podendo o leitor perguntar que os médicos – parceiros do jornal – responderão. Uma vez no mês, serão divulgadas a cotação de carros usados e as novas tendências do mercado.

Serão abordados também em outras páginas assuntos mais livres como Casa e Decoração, Informática, além da página Valeu, com temas voltados para os jovens.

Uma parceria com a Associação Nacional os Agentes do Fisco Federal permitirá divulgar indicadores econômicos, com exclusividade, os quais serão disponibilizados posteriormente no site da agência.

100% FOLHA

Durante o discurso do Sr. Mozarildo Cavalcanti, o Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Luiz Otávio.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

A Mesa ouviu V. Ex^a, uma liderança em Roraima, bem como o Senador Augusto Botelho, e ouvirá o Senador Romero Jucá, completando o quadro dos Senadores daquele Estado tão importante para a Amazônia e para o Brasil.

Antes, porém, concedo a palavra ao Senador Aelton Freitas, de Minas Gerais, como Líder do PL.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) Pela Liderança do PL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Luiz Otávio, Srs. Senadores, venho a esta tribuna manifestar publicamente meu apoio e solidariedade para com as reivindicações tributárias feitas pelos Municípios brasileiros, em especial por aqueles que integram o meu querido Estado de Minas Gerais.

Registro, inicialmente, o apelo que nos foi dirigido pela estimada Associação Mineira de Municípios – AMM, uma grande entidade política que congrega os 853 Municípios do nosso Estado de Minas Gerais, por intermédio de sua Presidente, a ilustre prefeita de Três Pontas Adriane Barbosa.

O principal ponto reclamado pelas prefeituras é a ampliação de 1% do Fundo de Participação dos Municípios – o FPM, a partir do próximo dia 10 de dezembro. Isso será possível mediante a votação, em separado, na Câmara dos Deputados e, posteriormente, no Senado Federal, do art. 159 da PEC nº 255, de 2004, que trata da reforma tributária.

É com muita convicção, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, que manifesto o total apoio a essa reivindicação da Associação Mineira de Municípios (AMM), pois tenho obrigação de ser coerente com as minhas origens. Fui Prefeito de uma pequena cidade, no interior do meu Estado, de 1992 a 1996, o Município de Iturama, no Pontal do Triângulo Mineiro, e conheço bem o grau de dependência das prefeituras em relação ao FPM.

Hoje, uma década após o exercício do meu mandato, vejo que a situação financeira das prefeituras se agravou e atinge níveis preocupantes, que ultrapassam muitas vezes os limites dos administradores municipais. É por isso que eles recorrem ao Congresso e ao Governo Federal e, também por isso, precisamos ser solidários, aprovando o acréscimo de 1% na base do Fundo de Participação dos Municípios, passando-a dos atuais 22,5% para 23,5% do total das arrecadações do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI.

Precisamos ter em mente, Sr. Presidente, que o sucesso de nossa atuação política só se cristaliza na medida em que conseguimos gerar fatores positivos para os eleitores em seus respectivos Municípios. Portanto, a responsabilidade pela situação também é nossa e dela não podemos fugir.

Mais de 200 dos 853 Prefeitos de Minas Gerais já declararam, na AMM, a impossibilidade de fazer o pagamento do décimo terceiro salário deste ano, caso não haja o aumento do FPM, o que provocaria um esfriamento significativo nas economias locais justamente no período de maior demanda. Não podemos assistir impunemente a isso, pois certamente também seremos cobrados por tal situação.

Passadas as eleições municipais, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, a votação do aumento do FPM tem de estar entre as prioridades maiores do Congresso. E, mais que isso, precisamos iniciar com muita seriedade a discussão de ações legislativas e tributárias que proporcionem uma recuperação contínua e progressiva das finanças municipais, para que haja maior equilíbrio no pacto entre a Federação, os Estados e os Municípios.

É preciso que esses entes passem a ser considerados em sua realidade total no momento da definição de isenções, reduções ou criação de contribuições tributárias para que não haja grandes sacrificados.

A Presidente da Associação Mineira de Municípios, Adriene Barbosa, e os demais Prefeitos de Minas Gerais terão sempre de nossa parte uma postura solidária e compreensiva em torno de reivindicações justas como são essas que apresentamos hoje.

O Sr. Romero Jucá (PMDB – RR) – Senador Aelton Freitas, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Pois não, Senador Romero Jucá.

O Sr. Romero Jucá (PMDB – RR) – Parabenizo V. Ex^a pelo tema que aborda. Fizemos, no Senado Federal, um acordo – inclusive fui relator da reforma tributária –, e conseguimos aprovar esse dispositivo, que é extremamente importante. Trata-se de um dispositivo 'Robin Hood', porque retira do Governo Federal e passa para as prefeituras mais pobres R\$1,2 bilhão por ano, viabilizando inclusive o pagamento do décimo terceiro salário nas prefeituras menores do País. Aprovamos isso no final do ano passado e, estranhamente, até hoje a Câmara dos Deputados não votou essa matéria, prejudicando todas as prefeituras, mas, principalmente, as menores, que dependem do FPM. Já me manifestei várias vezes, cobrando uma definição, e parabenizo V. Ex^a pela defesa que faz do tema e dos Municípios brasileiros, especialmente dos de Minas Gerais. Conte conosco e espero contar com o

apoio e a garra de V. Ex^a para cobrar a aprovação desse dispositivo pela Câmara dos Deputados.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Senador Romero Jucá, o aparte de V. Ex^a enobrece muito o meu discurso na tarde de hoje.

Quero dizer, publicamente, a todos os Senadores, a todos os telespectadores da TV Senado, que não poderia estar em melhores mãos a relatoria do projeto de reforma tributária no Senado Federal. V. Ex^a teve sensibilidade ao acolher o nosso destaque e manter a isenção de ICMS no caso das sementes melhoradas, tanto de origem vegetal quanto de origem animal.

Se o povo brasileiro parar para analisar, perceberá a sensibilidade que V. Ex^a teve ao acatar o nosso pleito, e a economia que tal proposta trouxe para o setor produtivo, em especial para o agronegócio brasileiro. Como exemplo, apresento um dado revelador: apenas na última ExpoZebu, que ocorre no Município de Uberaba, onde resido, foram movimentados R\$158 milhões. Se não fosse o destaque aceito pelo Senador Romero Jucá, isso teria custado aos produtores mais de R\$27 milhões só em impostos. E na safra que está sendo plantada este ano, não fosse também o destaque aceito pelo Relator Romero Jucá, as sementes que estão sendo usadas estariam custando aos produtores, neste mês de outubro, mais 17%. Esse seria o custo final que iria para a mesa do produtor, para a mesa do trabalhador, para a mesa de todos nós.

Por isso, fico satisfeito e grato por estar aqui, compondo esta Casa, ao lado de V. Ex^a e dos demais Senadores. Creio que temos realizado um trabalho brilhante, seguro e concreto para o bem, o desenvolvimento e o crescimento do nosso País.

Conte com o meu apoio também nesse sentido. Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá, pela Liderança do PMDB.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela Liderança do PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, farei uma rápida menção a três assuntos distintos.

Primeiramente, comunico à Casa, às Sr^{as} e Srs. Senadores e ao Congresso Brasileiro que fui designado Relator-Geral do Orçamento do próximo exercício. O Deputado Paulo Bernardo, Presidente da Comissão de Orçamento, designou-me Relator do Orçamento, conforme indicação do Líder do PMDB no Senado, Senador Renan Calheiros, formalizada já há algum tempo. Portanto, recebo essa incumbência com muita responsabilidade, consciente das dificuldades e do trabalho conjunto que teremos que realizar nesta Casa.

O Orçamento brasileiro vem, a cada ano, melhorando, inclusive no aspecto de transparência e de controle, mas, a cada ano, as dificuldades para a execução orçamentária são cada vez maiores, as dificuldades para a preparação de uma proposta condizente para o País, já que as demandas são muito grandes. As questões sociais se alevantam, assuntos extremamente pertinentes e polêmicos se apresentam. Vejo aqui o Senador Paulo Paim e lembro-me da questão do salário mínimo, que terá que ser enfrentada nesse Orçamento. O caminho para resolvê-la é o Orçamento federal, que programa gastos com o salário mínimo no próximo ano e supre, na verdade, a grande deficiência, que seria uma solução maior, exatamente o déficit da Previdência. Isso precisa ser discutido e avançar nesse processo, assim como os programas sociais e os programas de infra-estrutura do País.

Estão aí os dados do crescimento econômico e da necessidade da sustentabilidade da economia com mais estradas, portos e condições para ampliar a exportação brasileira.

Recebo, pois, essa designação como desafio, mas também com muita tranquilidade de que contarei com o apoio de todos os Partidos, especialmente o PMDB, que tem-se dedicado a discutir um projeto de desenvolvimento para o Brasil. O PMDB, em reuniões internas, tem avançado nessa discussão e entende que é importante haver um conjunto de obras, de ações e de compromissos que possam realmente levar o Brasil para o patamar econômico em que merece e precisa estar. E, sem dúvida nenhuma, um dos exercícios operacionais dessa explicitação política é a confecção da peça orçamentária. Portanto, eu o farei com muita responsabilidade, seguindo as orientações do PMDB.

A segunda questão que abordarei diz respeito às exportações brasileiras e à presença do Brasil no cenário internacional. No momento em que faço este registro, parabenizo o Brasil pela vitória alcançada na OMC, Organização Mundial do Comércio, na questão das subvenções da União Européia para exportação de açúcar. O Brasil, a Austrália e a Tailândia entraram com representação na OMC, que julgou e reconheceu que a União Européia estava subsidiando a exportação de mais de 2,8 milhões toneladas de açúcar, portanto fazendo uma concorrência desleal aos produtos brasileiro, australiano e tailandês.

É importante essa vitória, porque ela é mais um reforço e mais uma sinalização, em nível mundial, de que as barreiras para a produção e a comercialização dos alimentos precisam cair. Existem hoje milhares de famintos em todos os continentes do nosso planeta, e, sem dúvida nenhuma, a subvenção e a exportação de

produtos agrícolas e de alimentos precisam ser equacionadas dentro dessa ótica humanista.

Portanto, quero parabenizar a equipe do Ministério do Desenvolvimento, a equipe do Itamaraty, enfim, todos os segmentos envolvidos nessa vitória, nessa discussão, e dizer que o Brasil tem se notabilizado na OMC exatamente por abordar, pertinentemente, questões como essa, que ensejou uma vitória.

Por fim, Sr. Presidente, quero também registrar os nossos parabéns a **Folha de Boa Vista**, o jornal mais antigo de Roraima. É um jornal que, como foi dito aqui pelos Senadores Mozarildo Cavalcanti e Augusto Botelho, tem um papel importante na divulgação e na transparência do nosso Estado. Quero parabenizar Getúlio Cruz, seu proprietário; Paula Cruz, sua Diretora, e todos os jornalistas que fazem a **Folha de Boa Vista**.

Nesses 21 anos, sem dúvida nenhuma, o jornal colaborou com a história do Estado e com a necessidade de Roraima em avançar no processo de informações transparentes. Tenho certeza de que a **Folha de Boa Vista** avançará ainda mais, modernizar-se-á e será um jornal cada vez mais voltado para os interesses do nosso Estado e, portanto, ajudará a construir o modelo de Estado que todos queremos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)
– Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

V. Ex^a dispõe de até 20 minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, quero, hoje, falar sobre dois assuntos: um deles se refere às pesquisas; e o outro, a um projeto que encaminhei à Casa e que foi lido no dia de hoje, sobre o 20 de novembro e Zumbi dos Palmares.

Sr. Presidente, começo com as pesquisas.

Desde que George Gallup antecipou, com precisão matemática, o resultados das eleições presidenciais nos Estados Unidos, em 1936, consultando apenas três mil eleitores, as pesquisas de opinião pública entraram, queiramos ou não, definitivamente no calendário eleitoral de todos os países democráticos do mundo.

Aqui, no Brasil, as pesquisas eleitorais passaram a fazer parte do nosso ambiente político após a redemocratização de 1945, ficaram proibidas durante o regime militar instalado em 1964, mas voltaram, com toda a força, com a queda da ditadura quase 20 anos depois.

Na primeira eleição direta para os Governos dos Estados, após o Golpe de 1964, o País assistiria, atônito, à primeira grande manipulação das pesquisas elei-

torais, com o famoso Caso Proconsult, que por pouco não surrupiou do saudoso Leonel Brizola o seu primeiro mandato de Governador do Rio de Janeiro.

Ao inserir a fraude na pesquisa eleitoral, o episódio Proconsult também inaugurou no País a era da suspeição dessas consultas, cujo grau de confiabilidade passou a ser questionado pelo eleitorado brasileiro.

Sr. Presidente, relato aqui um caso que aconteceu comigo. Há dois anos, quando o povo do Rio Grande do Sul me confiou o mandato de Senador da República, a votação que obtive surpreendeu todos os institutos de pesquisas, que situavam a minha candidatura em quarto lugar, até mesmo na pesquisa de boca de urna. Ou seja, vislumbravam eles que eu não tinha a mínima possibilidade de me eleger. Diziam que eu ficaria um milhão de votos atrás dos dois primeiros colocados.

Após uma acirrada disputa, entre fortes candidatos – reconheço que todos eram de valor –, as urnas revelaram que o povo gaúcho havia elegido Senador da República Paulo Paim, negro, metalúrgico, com dois milhões e cento e dois mil e novecentos e quatro votos, não sei se contra a vontade, mas, por certo, contrariando todos os institutos de pesquisa.

São exemplos como esses que derrubam o nível de confiança que os eleitores, de forma especial os candidatos, podem ter nas pesquisas.

As eleições municipais deste ano também não fugiram à regra da inconsistência das sondagens realizadas. Quando as urnas foram abertas e os votos apurados no dia 3 de outubro, muitas surpresas se revelaram.

Em Fortaleza, a candidata do Partido dos Trabalhadores, Luizianne Lins, chegou ao segundo turno contra tudo e contra todos. A candidatura que entrou como azarão hoje marcha para um segundo turno como grande favorita.

Para compensar essa falta de precisão, os institutos têm divulgado as suas pesquisas com grande margem de erro. Com isso, eles acabam agradando, em tese, a esse ou àquele candidato. Depois, fazem uma conta de chegada, para comprovar que não houve má intenção.

As grandes margens de erro se devem, sobretudo, ao universo pesquisado. Como custa muito caro fazer a sondagem com amostragens mais seguras, os institutos, na verdade, reduzem os seus preços na mesma proporção em que reduzem o número de entrevistados. E aí dá no que dá!

Mas pior do que apresentar números desencontrados nas pesquisas, o mais grave de tudo é a sua manipulação, o seu uso indevido, a tentativa de induzir – isto que é grave! – o eleitor a votar nesse ou naquele candidato.

No meu caso, Senador Ney Suassuna, no Rio Grande do Sul, onde recebi quase dois milhões e duzentos mil votos, encontro centenas de pessoas que me dizem: "Senador Paim, parabéns, enfim, pelo trabalho. Só não votei em você, porque achei que você não estava concorrendo mais". Era isso o que circulava. Então, na verdade, o instituto de pesquisa acaba induzindo sim e prejudicando o candidato que é, conforme o instituto, colocado fora da disputa.

É nesse clima de desconfiança que os eleitores e os candidatos a prefeito de 44 Municípios brasileiros marcham para o segundo turno do pleito municipal, no próximo dia 31.

Algumas medidas adotadas para reduzir a influência das pesquisas no processo eleitoral já foram tomadas, mas ainda se revelam incompletas.

O registro das pesquisas e da sua metodologia não é suficiente. Faltam regras mais claras, como prazos para a sua realização e divulgação. Na França, por exemplo, dois meses antes do pleito, pode-se divulgar pesquisa, mas isso não pode ser feito na proximidade das eleições.

As distorções das pesquisas eleitorais e o seu uso indevido podem ser corrigidos, influenciando o processo eleitoral. Por isso, precisamos combater o que está acontecendo.

Na falta de um instituto de pesquisa comprometido – quem sabe com a participação do Estado, e, quando digo Estado, não confundam com o Executivo, pois falo dos Poderes constituídos –, devemos definir regras muito claras para a divulgação das pesquisas e também para a sua elaboração.

Senador Heráclito Fortes, faço este alerta por que este meu questionamento das pesquisas serve para todos, inclusive aos meus candidatos que, em muitos Estados, estão disparados em primeiro lugar. Por exemplo, na Bahia estamos apoiando o candidato do PDT.

Sonho ainda que, um dia, possamos chegar, neste País, como diz aqui o término desta minha primeira parte, em um nível em que a verdadeira democracia e o resultado que nos interessa sejam aqueles que passem pelo crivo final do último voto escrutinado. Aí, sim, vamos ver quem é que vai ser o Prefeito, o Governador, o Deputado, o Senador ou mesmo o Presidente da República.

Assim, o que quero fazer aqui hoje, Senadores que já me pedem um aparte – que, com alegria, vou conceder –, é um alerta sobre as minhas preocupações com os institutos de pesquisa, que servem para todos os partidos. Não estou aqui fazendo a defesa deste ou daquele candidato.

Concedo um aparte ao Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Paulo Paim, V. Ex^a engrandeceu a Câmara dos Deputados e engrandece o Senado Federal com a maneira isenta com que trata assuntos sérios. A sobriedade e a tranquilidade com que V. Ex^a traz esse assunto à Casa permite-nos uma associação nesse debate. V. Ex^a, dois meses antes do primeiro turno, presidia os trabalhos da Casa quando fiz um discurso em que disse que a presente eleição seria a do voto do eleitor desconfiado: o eleitor que acreditou que, se o PT fosse eleito, a Alca não teria vez no Brasil, e a esse se juntou, inclusive, a Igreja; o eleitor que acreditou que o PT, como governo, daria um chute no FMI e investiria em projetos sociais; que acreditou no salário mínimo, que foi a bandeira de V. Ex^a e também do PT quando Oposição. Tudo isso, como se diz no Nordeste, mareou um pouco a cabeça do eleitor, que passou a ficar desconfiado. Sendo assim, os institutos de pesquisa começaram a sentir que havia uma margem exagerada de eleitores indecisos em comparação aos pleitos anteriores. Seguindo a onda, aumentaram as margens de segurança. Era, exatamente, o eleitor desconfiado. E essa desconfiança durou praticamente até a véspera da eleição. O eleitor ficou esperando a última promessa, a mais mirabolante. No Nordeste, houve candidatos a prefeito que prometeram fazer uma ponte ligando Natal a Fernando de Noronha. Alguns conseguiram, pela via da brincadeira, da galhofa, transformar-se, inclusive, em surpresas eleitorais. Mas, nesta eleição, o eleitor sofrido provou um sabor diferente ao votar. V. Ex^a aborda esse tema citando o caso dos institutos de pesquisas, tese com a qual concordo plenamente. Só que – não sei se no Rio Grande do Sul, que V. Ex^a tão bem defende, aconteceu o mesmo – no meu Estado e em todo o Nordeste houve uma proliferação muito grande, Senador Paulo Paim, de institutos de pesquisa de fundo de quintal, que começaram a soltar resultados de pesquisas mirabolantes.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Isso ocorreu em todo o País.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Exato, Senador. Soltaram resultados sem nenhuma base científica, de pesquisa, sem nenhuma base lógica, verdadeiros caça-níqueis. Muitas vezes, com o apoio de órgão de comunicação ou pelo poder de sedução do candidato, eram divulgados em jornais de credibilidade, criando grande confusão para o eleitorado. Senador Paulo Paim, V. Ex^a presta um grande serviço ao País ao fazer esse alerta à Nação. Aliás, temos que aperfeiçoar o processo eleitoral brasileiro. Hoje, deparamo-nos com fraudes em eleições, que ainda existem e são pequenas. Elas são decorrentes de falhas humanas, como a concorrência de um mesário com o eleitor, jamais decorren-

tes do processo de votação eletrônica, uma conquista do *know-how* brasileiro de que temos de nos orgulhar. Existe outro fator sobre o qual temos de debater com muita seriedade: a famosa propaganda gratuita. Não existe nada mais caro para um candidato do que contratar as famosas agências e os marqueteiros, tornando-se, o que é pior, reféns das estrelas de *marketing*, que cobram fortunas para, muitas vezes, “plastificar”, “entubar” o verdadeiro candidato, mostrando alguém totalmente diferente da realidade, lesando a boa-fé do eleitor. Portanto, temos que aperfeiçoar, rever essa questão. Basta de fazer a fortuna de marqueteiro! Esses profissionais compram lanchas, aviões, fazem o que querem da vida e não trazem nenhuma contribuição concreta para o processo eleitoral. Viajamos pelo mundo afora e vemos que, na maioria dos países, o programa eleitoral gratuito na televisão resume-se ao candidato diante da câmera, apenas com o fundo fixo, com o logotipo do partido ou uma paisagem da cidade que o candidato quer representar. Não existe parafernália para enganar o eleitor. Neste tarde, V. Ex^a traz ao Senado um tema da maior importância, pelo qual irá lutar com a mesma persistência com que tem lutado pela melhoria dos salários dos trabalhadores. Tivemos surpresas no País inteiro. Quem imaginava que o PT perderia na sua base de lançamento, São Paulo? Perdeu no ABC todo, nas maiores cidades, e hoje disputa na capital, levando desvantagem. Mas isso, Senador, é exatamente um reflexo da frustração do eleitor desconfiado, que só se manifestou na hora da urna. Parabenizo V. Ex^a por abordar um tema da maior importância. Temos que dar continuidade não só para moralizar o instituto da pesquisa no Brasil, como também regulamentar de maneira mais adequada a propaganda gratuita eleitoral. Parabenizo V. Ex^a pelo tema.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – SP) – Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a foi muito feliz ao dizer que continuo empenhado na luta pelo salário mínimo. V. Ex^a sabe como foi meu voto. Naquele momento histórico, meu voto foi contrário. Temos expectativa, porque entendemos que, no Orçamento, poderemos avançar e, no próximo ano, o salário mínimo poderá ser melhor. Tenha certeza de que aqui estaremos fazendo a defesa de sempre.

Em Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, há cerca de um mês, tivemos o resultado de um instituto de pesquisa – não vou citar nomes, porque não vou fazer deste espaço campanha para este ou aquele candidato – em que um candidato tinha 12% acima de outro. Um segundo instituto de pesquisa trazia que esse candidato que estava abaixo, na verdade, estava 0,8% acima do outro. Então, um afirmava que o candidato

estava 1% acima, e o outro instituto dizia o contrário, que o outro candidato, aquele que estava abaixo, na verdade, tinha 12% acima. Aí, de fato, o eleitor tem que ficar confuso. Por isso tenho dito que quem ganha eleição é o voto na urna.

Antes de ouvir o Senador Ney Suassuna, gostaria de deixar um abraço para o Bispo Rodrigues. Num momento difícil de minha campanha, S. Ex^a deu um depoimento – faço questão de declarar de público – sobre a importância de eleger um operário para o Senado da República. Faço questão de render esta homenagem, pois, em um momento difícil, o depoimento de S. Ex^a, mesmo não pertencendo ao meu Partido, foi muito importante.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) — Nobre Senador Paulo Paim, o tema trazido por V. Ex^a nos toca a todos. No meu Estado, quando concorri à reeleição, eu tinha 3%, pelas pesquisas, e o meu adversário, 46%. Essa margem gigantesca se manteve até o final da campanha. Mas não foi ele, e sim eu que vim para esta Casa. Quem o visse nos rádios, nas televisões, acreditava que ele seria eleito. Então, precisamos prestar atenção aos institutos, principalmente quando, no início da campanha, divulgam diferenças enormes, que só se aproximam ao final.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – É o que está ocorrendo no caso que citei.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) — Alguns deles chegam a cometer erros ainda na última pesquisa. Chegamos a perguntar se esses erros ocorrem por acaso ou por má-fé. Portanto, solidarizo-me com V. Ex^a. Creio que devemos pensar na reforma de todo o sistema eleitoral. Parabéns!

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, quero concluir este meu pronunciamento falando de um projeto que apresentei hoje e que se refere à história do grande Zumbi dos Palmares. O Senador Pedro Simon, que chega ao plenário neste momento, deve ter acompanhado a decisão recente da justiça de Porto Alegre revogando um ato aprovado, por unanimidade, pela Câmara de Vereadores. Ressalto que os dois candidatos em disputa na capital do Estado defendem o feriado municipal para Zumbi dos Palmares. Tanto o candidato de V. Ex^a quanto o meu, conforme noticiado pelo jornal **Zero Hora**, consideram correta a decisão da Câmara de Vereadores de manter o dia 20 de novembro como feriado em Porto Alegre. Esse feriado já existe em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Pelotas, Bagé e em tantas outras cidades.

Fiz um estudo no Congresso e verifiquei que a ex-Senadora e ex-Governadora Benedita da Silva, do Rio de Janeiro, quando era Deputada Federal apresentou projeto, aprovado por unanimidade na Câmara dos

Deputados, instituindo 20 de novembro como feriado nacional. O projeto veio para o Senado e aqui acabou arquivado. Pois bem, a Deputada Federal Benedita da Silva é eleita Senadora, pelo Rio de Janeiro, apresenta aqui o projeto, que é aprovado por unanimidade e remetido para a Câmara. Como ela não estava mais naquela Casa, lá o projeto é arquivado. Ou seja, a Câmara e o Senado, por unanimidade, já aprovaram como feriado nacional o dia 20 de novembro, numa homenagem à nação negra, que, conforme os dados do IBGE, representa 50% da população brasileira. Entretanto, para mim, 20 de novembro não devia representar um dia de homenagem somente à Zumbi dos Palmares; esse dia devia ser de homenagem a todos os heróis nacionais que trabalharam contra o preconceito, o racismo e que buscaram a construção de uma sociedade solidária, justa, fraterna e igualitária.

Então, estou reapresentando o projeto, citando, na minha justificativa, o brilhante trabalho feito pela ex-Governadora e ex-Senadora Benedita da Silva. Penso que esse é o único projeto, na história deste País, que foi aprovado por unanimidade nas duas Casas e que não se transformou em lei. Reapresento o projeto, repito, fazendo minha homenagem à grande ex-Senadora Benedita da Silva.

Espero que esse projeto seja aprovado no mais tardar ano que vem, quando teremos em Brasília uma manifestação semelhante a que houve em Washington, a famosa marcha de mais de cem mil brancos e negros, na busca dos direitos civis do negro norte-americano. Vamos fazer uma manifestação parecida, no ano que vem, exatamente em 20 de novembro. Esperamos que, até lá, essa data seja efetivamente lembrada.

Na minha justificativa, argumento que alguém poderia perguntar por que não em 13 de Maio. O Brasil foi o último país a abolir a escravatura. Foram cerca de 388 anos com todo um povo sob o regime de escravidão – um povo que representa mais de 50% da população do nosso País. Entretanto, 13 de Maio representou um ato muito simbólico. Na verdade, a vida da mulher negra e do homem negro não mudou praticamente nada. A grande mudança acabou acontecendo a partir da referência e do debate do símbolo que se tornou o grande Zumbi dos Palmares. Por isso, a luta contra o preconceito e o racismo é de todos. Estão equivocados os que dizem que é uma luta dos negros. Todos, de uma forma ou de outra, lutam pela justiça, pela igualdade e pela liberdade.

Espero que o Senado aprove este projeto de lei.

Sr. Presidente, ainda na minha justificativa, digo resumidamente que rever a trajetória humana e fatos históricos, que edificamos no presente e nos quais projetamos no futuro, constitui prática saudável à nossa

consciência, notadamente, quando essa reflexão diz respeito à origem do povo brasileiro. A história nos premia com fatos notórios, como a presença de negros na formação da cultura e do próprio povo brasileiro. Não se pode ignorar a sua larga representatividade em nossa população, composta por mais de 50% de negros.

No Brasil, temos um ícone na luta pela liberdade dos negros e hoje reconhecido como um dos heróis nacionais. Falamos de Zumbi dos Palmares, que, depois de muita luta, infelizmente foi assassinado em 20 de novembro de 1665.

Sr. Presidente, eu queria lembrar que, nos Estados Unidos, que possui apenas 11% de negros, o assassinato de Martin Luther King levou o Presidente daquele país, de imediato, a decretar feriado nacional. Hoje, nos Estados Unidos, o dia da morte de Martin Luther King – e eu diria que Zumbi é o nosso Martin Luther King – é feriado nacional. Porém, nos Estados Unidos, há apenas 11% de negros, repito. No Brasil, como há praticamente 50% de negros, existe sempre uma pequena resistência.

Por que apresento este projeto? Senador Pedro Simon, mais uma vez dirijo-me a V. Ex^a. O jornal **Zero Hora** de anteontem publicou a notícia de que a Justiça de Porto Alegre anulou a decisão da Câmara de Vereadores, mesmo com a participação de todos os Partidos, considerando o dia 20 de novembro feriado municipal em Porto Alegre. Umas das justificativas para essa atitude – houve outras que nem vou citar –, foi a manifestação de um Desembargador que disse o seguinte: “Por que feriado nacional para os negros? A África estará muito bem se continuar sendo colonizada”. O Desembargador disse isso, e o jornal **Zero Hora** reproduziu sua fala: “Se a África continuar sendo colonizada por holandeses, por ingleses... – ele inclusive faz algumas citações –, ela estará muito bem”. A África deveria continuar sendo colônia na visão desse Desembargador. Esses fatos são lamentáveis.

Portanto, prefiro ficar com as figuras de Martin Luther King e de Zumbi e, por isso, dou esse depoimento. Outros juízes demonstraram certa coerência no que dizem: “Não é correto termos um feriado municipal ou mesmo estadual, porque a concorrência entre os próprios empresários é desleal, segundo eles”. Como há um feriado municipal, eles não poderiam produzir, mas outras cidades estariam produzindo. Se o problema é esse, vamos resolver a questão no Congresso Nacional, estabelecendo que 20 de novembro é feriado nacional em homenagem a todos aqueles que, de uma forma ou de outra, tombaram na luta em nome da liberdade e da justiça.

Era o que tinha a dizer.

Sr. Presidente, obrigado pela tolerância.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Heráclito Fortes, do PFL do Piauí.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero assinalar a presença, neste plenário, do ex-Deputado e ex-Governador do Piauí, Dr. José Raimundo Bona Medeiros, uma das figuras mais ilustres de nosso Estado e que, neste último pleito, teve a felicidade de eleger Prefeito de União, sua cidade natal, seu filho e atual Deputado Estadual, Gustavo Medeiros. Faço este registro com a maior alegria por se tratar de um dos maiores homens públicos produzidos pelo Piauí nos últimos 50 anos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – A Mesa reforça a solicitação e o registro de V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna, do PMDB do Estado da Paraíba. V. Ex^a dispõe de 20 minutos.

Logo após, falarão os Senadores Augusto Botelho e Pedro Simon, do Rio Grande do Sul e do nosso querido PMDB.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – RN) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, recebi uma carta do Dr. Benito Iglesias de Garcia, Coordenador Executivo do Pró-Terra, que me faz chegar a uma informação do Professor da Universidade Federal de Viçosa, Dr. Aluizio Borém, complementando várias informações que demos a este Plenário sobre transgênicos. Eu queria apresentar, rapidamente, estes números a V. Ex^{as}s.

S. S^a nos mostra, por exemplo, que, no Rio Grande do Sul, dos Senadores Pedro Simon e Paulo Paim, comparando a safra de soja gaúcha, entre 1999 e 2003, observa-se que houve uma redução de 42% no uso de herbicidas, todos eles seletivos, contra um aumento de apenas 10% no uso de glifosato, gerando uma economia financeira direta para o agricultor da ordem de 53,5%, já incluído aí o uso do glifosato na fase de pré-plantio e pós-emergente da cultura.

São coisas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que não entendo neste País: um professor emérito da Universidade Federal de Viçosa faz uma pesquisa e mostra que a utilização de transgênicos – que hoje é comum para a soja dos Estados Unidos e na Argentina e que se inicia no Brasil sob todo esse tiroteio que não entendemos – gera uma economia de 53%, sem considerar que o glifosato é um defensivo agrícola considerado pouco tóxico ao passo em que os demais

que se usavam no coquetel eram considerados altamente tóxicos.

Ficamos perplexos porque em um País como o nosso onde o número de analfabetos diminui dia a dia, muita gente ainda não sabe fazer a diferenciação. Só para terem uma idéia, o Pró-Terra fez um levantamento no Paraná e verificou que, se os agricultores do Paraná estivessem plantando soja transgênica, teriam recolhido de *royalties* para a empresa detentora da tecnologia aproximadamente US\$33 milhões. Muitas pessoas se fixam nisso. Porem, os agricultores teriam um lucro adicional de US\$228 milhões.

É impressionante, ao analisar o fato, ver que não são poucas as empresas que produzem sementes; inclusive estão nas mãos da nossa Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa, 30 mil sacas. Não fosse o convênio firmado entre uma empresa estrangeira e a Embrapa, esta não teria conseguido recursos para as pesquisas. Observem que coisa incrível! A tão mal falada Monsanto firmou um convênio aberto com a Embrapa e forneceu todos os dados de que dispunha, o que permitiu à Embrapa avançar e obter cerca de R\$40 milhões em seu orçamento; caso contrário, a Embrapa não teria realizado pesquisa alguma.

Fico pasmo porque os dados são sonegados ao público; fico pasmo porque temos, na ponta do lápis, a informação de que cada hectare de soja transgênica gera uma economia de R\$200,00. Estamos plantando 20 milhões de hectares de soja. Se fosse toda transgênica, estaríamos lucrando R\$4 bilhões – quase o que se investe no País. Com o Orçamento do ano passado, investiu-se menos do que isso. Estou me referindo ao deste ano, quando há esperança que se invistam R\$4 bilhões. Mas há pessoas que, por razões de má-fé ou outra qualquer, negam os dados e tentam parar o progresso.

Nesse momento, Sr. Presidente, está havendo uma supersafra nos Estados Unidos: 200 milhões de toneladas de milho; 84 milhões de toneladas de soja. O que vai acontecer? O preço vai despencar, e ai do agricultor que não tiver o transgênico: não terá como concorrer. O dinheiro que tomou emprestado ao banco não será suficiente; a venda da safra não dá para pagar, se não tiver plantado o transgênico. Mas encontramos no País pessoas que estão em postos-chave dizendo que não pode, que não deve. E é mais chocante ainda quando se vê que, por exemplo, em relação ao algodão, ONGs estrangeiras percorrem o Mato Grosso oferecendo pagamento aos nossos agricultores para que não plantem algodão transgênico porque é uma aberração plantar algodão transgênico. Mas é uma coisa incrível: continuamos importando algodão transgênico dos Estados Unidos. São dados como esses que não consigo

entender e que trago ao Plenário para que raciocinemos: a quem estão servindo essas pessoas?

Encerrando, quero ler um trecho da coluna Biotecnologia que saiu ontem no **Estado de S.Paulo**.

Diz o seguinte:

A Embrapa vem desenvolvendo uma série de plantas geneticamente modificadas (GMs), voltadas para o agronegócio e a agricultura familiar. Entre elas está a batata resistente ao vírus do mosaico. Essa é uma das principais doenças virais da cultura, sendo responsável por perdas de até 70% da produção.

(...)

Nesse momento, o projeto foi paralisado por falta de licenças ambientais, concedidas pelo Ibama e necessárias para realizar testes em campo com transgênicos. Após dois anos, a Embrapa recebeu as licenças e iniciou os experimentos. Deve-se esclarecer que em qualquer País, incluindo os europeus, essas autorizações são concedidas em menos de três meses.

Dois anos para uma batata ficar vacinada contra um vírus que provoca perdas de até 70% da produção...

E continuo perguntando: a quem interessa? Por que será que há tantas ONGs envolvidas dizendo não aos transgênicos? Temos sessenta milhões de hectares plantados e podemos plantar ainda mais 90. Este País pode ser o celeiro do mundo.

Concedo a palavra ao meu nobre companheiro Senador Augusto Botelho para que faça a sua interferência.

O Sr. Augusto Botelho (PDT – RR) – Senador Ney Suassuna, V. Ex^a faz um discurso lúcido, tranquilo, com as indagações que todos temos feito aqui neste País em relação a essa campanha acirrada contra os transgênicos, contra os organismos geneticamente modificados. Só para ilustrar: outro produto nosso desenvolvido pela Embrapa, que também ficou quase três anos esperando autorização para fazer pesquisa de campo, é o feijão resistente ao mosaico amarelo, que é outro vírus que quebra até 70% da safra do feijão. E o feijão, Senador, não é um produto de elite; o feijão é produto do pobre. E quem planta o feijão também é o pequeno produtor, é a agricultura familiar. Sabe onde está sendo feita experiência com esse feijão em campo?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Nos Estados Unidos porque não conseguimos a licença aqui.

O Sr. Augusto Botelho (PDT – RR) – Nos Estados Unidos porque não conseguimos a licença aqui;

quer dizer, já estamos passando tecnologia para outro país. Deve ter tido algum acordo para poder fazer a experiência lá, senão ninguém iria ceder. O discurso de V. Ex^a é bom e oportuno porque faz uma comparação em relação ao valor que se gastaria com sementes e o possível lucro; e também pelo defensivo agrícola que seria jogado no solo que seria em quantidade bastante diminuída. A economia de R\$200,00 por hectare é exclusivamente em defensivo agrícola e hora/máquina. Então, ficamos sem entender realmente isso.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Ainda há uma vantagem, Senador Augusto Botelho. Todos os defensivos que compunham esse coquetel são importados e as matérias-primas não se encontram no Brasil. O glifosato tem sua matéria-prima fabricada no Brasil. Não importamos nada. Então, não consigo entender a quem serve. Agora mesmo, modificaram e saiu uma medida provisória proibindo a venda das sementes. A nossa Embrapa tem 30 mil sacas para vender como sementes. Era o dinheiro com que contavam para fazer mais pesquisas. Pergunto: qual foi a vantagem da inoculação daquele artigo? Quem ganhou com aquilo? Os agricultores perderam; os produtores, em geral, perderam; os produtores de sementes perderam. Não há vencedores. Alguém deve estar sorrindo e dizendo: “Conseguimos mais uma vez”. No processo em que foi proclamada aquela medida que permitia o plantio, a Justiça citou uma ONG de origem européia que na Holanda participou do plano para inibir o avanço dos produtos brasileiros. Lá, ela foi ativa. Aqui no Brasil, ela é contra os transgênicos. Fez o projeto lá e veio executá-lo aqui. E nós passivamente o aceitamos. E muitas pessoas de boa índole saem pregando aos quatro ventos que não pode, sem olhar a diferença que existe entre o Brasil e os demais países. Cento e doze transgênicos estão registrados na China, onde são consumidos sem problema nenhum. Nos Estados Unidos, há outro tanto. E a nossa empresa de pesquisa agropecuária pesquisando feijão nos Estados Unidos; banana na América Central; mamão papaia na Argentina. E todos nós surpresos, porque a guerra é de poder, é para saber quem manda, e não para saber o que pode ajudar o Brasil, o que pode trazer maior progresso para o Brasil.

Então, queria trazer esses dados aos Srs. Senadores e mostrar que realmente me surpreendo, mas que, às vezes, congratulo-me. Ontem, o Presidente da Comissão de Agricultura da Câmara telefonou-me e disse-me que durante a reunião da Comissão houve unanimidade no sentido de que vão apoiar o projeto oriundo do Senado. Fiquei felicíssimo. Graças a Deus! Enfim, pessoas estão sendo iluminadas pelo bom senso. Diante desses fatos e desses dados, não consigo

entender como é que algumas pessoas ainda continuam na obscuridade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, hoje pela manhã, às 10 horas, estive em uma solenidade no Ministério da Saúde quando foram lançadas cartas para a eliminação da hanseníase. São documentos elaborados por técnicos do Ministério da Saúde e assinados pelo Ministro. S. Ex^a entregou pessoalmente aos vinte e sete secretários estaduais de saúde do Brasil uma carta com recomendações para que consigam melhorar o atendimento aos portadores da hanseníase. O objetivo principal é controlar a doença e praticamente eliminá-la nos próximos anos.

Hoje, no Brasil, há uma média de quatro casos de hanseníase para cada dez mil habitantes em alguns dos Estados, enquanto em outros a média é de 15 casos para cada dez mil habitantes. Essa carta será um instrumento para ajudar na gestão do recursos e das técnicas de combate à hanseníase.

O tema que vou abordar hoje também se refere a uma doença, o perigo da tuberculose, doença que durante certo tempo desapareceu, depois voltou a grassar na humanidade.

A tuberculose é uma das enfermidades mais conhecidas do mundo. Ela não é contudo uma doença do passado, como todos pensam. Bem ao contrário, a tuberculose encontra-se em estado de emergência decretado pela Organização Mundial da Saúde, a OMS, como enfermidade reemergente desde 1993.

Nada menos que um terço da população mundial está infectada pelo **mycobacterium tuberculosis**, enquanto cerca de dois terços apresenta a doença. Infectada significa que a pessoa teve contato com o micrório da doença, então de cada três pessoas uma teve contato com o micrório, mas não é portadora da doença. Por ano – isso que é triste –, ocorrem oito milhões e meio de casos no mundo e morrem três milhões de pessoas, em sua maioria em países em desenvolvimento, sendo a tuberculose responsável por 25% das mortes evitáveis em jovens. Além disso a tuberculose é a principal causa de morte entre os portadores de HIV positivo, sendo responsável por um terço das mortes por aids no mundo.

Anualmente, notificam-se no Brasil perto de cem mil casos de tuberculose, sendo 85 mil desses, novos casos. Morrem, no País, cerca de seis mil pacientes por ano. Calcula-se que, do total da população, 35 a 45

milhões de pessoas estejam infectadas pelo micrório da tuberculose.

Os principais fatores que contribuem para a manutenção e para o agravamento do problema são a persistência da pobreza em nossa sociedade e a ocorrência de aids nos grandes centros urbanos. A maioria dos casos de tuberculose no Brasil ocorrem em pacientes do sexo masculino e em idade reprodutiva, prejudicando ainda mais as condições de vida das famílias carentes, maiores vítimas da moléstia. A realidade é que a pobreza gera tuberculose, que, por sua vez, gera mais pobreza em um perverso círculo vicioso.

Sr. Presidente Luiz Otávio, a tuberculose é transmitida por bactérias que se propagam pela vias respiratórias. A doença se manifesta com maior freqüência nas áreas subdesenvolvidas, pois está relacionada às condições de vida da população. O crescimento populacional na periferia das grandes cidades contribui para o aumento do número de casos de tuberculose no País. Observa-se grande concentração da ocorrência da tuberculose em todas as grandes metrópoles brasileiras. Outro fator agravante da situação em todo o mundo é a associação de tuberculose e aids. No Brasil, 8% dos pacientes com tuberculose também têm aids.

Causada pelo bacilo de Koch, a tuberculose é transmitida quando um doente espirra ou tosse perto de outra pessoa, em contato íntimo e prolongado. Qualquer pessoa pode ser contagiada pela tuberculose: basta estar com o sistema imunológico deficiente ao entrar em contato com o bacilo. A bactéria fica no ar, depois de expelida pela tosse ou espirro de um doente.

A tuberculose é mais comum em jovens e em adultos, embora as crianças tenham mais facilidade de contrair a doença. A principal medida para controlar a tuberculose é o diagnóstico precoce, para o imediato tratamento adequado. Todas as pessoas que apresentam tosse com catarro há mais de três semanas, acompanhada ou não de outros sintomas, como febre e emagrecimento, devem procurar uma unidade do Sistema Único de Saúde (SUS), para realizar o exame do escarro. Qualquer unidade do SUS é capaz de fazer o diagnóstico e oferecer o tratamento da doença.

A partir da década de 50, com a descoberta do tratamento eficaz contra a tuberculose, permitiu-se aos pacientes retornar ao convívio social. O tratamento, que antes era de um ano ou mais, hoje dura apenas seis meses.

Os postos ligados à rede do SUS oferecem gratuitamente os remédios usados no combate à doença. O Brasil adota a estratégia de controle da tuberculose recomendada internacionalmente e denominada DOTS, Directly Observed Treatment Short Course, isto é, Tratamento de Curta Duração sob Observação

Direta. Por meio do DOTS, os doentes recebem, além da medicação completa – composta pela combinação de três quimioterápicos –, acompanhamento pelos profissionais nos postos, centros de saúde ou hospitais, ou das equipes de saúde da família.

A medicação deve ser tomada durante seis meses, sem interrupção. Enquanto o paciente não inicia o tratamento, ele pode transmitir a doença por meio da fala, espirro ou tosse. O Ministério da Saúde estima que um paciente pulmonar bacilífero, se não tratado, pode infectar, em um ano, de dez a quinze pessoas. Uma vez iniciado o tratamento, o paciente normalmente pára de transmitir a doença, no máximo, em quinze dias, ou seja, em quem for diagnosticada a tuberculose tem de evitar contato com pessoas doentes ou fracas, no máximo, em 15 dias. Depois, ela pode conviver normalmente com qualquer pessoa.

Como a via aérea é a principal via de transmissão da tuberculose, aumentar a ventilação do ambiente, cobrir a boca e o nariz, quando ocorrer tosse ou espirro, ajudam a reduzir a transmissão da doença. Nos dois primeiros dias de tratamento, o paciente já sente melhorias. Exatamente por isso, muitos acham que foram curados e abandonam o uso da medicação. O abandono do tratamento pode levar o paciente a adquirir a tuberculose multirresistente, que é a forma mais difícil de tratar. No Brasil, ainda são registrados poucos casos dessa forma mais grave da tuberculose. No total, são 1.300, sendo que 90% desses 1.300 decorrentes do abandono do tratamento.

Com efeito, no caso da tuberculose, como em todas as doenças, seguir o tratamento à risca, sem interrupções, até o seu final, tem importância vital. Se o paciente deixa de tomar os remédios antes de estar completamente curado, o bacilo, o micrório, torna-se resistente a eles. Nesse caso, tornam-se necessárias drogas mais potentes e mais caras. Mas, mesmo com o seu uso, as chances de cura reduzem drasticamente. Se ele seguir à risca, direto, normalmente o primeiro tratamento, ele tem 100% de chances de ficar curado. Se ele interromper e começar com o segundo esquema de tratamento, cai para 20% a sua chance de ficar curado.

Sr. Presidente Luiz Otávio, Sr. Senador Pedro Simon, o Brasil foi um dos países participantes no mês de março passado, do II Fórum Mundial do Programa *Stop TB* – movimento global para acelerar ações sociais e políticas para o controle da tuberculose no mundo. O encontro foi realizado em Nova Déli, na Índia, país onde a tuberculose representa um flagelo de maior proporção do que em qualquer outro. O Exmº Sr. Ministro da Saúde, Humberto Costa, esteve presente no fórum, representando o Brasil.

Além do Brasil, outros 21 países participaram da reunião. Juntas, essas nações concentram 80% dos casos de tuberculose do planeta. As principais metas do Programa *Stop TB*, até 2005, são: descobrir 70% dos casos estimados de tuberculose e curar 85% deles; até 2010, reduzir em 50% as mortes e a prevalência da doença. Reduzir em 50%, até 2010, significa que deixarão de morrer 1,5 milhão de pessoas por ano, a partir do momento em que se conseguir atingir o objetivo. Até 2050, reduzir a incidência da doença para um caso ou menos por milhão de habitantes no mundo.

Além da observação direta do paciente, implica que ele receba medicação e tenha todo o tratamento, observado pelo serviço de saúde, estratégia que tem apresentado bons resultados pelo mundo afora. Cura de pacientes, salva vidas, reduz a transmissão e previne o aparecimento e a disseminação da tuberculose resistente à múltiplas drogas. No Brasil, a estratégica de tratamento seguido de acompanhamento é desenvolvida da seguinte forma – falo para que as pessoas que tiverem tuberculose e estiverem ouvindo fiquem atentas para verificarem se está sendo seguida a seguinte regra: na primeira fase do tratamento, com duração de dois meses, faz-se o mínimo de três observações semanais. Na segunda fase, com quatro meses de duração, faz-se uma observação semanal, ou seja, a equipe de saúde, médico, enfermeira do posto, todos têm de ter contato com o paciente nessa freqüência.

O Brasil, apesar de adotar as normas internacionais de controle da tuberculose, permanece incluído no grupo de 22 países com maior número absoluto de casos da doença. Atualmente, ele está na 21ª posição.

Segundo o médico Christopher Dye, coordenador e um dos autores do relatório da Organização Mundial de Saúde sobre a tuberculose no mundo, o desempenho do Brasil no combate à moléstia é fraco, em comparação com o de outros países. Na opinião do Dr. Dye, o Brasil, devido à falta de investimentos, tem resultados piores do que países mais pobres, como Índia, Indonésia, Paquistão e até Bangladesh. Em suas palavras:

Esses países têm muito menos recursos para implementar programas de controle de tuberculose que o Brasil, ou seja, o Brasil tem um desempenho relativamente fraco. O Brasil (...) tem os recursos para fazer o controle eficiente da tuberculose e, mesmo assim, ainda não vimos lá o progresso que vimos em outros países, como os da Ásia.

Confrontado com essa manifestação, o Ministro da Saúde, Humberto Costa, concordou com a avaliação da agência da ONU. “O Brasil, por sua estrutura de saúde pública, poderia ter indicadores bem melho-

res do que tem hoje", disse o Ministro, que anunciou um pacote de mudanças para reverter esse quadro, acrescentando que as falhas do Brasil se concentram na área se concentram principalmente no diagnóstico da doença e no tratamento não-continuado. Ambas as questões estão destacadas pelo relatório da Organização Mundial de Saúde, que salienta, ainda, que a abrangência da estratégia DOTS – tratamento de curta duração com acompanhamento – sobre a população vem caindo nos dois últimos anos examinados. Em 2001, a estratégia DOTS atingia 32% da população. Em 2002, o índice caiu para 25%, mais uma má notícia para o sistema de saúde brasileiro, segundo o Dr. Dye. Disse o técnico da OMS:

"A porcentagem que recomendamos é 100%. É isso que o Brasil deveria estar tentando atingir. O fato de a porcentagem estar em queda indica uma negligência no que diz respeito à introdução da estratégia DOTS no País."

Para o Ministro Humberto Costa, essa suposta negligência deve ser atribuída à resistência do Governo anterior em descentralizar os programas de combate à tuberculose. Na sua avaliação, o Brasil falhou nos Governos anteriores por ter um programa de saúde da família que não fazia diagnósticos nem tratamento de tuberculose. Os pacientes tinham de se deslocar para os centros especializados, muitas vezes longe de suas residências.

Concordo plenamente com o Sr. Ministro, porque isso ocorria no meu Estado.

Para tentar reverter esse quadro negativo, o Ministro da Saúde anunciou, em março passado, um pacote de medidas, afirmando sua certeza de que, no próximo relatório da OMS sobre tuberculose, o Brasil estará em situação bem mais confortável e milhares de pessoas que hoje não têm tratamento terão e obterão cura.

Entre as medidas anunciadas pelo Governo Federal, está a injeção de R\$117 milhões a mais por ano na área, além da criação de forças-tarefa para intervir nas coordenações estaduais dos programas de combate à doença.

É auspicioso registrar que, pela primeira vez, a luta contra a tuberculose está entre as 16 ações prioritárias do Ministério da Saúde. A meta do Governo é curar 50.500 tuberculosos até 2005. Para isso, o Ministério pretende reestruturar o seu Programa de Controle da Tuberculose (PCT). A qualificação das equipes que atendem os doentes é uma das ações previstas. Outra iniciativa será o reforço das atividades de diagnóstico, com repasse de equipamentos aos laboratórios das unidades de saúde pública do País.

Sr. Presidente Luiz Otávio, Sr^{as}s e Srs. Senadores, como reconhece o próprio Ministério da Saúde, o Brasil, com a estrutura de saúde pública que possui, poderia apresentar indicadores bem melhores do que aqueles exibidos hoje no combate à tuberculose.

Saudamos, enfaticamente, portanto, a disposição de Sua Excelência de reforçar significativamente os recursos destinados ao controle dessa enfermidade tão grave. Esperamos que se fortaleça a disposição dos diversos níveis de governo e do conjunto da sociedade de erradicar, definitivamente, esse mal que ainda aflige tantos brasileiros.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Sobre a mesa, proposta de emenda à Constituição que passo a ler.

É lida a seguinte:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 52, DE 2004

Altera a Constituição Federal, para instituir a Justiça Agrária.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60, da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Os arts. 92, 105, 108, 109 e 128, da Constituição Federal, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 92

VII – os Tribunais e Juízes Agrários;

VIII – (NR)"

"Art.105

I –

a) nos crimes comuns, os Governadores dos Estados e do Distrito Federal, e, nestes e nos de responsabilidade, os desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, os membros dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, os dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais Agrários, dos Tribunais Regionais Eleitorais e do Trabalho, os membros dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios e os do Ministério Público da União que oficiem perante tribunais;

h) o mandado de injunção, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição de órgão, entidade ou autoridade federal,

da administração direta ou indireta, excetuados os casos de competência do Supremo Tribunal Federal e dos órgãos da Justiça Militar, da Justiça Eleitoral, da Justiça do Trabalho, da Justiça Federal e da Justiça Agrária;

..... (NR)"
"Art. 108.

I –

a) os juízes federais da área de sua jurisdição, incluídos os da Justiça Militar, da Justiça do Trabalho e da Justiça Agrária, nos crimes comuns e de responsabilidade, e os membros do Ministério Pùblico da União, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral;

.....
"Art. 109.

I – as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, réis, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral, à Justiça do Trabalho e à Justiça Agrária;

IV – os crimes políticos e as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesses da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, excluídas as contravenções e ressalvada a competência da Justiça Militar, da Justiça Eleitoral e da Justiça Agrária;

..... (NR)"
"Art. 128.

I –

e) o Ministério Pùblico Agrário;

..... (NR)"

Art. 2º O Capítulo III do Título IV da Constituição Federal fica acrescido da seguinte Seção VII-A:

TÍTULO IV

CAPÍTULO III

SESSÃO V-A Dos Tribunais e Juízes Agrários

Art. 124-A. São órgãos da Justiça Agrária:

I – o Tribunal Superior Agrário;
II – os Tribunais Regionais Agrários;
III – os Juízes Agrários.

§ 1º O Tribunal Superior Agrário compõe-se de, no mínimo, quinze ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco anos e menos de sessenta e cinco anos, nomeados pelo Presidente da República após aprovada escolha pelo Senado Federal, sendo onze escolhidos dentre juízes dos Tribunais Regionais Agrários, integrantes da carreira da magistratura agrária, e quatro dentre advogados especialistas em direito agrário e membros do Ministério Pùblico Agrário, alternadamente, indicados na forma do art. 94.

§ 2º Funcionará junto ao Tribunal Superior Agrário o Conselho da Justiça Agrária, cabendo-lhe, na forma da lei, exercer a supervisão administrativa e orçamentária da Justiça Agrária de primeiro e segundo graus, incumbindo-lhe receber e processar as reclamações contra os tribunais e juízes agrários.

§ 3º A lei disporá sobre a constituição, investidura, jurisdição, garantias, organização e condições de exercício, bem como sobre a competência interna dos órgãos da Justiça Agrária.

Art. 124-B. Os Tribunais Regionais Agrários compõe-se de, no mínimo, sete juízes, recrutados na respectiva região e nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos, sendo:

I – um quinto dentre advogados de notório saber jurídico, de reputação ilibada e com mais de dois anos de efetiva atividade profissional em direito agrário, e membros do Ministério Pùblico Agrário com mais de dois anos de carreira, indicados na forma do art. 94;

II – os demais, mediante promoção de juízes agrários com mais de dois anos de exercício, por antiguidade e merecimento, alternadamente.

Parágrafo único. Haverá nos Estados, bem como no Distrito Federal e Territórios, no mínimo, uma seção judiciária, que terá por sede a respectiva capital.

Art. 124-C. Compete aos Tribunais Regionais Agrários:

I – processar e julgar, originariamente:
a) as revisões criminais e as ações rescisórias de julgados seus ou dos juízes agrários da região;
b) os mandados de segurança e os habeas data contra ato do próprio Tribunal ou de juiz agrário;

c) os **habeas corpus**, quando a autoridade coatora for juiz agrário;

d) os conflitos de competência entre juízes agrários vinculados ao Tribunal;

II – julgar, em grau de recurso, as causas decididas pelos juízes federais e pelos juízes estaduais no exercício da competência federal da área de sua jurisdição.

Art. 124-D. O ingresso na carreira de juiz agrário far-se-á mediante concurso público de provas e títulos, sendo obrigatório o exame de direito agrário em todas as fases do certame.

Parágrafo único. A lei disciplinará a remoção ou a permuta de juízes e membros dos Tribunais Regionais Agrários e determinará sua jurisdição e sede.

Art. 124-E. Aos juízes agrários compete processar e julgar todas as ações que tenham por objeto o domínio ou a posse da terra rural, pública ou privada, bem como as questões agrárias, fundiárias, agrícolas e indígenas, e especialmente:

I – as ações discriminatórias de terras devolutas, inclusive os litígios entre a União, os Estados, os Municípios e suas respectivas autarquias, empresas públicas ou fundações;

II – as ações de desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária;

III – as ações possessórias, reivindicatórias, declaratórias de usucapião, demarcatórias e divisórias;

IV – as questões relativas aos direitos de vizinhança em terras rurais;

V – as questões relativas à aquisição e à perda da propriedade rural, à servidão de prédio rústico, ao usufruto, uso, habitação e às rendas constituídas sobre imóveis rurais, bem como aos vícios redibitórios e decorrentes da evicção;

VI – as ações de depósito de bens rurais e as questões relativas aos direitos reais de garantia, quando tiverem por objeto bens rurais móveis ou imóveis;

VII – as questões relativas à tributação e à previdência rurais;

VIII – as questões referentes à proteção da economia e do crédito rural, bem como da produção e comercialização agrícolas;

IX – as questões decorrentes de contratos agrários;

X – as questões relativas aos registros públicos dos imóveis rurais e ao cadastramento;

XI – as questões relativas à defesa do meio ambiente, à conservação dos recursos naturais e à exploração mineral em terras rurais;

XII – as questões relativas aos direitos e ocupação das terras indígenas;

XIII – os crimes praticados na disputa da terra.

§ 1º As causas propostas pela União, pelo Estado ou por suas autarquias e fundações serão aforadas na seção judiciária onde tiver domicílio a outra parte.

§ 2º As causas intentadas contra a União, o Estado ou suas autarquias e fundações poderão ser aforadas na seção judiciária em que for domiciliado o autor, naquela onde houver ocorrido o ato ou fato que deu origem à demanda ou onde estiver situada a coisa.

§ 3º Na hipótese do § 2º, as causas poderão ser processadas e julgadas na justiça estadual, no foro do domicílio do autor, sempre que a comarca não seja sede de vara do juízo agrário, devendo o recuso cabível ser dirigido sempre ao Tribunal Regional Agrário da área de jurisdição do juiz de primeiro grau.

Art. 3º O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido do seguinte artigo:

Art. 96. Incumbe ao Presidente do Tribunal Superior Agrário a adoção das providências necessárias à instalação e ao funcionamento da Justiça Agrária, nos termos do art. 99 da Constituição Federal.

Parágrafo único. O Tribunal Superior Agrário compor-se-á, na primeira investidura, de sete ministros, de livre nomeação do Presidente da República, dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, de reputação ilibada e notável saber jurídico, especialmente em direito agrário, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal.

Art. 4º O Procurador-Geral da República deverá, no prazo de noventa dias da promulgação desta emenda, encaminhar ao Congresso Nacional projeto de lei complementar estabelecendo a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público Agrário,

podendo delegar as atribuições aos demais ramos do Ministério Público da União ou dos Estados até a sua entrada em vigor.

Art. 5º Ficam criados cinco Tribunais Regionais Agrários, a serem instalados no prazo de seis meses a contar da promulgação desta emenda, com a jurisdição e a sede que lhes fixar o Superior Tribunal de Justiça, tendo em conta o número de processos e sua localização geográfica.

§ 1º Até que sejam implantadas todas as varas da Justiça Agrária, a jurisdição e as atribuições cometidas aos juízes agrários continuarão a ser exercidas pelos juízes da Justiça Comum e da Justiça Federal, competindo aos Tribunais Regionais Federais e aos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal e Territórios, bem como ao Superior Tribunal de Justiça, julgar as ações rescisórias das decisões proferidas.

§ 2º Até que se instalem os Tribunais Regionais Agrários, os Tribunais Regionais Federais e os Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal e Territórios exercerão a competência a eles atribuída, cabendo ao Superior Tribunal de Justiça promover sua instalação e indicar candidatos aos cargos da composição inicial, mediante lista tríplice, podendo desta constar juízes federais e estaduais, de qualquer região ou unidade federativa.

Art. 6º Esta emenda constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se o inciso XI do art. 109 e o art. 126 da Constituição Federal.

Justificação

A presente Proposta de Emenda à Constituição tem por finalidade precípua a criação de uma Justiça Agrária Especializada. Pra tanto, ao lado dos tribunais e juízes encartados no art. 92 do Texto Magno de 1988, agasalhados como órgãos do Poder Judiciário, pretendemos incluir Tribunais e Juízes Agrários.

De há muito, ressente-se o nosso ordenamento jurídico de uma Justiça especializada no julgamento de lides de natureza agrária. E pelas especificidades com que se apresentam as multifárias demandas advindas dessa senda, necessária se torna a criação de órgãos judiciários vocacionados, especificamente, ao julgamento das mesmas.

O direito agrário, como ramo autônomo do Direito, é constituído por um conjunto de regras e princípios comuns que possuem, como substrato, relações intersubjetivas provenientes do campo. Muito diferentes das relações verificadas no âmbito cidadão. Em outras palavras, os conflitos agrários são de natureza completamente diversa dos conflitos verifi-

cados no âmbito das relações travadas nas cidades. E é por possuir peculiaridades que a extremam, v.g., das relações civis, que o direito material agrônomo adquiriu, na seara científico-doutrinária, a sua merecida autonomia.

Da mesma forma encontramos, no nosso ordenamento jurídico, amplo instrumental consubstanciado em normas de direito processual, que visam dirimir demandas provenientes do campo. O problema, portanto, não reside na falta de normas processuais que dêem guarida ao Direito Material Agrário, mas sim, na falta de órgãos especializados em demandas fundiárias. Reside na falta de Magistrados especializados em demandas agrárias que – vale repisar – distanciam-se de outras demandas. São esses Magistrados especializados que devem manusear, por excelência, o arcabouço processual disponível no ordenamento, objetivando dirimir contentas agrárias ou fundiárias.

As lides rurícolas ou que envolvam questões fundiárias, no Brasil, são de grande envergadura. A grande extensão territorial, aliada a uma agricultura crescente que se torna, a cada dia, mais arrojada e complexa, está a cobrar, do Poder Constituinte Reformador, a inserção, na Carta Magna, de uma Justiça Agrária especializada. Justiça que vise dirimir, com cunho de especificidade, conflitos fundiários que, por sua vez, crescem na mesma proporção do incremento do agronegócio, da pecuária etc. O Poder Legislativo tem o dever de fornecer os instrumentais processuais orgânicos necessários para que essas lides rurícolas adquiram seu necessário equacionamento jurisdicional.

É importante que a realidade da sociedade agrária, especialmente nas relações jurídicas agrárias ou fundiárias, sejam analisadas por mentes adestradas no trato de questões agrárias. Pessoas que muitos dizem ser dotadas de “mentalidade agrarista”; aquelas que estão conscientes das peculiaridades agrárias e são sensíveis aos valores, aspirações e necessidades do homem do campo.

Existem exemplos elogiáveis no que diz respeito ao procedimento adotado por alguns países para solucionar lides agrárias, onde todo e qualquer conflito agrário tem tratamento especial, perante juízos especializados, em todos os graus de jurisdição, inclusive, na Corte Suprema.

Na Europa, temos os Agrodelmingsrater da Suécia, que são juízes especializados, com competência específica para apreciar demandas agrárias e que funcionam desde 12 de maio de 1927; o Irish Land Commission, da Irlanda, instituída pela Land Act, de 1881, também possui a mesma finalidade. Podemos

citar, também, o **Sdottish Land Courts**, da Escócia e os **Tribunaux Paritaires Des Baux Ruraux**, da França, dentre muitos outros. Despiciendo e cansativo seria citar todos os órgãos jurisdicionais, de diferentes países que, na Europa, possuem a competência específica para solucionar questões agrárias ou fundiárias.

Na América Latina, encontramos exemplos marcantes de judicatura agrária especializada no México, no Peru, na Venezuela etc. No México, por exemplo, existem as Comissões Agrárias Mistas, previstas na Lei Federal de Reforma Agrária, de 20 de abril de 1976, que têm competência para dirimir questões fundiárias e o que for de interesse da reforma agrária. O Tribunal Agrário Nacional e os nove Juizados Agrários compõem a Justiça Agrária Boliviana, criada pela Lei nº 1.715, de 18 de outubro de 1996, com competência para solucionar os conflitos emergentes da posse e direito de propriedade agrárias.

Se perlustrarmos o Direito Comparado, verificaremos que não existe continente que não se curve diante da necessidade de se adotar um modelo de Justiça Agrária, com Tribunais Especializados.

Lamentamos, pois, a ausência de uma Justiça Agrária Especializada num País como o Brasil que, como é cediço, possui uma estrutura agrária deficiente e uma estrutura flindíaria deformada. Isto reflete, de certo modo, a insensibilidade de seus dirigentes em face da problemática, sobremodo se tivermos em mente o fato de que a população citadina depende dos frutos produzidos pela sociedade agrária.

Cabe salientar, ainda, que a implantação da Justiça Agrária no Brasil se justifica, ainda mais, se tivermos em vista a sobrecarga de ações na Justiça Comum. Esta Justiça, que também julga conflitos advindos da seara agrária, por mais que se esforce, não tem conseguido agilizar a prestação jurisdicional no ritmo imposto pelas necessidades verificadas a partir dos conflitos advindos do campo.

Ademais, não é aceitável, do ponto de vista do direito contemporâneo, que os conflitos agrários sejam julgados por juizes ordinários, os quais, além da falta de conhecimentos profundos sobre a matéria, estão, de certa forma, impregnados de princípios privatistas que remontam da codificação napoleônica, com toda carga individualística que abriga. Totalmente divorciados, portanto, dos fundamentos principiológicos agraristas, de cunho notadamente social.

Resta indubitável, por outro lado, que o conhecimento especializado da matéria, por parte de Magistrados especializados na matéria, permite melhor

apreciação das questões suscitadas, maior segurança nas decisões e criação de uma jurisprudência uniforme e solidamente fundamentada, com condão de impulsivar o desenvolvimento do Direito Agrário; no aspecto processual, o conhecimento especializado significa a substituição de vícios procedimentais nocivos, derivados de idiossincrasias individualistas, por uma atitude inspirada em valores sociais.

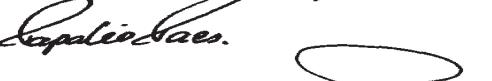
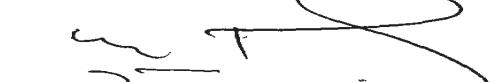
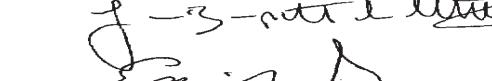
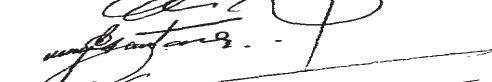
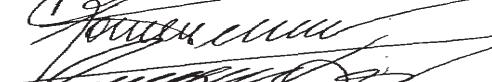
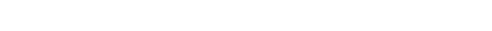
Urge ressaltar, também, que a ambição da legislação agrária é e sempre foi de suma importância para todos os povos, envolvendo setores cada vez maiores, pertinentes ao imóvel rural. Daí a necessidade de se atribuir, a uma Justiça Agrária especializada, a competência para processar e julgar as questões decorrentes dos fatos regulados pela legislação agrária que, por sua vez, se expande a cada dia. A Legislação agrária abrange questões agrárias e fundiárias; mas não é só. Lança seus tentáculos sobre determinadas questões ambientais, indígenas, minerais etc.

Especificamente, com o necessário advento da Justiça Agrária no País, esta deverá julgar questões oriundas do domínio e da posse da terra rural, pública ou particular; as ações discriminatórias de terras devolutas, federais ou estaduais; as ações demarcatórias ou divisórias de imóveis rurais; as desapropriações por interesse social, para fins de reforma agrária; as questões relativas aos negócios jurídicos agrários, compreendendo contratos agrários, financiamentos, seguros, armazenagem, transporte; os registros públicos pertinentes a imóvel rural; as questões derivadas da interferência do Governo na vida rural, como o exercício da atividade tributária; os delitos agrários, assim considerados os que tenham causa, objeto e/ou consequências predominantemente agrárias.

Portanto, a competência da Justiça Agrária sobre questões ou matérias agrárias, ambientais, indígenas e minerárias, em imóvel rural, constituem-se em indelével imperativo, envolvendo reforma constitucional que tenha o condão de superar a acanhada, restritiva e superada previsão do art. 126 da Constituição Federal de 1988.

Com base no exposto, e considerando, mais uma vez, a imprescindibilidade de se criar uma Justiça Agrária especializada, solicitamos o apoio dos nossos nobres pares para a aprovação da presente Proposta de Emenda à Constituição que, em sua contextura, revela o escopo único de aprimorar o ordenamento jurídico pátrio e, consequentemente, melhorar as possibilidades integradoras do direito em face dos desafios fundados nos conflitos de natureza rural ou fundiária.

Sala das Sessões, 21 de outubro de 2004. – Senador **Augusto Botelho**

1.  (Augusto Soárez)
2.  Capeladas. P. Soárez
3.  H. Fontes
4.  R. Lourenço
5.  P. Senna
6.  Sampaio - Sampaio
7.  Júlio - Júlio
8.  Gilson Meirelles - Gilson Meirelles
9.  Júlio Marcondes - Júlio Marcondes
10.  Arlindo Mestrinho - Arlindo Mestrinho
11.  Magno Malta - Magno Malta
12.  Rupp
13.  C. Moreira
14.  Sartori - Sartori
15.  Marco Antônio - Marco Antônio
16.  A.C. Valadão - A.C. Valadão
17.  Flávio Viana - Flávio Viana
18.  José B. Costa - José B. Costa
19.  Edson Cobia - Edson Cobia
20.  Renato Sérgio - Renato Sérgio
21.  Adilton Freitas - Adilton Freitas
22.  Jairo Orense - Jairo Orense
23.  E.S.C. - E.S.C.
24. Rosane Sora - Rosane Sora
25. Ney Suassuna - Ney Suassuna
26. Paulo Pimentel - Paulo Pimentel
27. Jair Bolsonaro - Jair Bolsonaro

LEGISLAÇÃO CITADA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Art. 92. São órgãos do Poder Judiciário:
I – o Supremo Tribunal Federal;
II – o Superior Tribunal de Justiça;
III – os Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais;
IV – os Tribunais e Juízes do Trabalho;
V – os Tribunais e Juízes Eleitorais;
VI – os Tribunais e Juízes Militares;
VII – os Tribunais e Juízes dos Estados e do Distrito Federal e Territórios.

Parágrafo único. O Supremo Tribunal Federal e os Tribunais Superiores têm sede na Capital Federal e jurisdição em todo o território nacional.

Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça:

I – processar e julgar, originariamente:
a) nos crimes comuns, os Governadores dos Estados e do Distrito Federal, e, nestes e nos de responsabilidade, os desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal os membros dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, os dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais Eleitorais e do Trabalho, os membros dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios e os do Ministério Público da União que oficiem perante tribunais;

h) o mandado de injunção, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição de órgão, entidade ou autoridade federal, da administração direta ou indireta, excetuados os casos de competência do Supremo Tribunal Federal e dos órgãos da Justiça Militar, da Justiça Eleitoral, da Justiça do Trabalho e da Justiça Federal;

Art. 108. Compete aos Tribunais Regionais Federais:

I – processar e julgar, originariamente:
a) os juízes federais da área de sua jurisdição, incluídos os da Justiça Militar e da Justiça do Trabalho, nos crimes comuns e de responsabilidade, e os membros do Ministério Público da União, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral;

Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar:

I – as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na

condição de autoras, réis, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho;

IV – os crimes políticos e as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, excluídas as contravenções e ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral;

IX – os crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar;

XI – a disputa sobre direitos indígenas.

§ 4º Na hipótese do parágrafo anterior, o recurso cabível será sempre para o Tribunal Regional Federal na área de jurisdição do juiz de primeiro grau.

Art. 124. À Justiça Militar compete processar e julgar os crimes militares definidos em lei.

Parágrafo único. A lei disporá sobre a organização, o funcionamento e a competência da Justiça Militar.

Art. 126. Para dirimir conflitos fundiários, o Tribunal de Justiça designará juízes de entrância especial, com competência exclusiva para questões agrárias.

Parágrafo único. Sempre que necessário à eficiente prestação jurisdicional, o juiz far-se-á presente no local do litígio.

Art. 128. O Ministério Pùblico abrange:

I – o Ministério Pùblico da União, que comprehende:

a) o Ministério Pùblico Federal;
b) o Ministério Pùblico do Trabalho;
c) o Ministério Pùblico Militar;
d) o Ministério Pùblico do Distrito Federal e Territórios;

II – os Ministérios Pùblicos dos Estados.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– A Proposta de Emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições constantes dos art. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria será publicada e remetida à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Ainda há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon, do PMDB do Rio Grande do Sul. V. Ex^a dispõe do tempo

que quiser, mas sei que cumpre o Regimento desta Casa, que lhe concede 20 minutos para o pronunciamento. Normalmente, todo o Brasil permite que tenhamos condições e tempo para ouvi-lo melhor.

Com a palavra o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) –

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR PEDRO SIMON NA SESSÃO DO DIA 21 DE OUTUBRO DE 2004, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

O Sr. Luiz Otávio, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Augusto Botelho.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR)

– Concedo a palavra ao nobre Senador Luiz Otávio.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srºs e Srs Senadores, a sessão praticamente estava por encerrar-se, mas eu não me contive e resolvi aproveitar o tempo restante dela, primeiramente, para transmitir a esta Casa, ao Congresso Nacional, informações sobre o almoço de hoje em que estiveram presentes vários Senadores e Deputados Federais com o Comandante da Marinha, Almirante-de-Esquadra Roberto de Guimarães Carvalho, e o Chefe do Estado-Maior da Armada, Almirante-de-Esquadra Rayder Alencar da Silveira.

Para a nossa surpresa, ele nos brindou com uma palestra, mostrando o quadro atual da Marinha brasileira, inclusive com algumas informações confidenciais – eu não diria secretas – sobre os números orçamentários da Marinha. O que mais me chamou a atenção foi o que a mídia hoje criou no tocante ao projeto de energia atômica ou ao projeto do submarino atômico brasileiro. Na verdade, não existe nenhum projeto de construção de submarino nuclear no Brasil. Ao longo destes mais de vinte anos, existe o projeto de enriquecimento de urânio. Para o Brasil, pela Marinha de Guerra, obter a tecnologia do enriquecimento de urânio, para pensarmos em energia nuclear por meio de centrífuga, é necessário desenvolver a tecnologia brasileira.

Na verdade, há mais de 40 anos, a Marinha firmou convênio com a Universidade de São Paulo, por meio do qual usa mão-de-obra tão competente e capaz. A Marinha não tem um instituto tecnológico, como tem a Aeronáutica o Instituto Tecnológico da Aeronáutica, como tem o Exército o Instituto Militar de Engenharia. A Marinha não tem a formação de pessoal especializado e, pelo convênio que tem há 40 anos com a

Universidade de São Paulo, convênio que vem sendo renovado e expandido anualmente, ela se utiliza dos recursos que tem a Universidade de São Paulo, principalmente na área de tecnologia.

A imprensa está levando à opinião pública uma informação de modo totalmente distorcido. A Marinha não tem – repito – projeto de submarino atômico. Ele nunca ficará pronto, pelo menos durante essa fase, não há como alcançar essa tecnologia para a questão energética, como tecnologia de ponta. Foi bem objetiva a exposição do Comandante da Marinha – e isso deve ficar bem claro – no sentido de que o laboratório nuclear da Marinha, que existe agora, vai pesquisar o reator por meio de uma técnica de propulsão inicial, com capacidade ainda muito pequena.

Para podermos sonhar em ter um projeto de submarino nuclear, é necessário muito tempo e muitos recursos. A tecnologia e o conhecimento não existem atualmente, nem existe um projeto de construção de submarino nuclear. O que existe é a construção, há alguns anos, de quatro submarinos brasileiros convencionais, ainda com projeto de construção naval alemão. Não temos nenhum projeto nacional para a construção de submarino convencional.

Não existe nem projeto de construção de um submarino com capacidade de propulsão nuclear. Para conseguirmos chegar a esse objetivo, para termos um projeto dessa envergadura concluído, precisaríamos de muitos recursos e de, pelo menos, trinta anos.

Foi muito importante a nossa participação. Também estiveram presentes os Senadores Paulo Octávio, Serys Slhessarenko, Edison Lobão e vários Deputados Federais.

Também foi muito bem abordada uma nova questão, que já apresenta estudos técnicos da Marinha, inclusive com convênios assinados com a Organização das Nações Unidas, com relação às nossas 12 milhas de costa, que também são território brasileiro. Existe o reconhecimento internacional das 12 milhas, mas agora há a discussão, já assinada por muitos países, a respeito das 200 milhas. Os Estados Unidos, pela sua capacidade hegemônica e pela sua força de combate em guerra naval, aérea e terrestre, até hoje não aceita essa questão.

O Comandante da Marinha também tratou da questão da nossa nova Amazônia, a Azul. Além de termos a Amazônia Verde, que conheço e vivo desde o meu nascimento, existe a Amazônia Azul, que é o nosso futuro no que se refere à pesquisa e à prospecção de petróleo em toda a nossa costa. Estamos nos afastando cada vez mais da nossa costa, indo para bem mais distante. Já conseguimos perfurar poços de petróleo a 200 quilômetros da costa. Essa área

oceanográfica vai ficando cada vez mais valorizada. São mostrados, com muita clareza e objetividade, os recursos naturais que temos, como o nosso pescado, a nossa lagosta, as riquezas que temos nas profundezas do nosso oceano.

Com certeza, para explorarmos nossas riquezas, precisaremos de muitos recursos. A Marinha, que teve seu orçamento reduzido ao longo de décadas, conseguiu uma grande vitória para 2005, após uma grande luta, pois o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva estabeleceu novo parâmetro no que se refere ao Orçamento do País. Hoje, há dificuldade para a manutenção da frota, que é de 93 embarcações. A Marinha também tem aviões, no Porta-Aviões São Paulo; tem helicópteros, navios-hospital, e há dificuldade para a manutenção de tudo isso. Até mesmo a viagem do Navio-Escola Brasil, que é o navio que faz a volta ao mundo com os aspirantes que se formam na Escola Naval, foi reduzida à metade, praticamente, por falta de recursos, de treinamentos, de investimentos, principalmente na manutenção e na condição de navegabilidade das nossas embarcações. Mas o Presidente Lula aquesceu à exposição que o Comandante da Marinha fez, estabelecendo que, de 2005 em diante, o Orçamento da União permitirá que a Marinha, além de cumprir sua obrigação de pagar os salários e custear toda a força, consiga retomar a manutenção e a compra de equipamentos e de munição.

Com certeza, haverá o empenho da Comissão Mista de Orçamento e do Presidente do Congresso Nacional, Senador José Sarney, que lá estava representado pelo Senador Edison Lobão, para conseguirmos os recursos e, aí sim, termos o reaparelhamento dessa força tão importante que dá condições de segurança para a nossa população.

Só para se ter uma idéia, na minha região, a Amazônia, trafegam de 100 mil a 150 mil embarcações. No Brasil, temos mais de 500 navios trafegando no nosso território todo dia. A movimentação de navios é algo espetacular. Noventa e três por cento das nossas exportações são feitas através do sistema fluvial. Temos uma capacidade de geração de renda muito grande.

Existem alguns problemas muito sérios, como o caso da navegação mercante. Atualmente, o Brasil paga mais de R\$6 bilhões anuais para fretamento de navios estrangeiros. O País praticamente deixou de ter a sua frota mercante, tendo em vista políticas adotadas ao longo das últimas décadas que permitiram o abandono do parque industrial naval do Brasil. Perdemos a competitividade, a capacidade de construir, de gerar emprego e renda, mas principalmente de exportar e de transportar as nossas riquezas, as nossas mercadorias, o que poderia incentivar a formação de

mão-de-obra capaz, proporcionando um retorno condizente aos fluviais e aos marítimos, ou seja, a essa tripulação tão bem treinada e formada.

Sr. Presidente, registro essa oportunidade que tivemos e espero que outros encontros dessa natureza ocorram. O nosso dia-a-dia não permite, muitas vezes, que tenhamos oportunidade de ouvir explicações tão claras, objetivas, principalmente sobre essas questões tão importantes para o Brasil. Ficamos algumas horas no local e tivemos a chance de conhecer a realidade dos fatos.

Na saída, alguns jornalistas queriam saber se nos reunimos com a Marinha para nos solidarizarmos com o Comandante do Exército pela nota publicada ontem com relação ao jornalista Wladimir Herzog sobre aquele momento triste de nosso País, de nossa República. A imprensa toda se mobilizou. O General Albuquerque desfez a nota oficial divulgada pelo Gabinete de Comunicação Social do Exército, e o Presidente Lula aceitou a nova nota, dando fim ao episódio.

A Câmara resolveu abrir uma investigação, que creio ser válida, pois trata-se de prerrogativa dos Deputados Federais. Com certeza, teremos a chance de estabelecer uma harmonia, um entendimento, um canal de comunicação e, principalmente, um relacionamento respeitoso entre os Poderes Executivo e Legislativo no que diz respeito à apuração de fatos passados ou futuros.

Em momento algum, esse assunto foi tratado no encontro com a Marinha, mas, com certeza, tratamos de questões muito importantes para todos nós brasileiros e para o Congresso Nacional.

Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Gostaria de registrar a presença em nossa Tribuna de Honra da Drª Madalena Campbell e do Dr. Wilson Franco, que participam do Congresso Brasileiro de Médicos Peritos dos Órgãos Federais que se realiza no auditório Petrônio Portella, nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Os Srs. Senadores Rodolpho Tourinho, Leonel Parvan, Sérgio Guerra e Romero Jucá enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as}s serão atendidos.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, apesar das dificuldades que a Casa tem encontrado para deliberar de forma mais apropriada, em virtude do rito atual de tramitação das medidas provisórias que o atual Governo tem editado com bastante freqüência, que têm trancado a pauta do Senado

Federal e, com isso, reduzindo o tempo para o debate dos grandes temas, passou a vigorar, desde sexta-feira passada, aperfeiçoada que foi nesta Casa, a Conta Investimento, oriunda da MP 179, de 2004, que tive a incumbência de relatar.

A exemplo do que ocorreu na Reforma Tributária, na MP que regulamentou o Setor Elétrico, nas MPs que trataram da não cumulatividade da Cofins, bem como, mais recentemente a Lei de Informática, o Senado Federal demonstrou maturidade e espírito público quando aprovou a citada MP, após realizar algumas alterações essenciais para aprimorar a referida norma.

Alias, Sr^{as}s e Srs. Senadores, é fundamental registrar, que a despeito das inúmeras MPs editadas, que entendo em alguns casos um equívoco do Poder Executivo, afinal tem legislado através de medidas provisórias, o Senado Federal tem dado uma resposta à altura de suas atribuições nas questões fundamentais para o país. E é imprescindível reconhecer o papel da Oposição neste processo.

Voltando a Conta Investimento, desde de o dia 1º de outubro, por força da sanção da Lei nº 10.892, de 2004, oriunda da MP 179, passou a vigorar uma nova sistemática para as aplicações financeiras, através da instituição de uma nova modalidade de conta bancária. No novo modelo, as aplicações financeiras serão realizadas mediante a utilização de saldos existentes na conta corrente para investimento e as movimentações no âmbito dela não serão afetadas pela Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), pois é estabelecida a alíquota zero para os lançamentos a débito.

Dessa forma, enquanto os recursos permanecerem na conta de investimento, mesmo que haja re-aplicações sucessivas, será aplicada a alíquota zero, assim como no retorno do dinheiro à conta corrente de depósitos ou na transferência entre contas de investimentos do mesmo titular, ainda que em instituições diferentes. Apenas a primeira saída da conta corrente continuará a ser tributada. Na sistemática anterior, a cada alteração na carteira de aplicações ocorria o fato gerador da contribuição.

Além dessa mudança, principal objetivo da nova norma, a Lei nº 10.892, realizou outras mudanças na tributação sobre aplicações financeiras:

Instituiu, com o objetivo de dificultar a evasão fiscal da CPMF e aumentar o controle sobre a movimentação de recursos, novas regras operacionais na movimentação de contas bancárias.

Agravou as multas de ofício aplicáveis a casos de não recolhimento da CPMF.

Alterou a sistemática de cobrança do Imposto de Renda sobre aplicações financeiras.

As inovações na lei têm dois objetivos principais: a desoneração das aplicações financeiras, no intuito de incentivar o crescimento da poupança interna nacional e aperfeiçoar a arrecadação de alguns tributos incidentes nestas operações de forma a dar maior controle ao Governo Federal e, com isso, evitar a evasão fiscal.

A economia brasileira atual é marcada pela necessidade de mobilização de grandes volumes de poupança. Como País em desenvolvimento, o Brasil precisa de poupança para financiar a formação de capital e promover o crescimento. A dívida pública, notoriamente alta e preponderantemente de curto prazo, exige refinanciamento constante, o que é impraticável se a poupança disponível for estreita demais.

A criação de tributo sobre a transferência de recursos de um instrumento financeiro para outro, à moda da CPMF atualmente vigente, certamente não colabora para a formação de poupança nacional. Primeiro, porque tende a reduzir a liquidez dos ativos financeiros, o que, em si, já é um desestímulo à sua aquisição e, portanto, à poupança. Segundo, porque a tributação representa uma diminuição da rentabilidade dos ativos financeiros. A cada vencimento de títulos ou troca de posição financeira, os recursos aplicados são tributados em 0,38%, que são contabilizados, pelo aplicador, como diminuição de sua rentabilidade líquida. A redução da alíquota da CPMF a zero na troca de posição financeira e na reaplicação dos recursos afasta o desestímulo que essa contribuição impõe à poupança e retira um obstáculo ao crescimento da economia e à solvência do setor público.

Há que se admitir que o benefício da aplicação de alíquota zero a transferências de aplicações financeiras tem como contrapartida pequena redução da progressividade da CPMF.

Dessa forma, a conta para investimento tem dois méritos inegáveis: ela atenua uma das distorções que existe no mercado financeiro – a incidência da CPMF a cada mudança de aplicação financeira –, e o faz de forma a liberar os pequenos e médios poupadore e as demais empresas do setor produtivo para conseguir os melhores retornos para os seus investimentos.

A alteração da legislação do Imposto de Renda retido na fonte sobre as aplicações financeiras de renda fixa também é bem-vinda.

Mantém-se a regra geral da incidência do imposto no resgate da aplicação, mas o período de incidência obrigatória, para os casos em que não haja resgate, é estendido: de mensal ou trimestral, o pagamento obrigatório do tributo passa a ser feito apenas semestralmente.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, a MP, aprovada pelo Congresso, tinha méritos inquestionáveis, entretanto, como ressaltei no inicio deste pro-

nunciamento, foram necessários alguns ajustes que o Senado, a exemplo do que tem feito nos grandes temas, promoveu.

Além das alterações de caráter operacional, com objetivo de assegurar a eficácia da norma, convém destacar duas preocupações desta Casa que foram contempladas na nova Lei.

Primeiramente, apesar de tratar-se de uma alteração também de caráter operacional, mas que representava um grande risco para o sistema tributário no setor financeiro, foi a simples alteração do prazo de entrada em vigor da nova conta, que passou de 1º de agosto para 1º de outubro, sexta-feira passada.

Na avaliação das áreas de tecnologia dos bancos, as alterações necessárias em termos de sistemas de processamento de dados são enormes e, em contrapartida, o prazo para promovê-las era muito curto, razão pela qual, na condição de Relator, insisti junto ao Governo Federal para que a alteração proposta fosse acatada.

A segunda alteração, essa sim, revestida de uma preocupação maior, pois entendia que poderia gerar aumento na carga tributária, além de insegurança para os contribuintes, foi a supressão de dispositivos que estabeleciaam poderes discricionários ao Ministro da Fazenda em relação à cobrança da CPMF.

Ocorre que a legislação vigente já autoriza o Ministro da Fazenda a dispensar da cobrança da CPMF operações de crédito quando entender que estas são justificáveis. O texto original da medida provisória garantia a mesma prerrogativa, introduzindo, entretanto, a possibilidade de o Ministro estabelecer limites de valor para essa dispensa, quando o mutuário for pessoa física. Isto significa uma alteração significativa nos poderes do ministro em relação à cobrança de CPMF, na medida em que poderia estabelecer patamares de isenção ou cobrança da contribuição em operações equivalentes. Ou seja, quando uma pessoa física fosse adquirir determinado bem ou serviço que sofresse a incidência da CPMF na operação bancária, o Ministro da Fazenda poderia estabelecer uma tabela de valores a partir de quando ocorreria a cobrança. Imaginemos a compra de um automóvel, de acordo com o que pretendia a MP original, o Ministro poderia cobrar a CPMF quando o veículo adquirido superasse um determinado valor estabelecido pelo Ministério. Aliás, foi um ponto bastante polêmico, uma vez que os técnicos do Ministério da Fazenda viam tal dispositivo como uma possibilidade de o Ministro conceder isenções; no exemplo citado poderia isentar carros populares, e não aumentar o leque de cobranças. Tratava-se, portanto, de uma medida com caráter populista.

A Câmara dos Deputados manteve o mesmo espírito, estabelecendo, entretanto, a possibilidade

de definição de limites pelo Ministro da Fazenda em todas as operações de crédito, inclusive com pessoas jurídicas, o que seria ainda pior no nosso entendimento, pois contraria o espírito da medida provisória e, provavelmente, implicaria na elevação da carga tributária na medida em que ao determinar limites para as operações que julgar conveniente, e que hoje são totalmente isentas, o Ministro da Fazenda poderia estar promovendo maior arrecadação da CPMF.

Além disso, como afirmei há pouco, tratava-se de medida que, inegavelmente, inseria no instrumento legal uma incerteza constante em relação aos procedimentos da norma, haja vista que abria a possibilidade de os limites serem estabelecidos, sem regras claramente definidas, de forma unilateral, conforme a finalidade da operação.

Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, entendo que com os ajustes promovidos, a Casa novamente contribuiu de forma efetiva para o desenvolvimento do País. Concluo, portanto, ressaltando a importância do Senado Federal, especialmente da oposição responsável nesta Casa, no cumprimento do seu papel de Poder Legislativo. Por fim, cumpre registrar o empenho do Senador Romero Jucá que, exercendo o papel de Líder do Governo no Senado, conseguiu, no retorno da matéria à Câmara dos Deputados, fazer valer o acordo celebrado no Senado Federal e manter na íntegra o texto aqui aprovado.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr's e Srs. Senadores, ocupo a Tribuna neste momento para comentar o artigo intitulado “Fracasso no horário nobre”, de autoria do jornalista Clóvis Rossi, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, de 19 de outubro do corrente.

O jornalista, em seu artigo, comenta a reportagem do **Fantástico**, do último dia 17 de outubro, que deixou clara a incompetência do governo Lula com relação ao seu principal programa na área social: o Fome-Zero.

O programa mostrou que muitas pessoas em boas situações econômicas estão recebendo os benefícios, enquanto que muitos, em situação de extrema pobreza, ainda esperam pela ajuda do governo.

Para que conste dos Anais do Senado, requeiro, Sr. Presidente, que o artigo publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, de 19 de outubro do corrente, seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, Inciso 1º e § 2º, do Regimento Interno.)

Folha de S.Paulo, 19 de outubro de 2004

FRACASSO NO HORÁRIO NOBRE

Clóvis Rossi

O **Fantástico**, a revista dominical da Rede Globo, desmontou anteontem o programa que é a menina dos olhos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Fome Zero (ou Bolsa Família). Para quem não viu, um resuminho: o programa visitou aleatoriamente três cidades de três Estados (Maranhão, Paraná e Mato Grosso). Comprovou facilmente que gente que não tem a mais leve necessidade de esmola pública não obstante a recebe. Gente até rica comparativamente. Nas mesmas cidades, no entanto, gente que só não é mais pobre por impossibilidade física não consegue cadastrar-se, ou, cadastrada, ainda assim não recebe o benefício. Mas não foi apenas o Bolsa Família que a reportagem detonou com a frieza dos fatos. Detonou também o *slogan* “o melhor do Brasil é o brasileiro”. Se é mesmo, estamos perdidos, porque o programa mostrou que um punhado de brasileiros é capaz de, literalmente, tirar a comida da boca de crianças miseráveis sem o mais leve pudor. São pessoas da curriola dos prefeitos que fazem o cadastramento para os programas assistenciais. O que, por sua vez, prova que o Estado brasileiro continua precisando ser desprivatizado, urgentemente. Era essa, aliás, a pregação do PT quando estava na oposição. Uma vez no governo, mostra que ou é inapetente ou é incompetente ou é impotente ou tudo isso de uma só vez para operar a desprivatização do Estado e colocá-lo de fato a serviço do público que dele necessita. Chegou a ser patético o ministro Patrus Ananias (Desenvolvimento Social) ao tentar explicar-se no “Fantástico”. Agradeceu ao programa por ter revelado as falhas, no que parece simpática demonstração de humildade. Bonito. Mas seria muito mais bonito se tivesse tido a competência de descobrir os trambiques antes - e corrigi-los. O programa só falhou num ponto: não foi capaz de localizar nenhum beneficiário da suculenta Bolsa-Juros do governo que esteja deixando de receber religiosamente em dia.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar o artigo intitulado “Honra ao demérito”, de autoria do jornalista Jânio de Freitas, publicado na **Folha de S.Paulo**, de 19 de outubro do corrente.

O artigo mostra como a decepção da população com o governo Lula está afetando o desempenho de candidatos petistas nas eleições municipais deste ano, notadamente nas prefeituras de Porto Alegre e de São Paulo.

De acordo com as palavras do candidato do PT à Prefeitura de Porto Alegre, Raul Pont, “Não dá para negar que havia expectativa e esperança de soluções mais rápidas do governo para os problemas do país. Isso é o que as ruas estão dizendo.”

Para que conste dos Anais do Senado Federal, requeiro, Senhor Presidente, que o artigo acima citado passe a integrar este pronunciamento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, Inciso 1º e § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

Folha de S.Paulo, 19 de outubro de 2004

HONRA AO DEMÉRITO

Jânio de Freitas

Ex-prefeito bem apreciado no exercício do cargo, Raul Pont abre o jogo: é a decepção com o governo Lula, por parte do eleitorado, que explica a sua dificuldade de confirmar, agora, o favoritismo lógico e demonstrado no primeiro turno pela Prefeitura de Porto Alegre. Algum petista chegaria, inevitavelmente, à sinceridade de expor em público o ponto de vista de muitos, inclusive ou sobretudo em São Paulo.

Os nove pontos de vantagem com que Raul Pont bateu José Fogaça, ex-PMDB e neófito do PPS, transformam-se em 12 pontos de desvantagem. Justifica-se a estranheza de Pont com a surpreendente (segundo Fogaça, também) rapidez de virada tão grande, na pesquisa Ibope. Pont observa, porém, que aparece com percentual que corresponde à sua votação no primeiro turno. Assim sendo, os números de Pont e suas observações se confirmam e completam:

“Não dá para negar que havia expectativa e esperança de soluções mais rápidas do governo para os problemas do país. Isso é o que as ruas estão dizendo.” Ou seja, a decepção com o governo Lula reduz o eleitorado de Pont ao petismo incondicionalmente fiel, e lhe nega as condições, nem se diga para colheitas invasoras, mas para preservar o seu apoio eleitoral passado.

Se estudados com menos superficialidade do que até agora, os resultados eleitorais ainda acabam levando ao reconhecimento de que Antonio Palocci foi a grande figura nas eleições pelo país afora. A surra levada pelo PT no Rio – na cidade e no Estado – a ele é devida em grande parte: quando menos, por ser

surra, e que surra, onde Lula obteve igualados 80% dos votos. É provável que em pouco se declarem muitos outros candidatos e lugares que justificam um busto de Palocci erguido pela oposição.

Incógnita

Um argumento que petistas têm brandido em favor de Marta Suplicy, como razão que supera todos os possíveis motivos de restrição ou indiferença à sua reeleição, é o fato de que teve a maior votação nas áreas eleitorais mais pobres de São Paulo, no primeiro turno.

O que aconteceu em tão pouco tempo, de lá para cá, além da natural complicaçāo do eleitorado paulistano, talvez o menos comprehensível nas eleições passadas?

Nos desdobramentos do **DataFolha** de domingo, Marta não tem mais a preferência dos eleitores mais pobres, tanto se considerados por níveis salariais como pela escolaridade, que é um claro indicador de nível socioeconômico.

A causa da virada não deve estar no debate mais recente, cujos índices de audiência parcial ou integral não parecem suficientes para tamanho efeito. O horário de propaganda, por sua vez, estava apenas recomeçando, sem produzir reflexos. É certo que, na última semana, Marta perdeu quase todos os votos de bancários que tivesse, mas em número que não bastaria, em princípio, para a inversão constatada pela pesquisa.

Estas eleições estão ficando mais interessantes do que prometiam. E, sobretudo, mais sutis do que as consideraram as análises dos "cientistas políticos" depois do primeiro turno.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr^{as}s e Srs Senadores, somente nos últimos anos – e, portanto, com grande atraso –, a agricultura e a agroindústria brasileira têm recebido o merecido reconhecimento pela extraordinária contribuição que prestam na formação do Produto Interno Bruto do País e na geração de superávit para a nossa balança comercial.

Não estou querendo dizer que tal reconhecimento, até então, fosse de todo inexistente. Aqueles que acompanham mais de perto a labuta do homem do campo, aqueles que se identificam com a notável saga de empreendedorismo diuturnamente vivida pelos que cultivam a terra e exploram a pecuária reconhecem, de há muito, a enorme importância da produção rural no contexto da economia brasileira. No entanto é forçoso reconhecer que, somente de uns poucos anos para cá, o setor primário brasileiro passou a receber atenção mais efetiva de parte dos governantes. Isso,

apesar das inigualáveis condições de clima, solo e espaço agricultável com que conta o Brasil.

Felizmente, porém, os empreendedores rurais brasileiros jamais se deixaram paralisar por esse "déficit de reconhecimento" que existia. Mesmo enquanto estavam sujeitos à instabilidade e às indefinições das políticas governamentais, os produtores rurais do País trabalharam sempre em ritmo próprio, mantendo o mercado interno abastecido e prospectando oportunidades lá fora. É graças a essa ousadia, a esse espírito de iniciativa empresarial que os índices de crescimento da produção agropecuária e agroindustrial vêm se situando acima dos níveis de crescimento do PIB global do País.

No ano passado, como se sabe, os resultados do agronegócio brasileiro foram excepcionais. Suas exportações situaram-se acima da casa dos 30 bilhões de dólares, superando em quase 6 bilhões de dólares as exportações de 2002, um crescimento da ordem de 23%.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, no contexto geral do agronegócio brasileiro, um segmento de grande destaque é o da avicultura. A pujança desse setor fica bem evidenciada a partir da leitura do Relatório Anual da UBA – União Brasileira de Avicultura relativo a 2003/2004, documento que me foi gentilmente encaminhado pelo Sr. Zoé Silveira d'Ávila, muito digno Presidente daquela entidade associativa.

Em 2003, apesar das drásticas e necessárias medidas de ajuste da economia adotadas pelo Governo, mais uma vez a evolução da avicultura superou os índices gerais de crescimento do País. E no que se refere às exportações, o desempenho do segmento foi ainda mais animador. O produto avícola brasileiro chegou aos mercados de nada menos que 122 países, o que representa um aumento no número dos clientes externos da ordem de 20%; as vendas externas tangenciaram a casa dos US\$2 bilhões, representando 6,5% do total das exportações do agronegócio brasileiro; o Brasil manteve a condição de segundo maior exportador de carne de frango em volume e tornou-se o maior exportador se considerada a receita cambial auferida, da ordem de 1 bilhão e 800 milhões de dólares, apenas, reitero, com a carne dessa ave.

Mas a UBA não descansou sob os louros colhidos. Ao contrário, ao longo de todo o ano passado, a entidade trabalhou intensamente buscando assegurar que, neste ano de 2004 e nos vindouros, a avicultura brasileira possa atingir resultados ainda mais grandiosos.

A União Brasileira de Avicultura (UBA) é uma entidade institucional com atuação voltada ao permanente aperfeiçoamento da sanidade e qualidade da avicul-

tura brasileira, bem como da legislação que disciplina essa importante atividade pecuária no País. A UBA representa nacionalmente o setor avícola perante o Governo Federal, especialmente seus órgãos voltados à agricultura, pecuária e abastecimento. Atua, ainda, junto às duas Casas do Congresso Nacional, junto ao Poder Judiciário e à sociedade.

Em torno da UBA estão aglutinadas as seguintes entidades: Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frangos (Abef); Associação Brasileira dos Produtores de Pintos de Corte (Apinco); Fundação Apinco de Ciência e Tecnologia Avícolas (FACTA); Associação dos Criadores de Avestruz do Brasil (ACAB); e associações estaduais de avicultura. A UBA defende, também, os interesses das granjas de multiplicação genética; das empresas produtoras de frango de corte e ovos; dos frigoríficos; dos produtores de perus; dos fabricantes de equipamentos; dos fornecedores de insumos; e das prestadoras de serviços.

Ao longo de 2003, a Diretoria da UBA teve pleno sucesso em seus esforços para estreitar as relações de cooperação e parceria que mantém com o Poder Executivo Federal, logrando, entre outras medidas, assinar Convênio de Cooperação Técnica com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com vistas à intensificação do Programa Nacional de Controle e Melhoria da Qualidade do Frango. Em diversos momentos, a entidade foi ouvida sobre propostas que afetavam o setor avícola e que estavam sendo gestadas no âmbito do Executivo ou do Legislativo.

Sua diretoria participou ativamente das discussões empreendidas e das deliberações tomadas no âmbito do Conselho Superior de Agricultura e Pecuária do Brasil (RuralBrasil). Esteve presente, outrossim, em diversas audiências públicas realizadas no Congresso Nacional, oportunidades em que procurou sensibilizar os parlamentares para a necessidade de se proporcionarem maiores recursos ao Ministério da Agricultura. Esse assunto, aliás, levou a UBA ao encontro do próprio Presidente da República, a quem a entidade reiterou a mesma reivindicação, dele obtendo a promessa de que, em seu Governo, não faltarão recursos para a defesa animal.

A UBA promoveu, ainda, a discussão permanente da questão do aumento de verbas para o Ministério da Agricultura, de igual modo, em todas as reuniões e audiências que manteve com Ministros e outros representantes do Governo, do Legislativo e das empresas do setor que congrega.

Em outra frente, a entidade trabalhou a vitoriosa candidatura do Brasil para realizar, em Porto Alegre, no ano de 2007, o XX Congresso Latino-Americano de Avicultura. Não menos vitorioso foi seu trabalho de

organização e realização do 18º Congresso Brasileiro de Avicultura, o qual teve excelente comparecimento e o apoio de uma infinidade de patrocinadores e colaboradores, como também do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, o sucesso empresarial do agronegócio brasileiro é geralmente atribuído às excelentes condições de solo e clima do País. Também importante, contudo, é a influência cada vez maior dos sistemas de parceria utilizados por diversos setores. Exemplos disso são os sistemas de integração existentes nas cadeias produtivas de aves e suínos, e em alguns segmentos agrícolas. Também exemplar é o modelo de parceria introduzido na cadeia da soja, entre *traders* e agroindústrias, de um lado, e produtores, de outro, parceria que inclui fornecimento de insumos e liquidez de comercialização.

No caso específico da avicultura, o setor assumiu, nesta última década, a liderança na produção de proteínas nobres de alta qualidade, assegurando 3 milhões e 800 mil empregos na sua cadeia produtiva, colaborando para vincular o homem ao meio rural e garantindo não só o abastecimento interno como uma fantástica participação no mercado global. A avicultura é, nesse sentido, um exemplo marcante do poder de evolução do agronegócio.

Com o crescimento das áreas cultivadas, o aumento da produtividade, o pleno abastecimento de grãos forrageiros e sua disponibilidade para incremento das exportações – e com participação cada vez maior das carnes de aves, bovina e suína nos mercados globais –, o Brasil tende a se tornar, nos próximos dez anos, o maior exportador mundial de alimentos.

Para que esse objetivo grandioso se torne realidade, são necessárias, evidentemente, ações governamentais para resolver os problemas de logística que advirão com a produção de volumes cada vez maiores, os quais exigirão mais capacidade de armazenagem, transporte e operações portuárias.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, o agronegócio brasileiro – e, em seu interior, a avicultura – vem dando uma notável contribuição para o desenvolvimento do País, mediante o incremento das nossas exportações, a geração de empregos e de renda para o nosso povo. As inigualáveis condições de clima, solo e espaço agricultável de que dispomos, associadas à competência e à garra do produtor rural brasileiro, significam que nossa agricultura e nossa agroindústria têm potencial para crescer ainda muito mais, transformando o Brasil em uma estupenda potência agrícola.

Confio, portanto, em que os diversos níveis de Governo não permitirão que essa extraordinária oportunidade nos escorra por entre os dedos, adotando as providências cabíveis para assegurar o necessário apoio ao homem do campo nas áreas do financiamento, do apoio técnico, da vigilância sanitária, do armazenamento e do transporte.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, pedindo a benção de Deus para todos os homens que trabalham neste País e para toda gente em nosso querido Brasil.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 53 minutos.)

SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

TERMO DE REUNIÃO

Convocada Reunião de Instalação para o dia vinte e um do mês de outubro de dois mil e quatro, quinta-feira, às dez horas e trinta minutos, no Plenário nº 13, Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal, da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a **Medida Provisória nº 223**, adotada em 14 de outubro de 2004 e publicada no dia 15 do mesmo mês e ano, que “Estabelece normas para o plantio e comercialização da produção de soja geneticamente modificada da safra de 2005, e dá outras providências”, sem a presença de membros, a **reunião não foi realizada por falta de quorum**.

Para constar, foi lavrado o presente TERMO, que vai assinado por mim, Sérgio da Fonseca Braga (matrícula 1017), Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas, Senado Federal.

Sala das Comissões, 21 de outubro de 2004.



SÉRGIO DA FONSECA BRAGA

Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas

(*) **ATO DA COMISSÃO DIRETORA**
Nº 019 , DE 2004

A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL, no uso de sua competência regimental, considerando a análise dos autos nºs 006026/04-4 e 003031/02-0, que tratam da adoção dos valores atualmente praticados pelo Programa de Assistência em Creches e Pré-Escola da Câmara dos Deputados, equiparando-os aos utilizados no âmbito desta Casa Legislativa, resolve:

Art. 1º O art. 5º do Ato da Comissão Diretora nº 5, de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º O servidor receberá mensalmente na folha de pagamentos, por dependente inscrito no Programa auxílio pré-escolar, de acordo com as normas do Programa, observado o limite de custeio por beneficiário assistido, bem com as disponibilidades orçamentárias dentro do exercício corrente".

§1º O valor do benefício estabelecido no caput deste artigo será reajustado anualmente de acordo com a variação do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), conforme divulgado mediante publicação oficial.

§2º O auxílio pré-escolar não se incorporará ao vencimento ou remuneração do servidor nem servirá de base de cálculo de qualquer vantagem".

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir do mês subsequente.

Sala da Comissão Diretora, 15 de setembro de 2004.

(*) Republicado por haver saído com incorreções

M. T. S.
deus fluminense

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 142 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

R E S O L V E:

I - Prorrogar até o dia 31 de dezembro o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Especial instituída pela Portaria nº 53, de 2004, do Diretor-Geral do Senado Federal, incumbida de elaborar de estudos e levantamentos para a implementação, cotação e adequações dos sinais em UHF, da TV Senado.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de agosto de 2004.

Senado Federal 20 de setembro de 2004.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1815 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 09 de 1996, artigos 3º inciso II, e 4º, e nº 15 de 1997, artigo 19, parágrafo único, ambos da Comissão Diretora. RESOLVE:

Art. 1º - Designar a substituição do servidor **JORGE LUIZ SOUSA DIAS** matrícula nº 301, a servidora **VÂNIA MARIA CASTRO FERNANDES**, matrícula no 283, todos ocupantes do cargo de Técnico de Informática Legislativa , do Quadro de Pessoal da Secretaria Especial de Informática – PRODASEN, como membro da Comissão Permanente de Gestão do Processo nº 381/03-9.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor a partir de 01 de outubro de 2004.



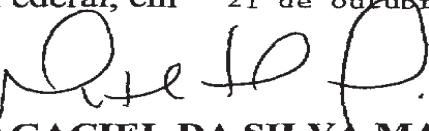
Senado Federal, 21 de outubro de 2004.
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1816 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 014272/04-0,

R E S O L V E exonerar **LEÔNIDAS CARDOSO JÚNIOR**, matrícula n.º 35505, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-3 do Gabinete do Senador Roberto Saturnino e nomeá-lo, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete.

Senado Federal, em 21 de outubro de 2004.



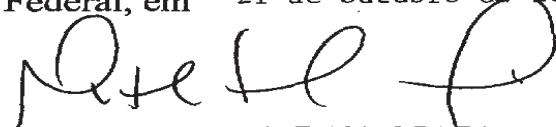
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1817 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 014.321/04-1,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **OSMARINO AMANCIO RODRIGUES** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Geraldo Mesquita.

Senado Federal, em 21 de outubro de 2004.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1818 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 014293/04-8,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **EDÍLSON DE SOUZA SANTANA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Terceira Secretaria.

Senado Federal, em 21 de outubro de 2004.

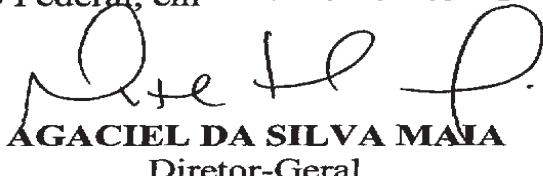

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1819 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 014343/04-5,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **FRANROBISON RODRIGUES RIBEIRO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Arthur Virgílio.

Senado Federal, em 21 de outubro de 2004.

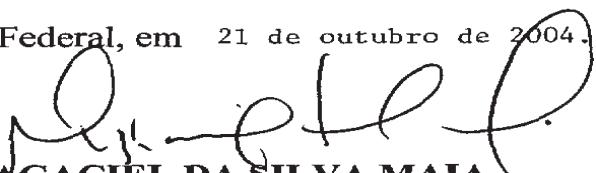

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1820 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **014395/04-5**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, **ERALDO MACEDO BEZERRA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-1, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PL.

Senado Federal, em 21 de outubro de 2004.



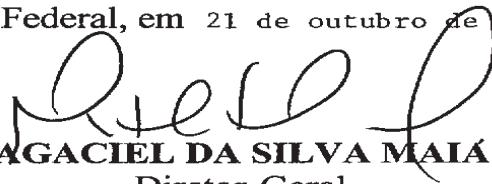
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1821 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 014396/04-1,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **MÁRCIO SANTANA CUSTÓDIO DOS SANTOS**, matrícula n.º 35618, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-1, do Gabinete da Liderança do PL.

Senado Federal, em 21 de outubro de 2004.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL (52^a LEGISLATURA)

BAHIA		HERÁCLITO FORTES	
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães	PTB	Fernando Bezerra
PFL	César Borges	PMDB	Garibaldi Alves Filho
RIO DE JANEIRO		JOSÉ AGRIPINO	
PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella	PFL	Jorge Bornhausen
PMDB	Sérgio Cabral	PT	Ideli Salvatti
MARANHÃO		LEONEL PAVAN	
PMDB	João Alberto Souza	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão	S/Partido	Heloísa Helena
PFL	Roseana Sarney	PMDB	Renan Calheiros
PARÁ		PSDB	Teotônio Vilela Filho
PMDB	Luiz Otávio	PFL	Maria do Carmo Alves
PT	Ana Júlia Carepa	PDT	Almeida Lima
PTB	Duciomar Costa	PSB	Antonio Carlos Valadares
PERNAMBUCO		AMAZONAS	
PFL	José Jorge	PMDB	Gilberto Mestrinho
PFL	Marco Maciel	PSDB	Arthur Virgílio
PSDB	Sérgio Guerra	PDT	Jefferson Peres
SÃO PAULO		ACRE	
PT	Eduardo Suplicy	PT	Tião Viana
PT	Aloizio Mercadante	PSB	Geraldo Mesquita Júnior
PFL	Romeu Tuma	PT	Sibá Machado
MINAS GERAIS		MATO GROSSO DO SUL	
PL	Aelton Freitas	PDT	Juvêncio da Fonseca
PSDB	Eduardo Azeredo	PMDB	Delcídio Amaral
PMDB	Hélio Costa	PT	Ramez Tebet
GOIÁS		DISTRITO FEDERAL	
PMDB	Maguito Vilela	PMDB	Valmir Amaral
PFL	Demóstenes Torres	PT	Cristovam Buarque
PSDB	Lúcia Vânia	PFL	Paulo Octávio
MATO GROSSO		TOCANTINS	
PSDB	Antero Paes de Barros	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
PFL	Jonas Pinheiro	PFL	João Ribeiro
PT	Serys Slhessarenko	PMDB	Leomar Quintanilha
RIO GRANDE DO SUL		AMAPÁ	
PMDB	Pedro Simon	PMDB	José Sarney
PT	Paulo Paim	PSB	João Capiberibe
PTB	Sérgio Zambiasi	PMDB	Papaléo Paes
CEARÁ		RONDÔNIA	
PSDB	Luis Pontes	PMDB	Mário Calixto
PPS	Patrícia Saboya Gomes	PT	Fátima Cleide
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	Valdir Raupp
PARAÍBA		RORAIMA	
PMDB	Ney Suassuna	PPS	Mozarildo Cavalcanti
PFL	Efraim Morais	PDT	Augusto Botelho
PMDB	José Maranhão	PMDB	Romero Jucá
ESPÍRITO SANTO			
PPS	João Batista Motta		
PMDB	Gerson Camata		
PL	Magno Malta		
PIAUÍ			
PMDB	Alberto Silva		

SECRETARIA DE COMISSÕES

Diretora:	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/3489/3491 Fax: 1095
------------------	------------------------------------	---

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

Diretor:	Wanderley Rabelo da Silva	Ramal: 3623 Fax: 3606
-----------------	---------------------------	--

Secretários:	Francisco Naurides Barros Dulcídia Ramos Calhão Janice de Carvalho Lima José Augusto Panisset Santana	Ramal: 3508 Ramal: 3514 Ramal: 3511 Ramal: 4854
---------------------	--	--

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Diretor:	Sérgio da Fonseca Braga	Ramal: 3507 Fax: 3512
-----------------	-------------------------	--

Secretários:	Maria de Fátima Maia de Oliveira Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	Ramal: 3520 Ramal: 3503
---------------------	---	--

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Diretor:	José Roberto Assumpção Cruz	Ramal: 4608
-----------------	-----------------------------	--------------------

Secretários:	CAE	– Luiz Gonzaga da Silva Filho	Ramal: 4605
	CAS	– José Roberto Assumpção	Ramal: 4608
	CCJ	– Gildete Leite de Melo	Ramal: 3972
	CE	– Júlio Ricardo Borges Linhares	Ramal: 4604
	CFC	– José Francisco B. de Carvalho	Ramal: 3935
	CI	– Celso Antony Parente	Ramal: 4354
	CRE	– Maria Lúcia Ferreira de Mello	Ramal: 4777
	CLP	– Maria Dulce Vieira de Queirós Campos	Ramal: 1856

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Ramez Tebet (PMDB-MS)
Vice-Presidente: Senador Paulo Octavio (PFL-DF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Flávio Arns
Eduardo Suplicy	3. Serys Slhessarenko
Delcídio Amaral	4. Duciomar Costa
Roberto Saturnino	5. Magno Malta
Antonio Carlos Valadares	6. Aelton Freitas
Geraldo Mesquita Júnior	7. (vago)
Fernando Bezerra	8. (vago)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Mão Santa	2. Luiz Otávio
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Gerson Camata*
João Alberto Souza	5. Sérgio Cabral
Pedro Simon	6. Ney Suassuna
Valdir Raupp	7. Maguito Vilela
PFL	
César Borges	1. Antonio Carlos Magalhães
Efraim Morais	2. Demóstenes Torres
Jonas Pinheiro	3. João Ribeiro
Jorge Bornhausen	4. José Agripino
Paulo Octavio	5. José Jorge
Rodolpho Tourinho	6. Marco Maciel
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. Arthur Virgílio
Sérgio Guerra	2. Álvaro Dias
Eduardo Azeredo	3. Lúcia Vânia
Tasso Jereissati	4. Leonel Pavan
PDT	
Almeida Lima	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfiliou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO DE TURISMO

TEMPORÁRIA (07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Octávio (PFL -DF)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB - SC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Antonio Carlos Valadares
Serys Shessarenko	2. Ideli Salvatti
PMDB	
Garibaldi Alves Filho	1. Mão Santa
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
PFL	
Paulo Octavio	1.
João Ribeiro	2. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida ao PPS.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO DE MINERAÇÃO

TEMPORÁRIA (07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT - PA)
Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho (PFL - BA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Julia Carepa	1. Delcídio Amaral.
Aelton Freitas	2. Magno Malta
PMDB	
Luiz Otávio	1. Hélio Costa
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata**
PFL	
Rodolpho Tourinho	1. Efraim Morais
João Ribeiro	2. Almeida Lima (PDT)*
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida pelo PFL

**Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 15.08.2003.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO DESTINADA A ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO
DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS TEMPORÁRIA
(09 titulares e 09 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges (PFL - BA)
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra (PTB - RN)
Relator: Senador Ney Suassuna**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. Eduardo Suplicy.
Fernando Bezerra	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata*
PFL	
César Borges	1. Jonas Pinheiro
Paulo Octávio	2. José Jorge
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Lúcia Vânia
PDT - PPS	
(vago)	(vago)

*Desfiliou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO FOME ZERO TEMPORÁRIA
(07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Rodolpho Tourinho (PFL - BA)
Vice-Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT - SP)
Relator: Senador Romero Jucá (PMDB - RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Delcídio Amaral.
Fernando Bezerra	2. Serys Slhessarenko
PMDB	
Ney Suassuna	1. Garibaldi Alves Filho
Romero Jucá	2. Luiz Otávio
PFL	
Jonas Pinheiro	1. Demóstenes Torres
Rodolpho Tourinho	2. Paulo Octávio
PSDB	
Lúcia Vânia	1. Leonel Pavan

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(29 titulares e 29 suplentes)

Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senador Papaléo Paes* (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Delcídio Amaral
Eurípedes Camargo	2. Fernando Bezerra
Fátima Cleide	3. Tião Viana
Flávio Arns	4. Antonio Carlos Valadares
Sibá Machado	5. Duciomar Costa
(vago)	6. (vago)
Aelton Freitas	7. Serys Slhessarenko
Geraldo Mesquita Júnior	8. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Leomar Quintanilha	2. Hélio Costa
Maguito Vilela	3. Ramez Tebet
Sérgio Cabral	4. José Maranhão
Ney Suassuna	5. Pedro Simon
Amir Lando	6. Romero Jucá
Papaléo Paes*	7. Gerson Camata**
PFL	
Edison Lobão	1. Antonio Carlos Magalhães
Jonas Pinheiro	2. César Borges
José Agripino	3. Demóstenes Torres
Paulo Octávio	4. Efraim Moraes
Maria do Carmo Alves	5. Jorge Bornhausen
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Lúcia Vânia	2. Tasso Jereissati
João Tenório	3. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	4. Sérgio Guerra
Reginaldo Duarte	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
Juvêncio da Fonseca	2. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfiliou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

** Desfiliou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
 Reuniões: Quintas - Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3113515 Fax: 3113652
 E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA CRIANÇA DO
ADOLESCENTE E DA JUVENTUDE
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senadora Roseana Sarney (PFL-MA)
Relatora: Senadora Patrícia Saboya Gomes (PPS-CE)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1.(vago)
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Amir Lando	1. (vago)
Juvêncio da Fonseca*	2. (vago)
PFL	
Roseana Sarney	1. (vago)
PSDB	
Lúcia Vânia	1. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. (vago)

*Desfiliou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

Atualizada em 10.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ)

Vice-Presidente: (vago)

Relator: Senador Leomar Quintanilha (PFL -TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. (vago)
Aelton Freitas	2. (vago)
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago)
(vago)	2. (vago)
PFL	
Leomar Quintanilha*	1. (vago)
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

* Desfiliou-se do PFL, passando a integrar a bancada do PMDB em 08.10.2003

Atualizada em 08.10.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz

Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS
DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Flávio Arns (PT-PR)
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro (PFL-MT)
Relator: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Flávio Arns	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
PFL	
Jonas Pinheiro	1. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. (vago)

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes*(PMDB-AP)
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho (PDT-RR)
Relator: Senador Mão Santa (PMDB-PI)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Papaléo Paes*	2. (vago)
PFL	
Maria do Carmo Alves	1. (vago)
PSDB	
Reginaldo Duarte	1. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

*Desfiliou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

Atualizada em 17.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
 Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3113515 Fax: 3113652
 E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Edison Lobão (PFL-MA)
Vice-Presidente: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Shhessarenko	1. Eduardo Suplicy
Aloizio Mercadante	2. Ana Júlia Carepa
Tião Viana	3. Sibá Machado
Antonio Carlos Valadares	4. Duciomar Costa
Magno Malta	5. Geraldo Mesquita Júnior
Fernando Bezerra	6. João Capiberibe
Marcelo Crivella	7. Aelton Freitas
PMDB	
Amir Lando	1. Ney Suassuna
Garibaldi Alves Filho	2. Luiz Otávio
José Maranhão	3. Ramez Tebet
Renan Calheiros	4. João Alberto Souza
Romero Jucá	5. Maguito Vilela
Pedro Simon	6. Sérgio Cabral
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Paulo Octávio
César Borges	2. João Ribeiro
Demóstenes Torres	3. Jorge Bornhausen
Edison Lobão	4. Efraim Morais
José Jorge	5. Rodolpho Tourinho
PSDB	
Álvaro Dias	1. Antero Paes de Barros
Tasso Jereissati	2. Eduardo Azeredo
Arthur Virgílio	3. Leonel Pavan
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 10.12.2003

Secretária: Gildete Leite de Melo
 Reuniões: Quartas - Feiras às 10:00 horas. - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3113972 Fax: 3114315
 E - Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS
“INDICAÇÕES APONTADAS” NO RELATÓRIO FINAL DA “CPI DO JUDICIÁRIO” E
RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS
COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

Criada através do Requerimento nº 12-CCJ, de 1999, aprovado em 15/12/1999.

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Tasso Jereissati

Vice-Presidente: Pedro Simon

Relator Geral: Senador Demóstenes Torres

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Pedro Simon	1. João Alberto Souza
Garibaldi Alves Filho	2. Papaléo Paes
PFL	
Demóstenes Torres	1. Efraim Morais
César Borges	2. João Ribeiro
PT	
Serys Shhessarenko	1. Sibá Machado
PSDB	
Tasso Jereissati	1. Leonel Pavan
OUTROS PARTIDOS (PDT, PTB, PSB, PPS e PL)	
Magno Malta	1. Fernando Bezerra

Atualizada em 02.09.03

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E - Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Osmar Dias (PDT-PR)
Vice-Presidente: Senador Hélio Costa (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Fátima Cleide	1. Tião Viana
Flávio Arns	2. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	3. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	4. (vago)
Duciomar Costa	5. (vago)
Aelton Freitas	6. (vago)
(vaga cedida ao PMDB)	7. (vago)
Heloísa Helena	8. (vago)
PMDB	
Hélio Costa	1. Mão Santa
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Papaléo Paes
Gerson Camata*	4. Luiz Otávio
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
José Maranhão	6. Amir Lando
Valmir Amaral (por cessão do Bloco de Apoio ao Governo)	
PFL	
Demóstenes Torres	1. Edison Lobão
Jorge Bornhausen	2. Jonas Pinheiro
José Jorge	3. José Agripino
Efraim Morais	4. Marco Maciel
Maria do Carmo Alves	5. Paulo Octavio
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Eduardo Azeredo
Reginaldo Duarte	3. João Tenório
Antero Paes de Barros	4. Lúcia Vânia
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres
Almeida Lima	2. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

* Desfiliou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
 Reuniões: Terças - Feiras às 11:30 horas - Plenário nº 15 - Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113498 Fax: 3113121
 E - Mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 (doze) titulares e 12 (doze) suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)
Vice-Presidente: (vago)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. (vago)
Fátima Cleide	2. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	3. Papaléo Paes*
PMDB	
Hélio Costa	1. Gerson Camata***
Sérgio Cabral	2. Juvêncio da Fonseca**
(vago)	3. Luiz Otávio
PFL	
Roseana Sarney	1 Paulo Octavio
Demóstenes Torres	2. José Agripino
Edison Lobão	3. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Reginaldo Duarte
PDT	
Almeida Lima	2. (vago)

* Desfiliou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

**Desfiliou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

*** Desfiliou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 15.09.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
 Plenário nº 15 - Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3113498 Fax: 3113121
 E - Mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV
PERMANENTE
9 (nove) titulares
9 (nove) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.3) SUBCOMISSÃO DO LIVRO
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.4) SUBCOMISSÃO DO ESPORTE
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)



**SENADO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC**

PRESIDENTE: SENADOR NEY SUASSUNA

**VICE-PRESIDENTE: SENADOR ANTERO PAES DE BARROS
(17 TITULARES E 09 SUPLENTES)**

TITULARES		SUPLENTES	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)			
IDE利 SALVATTI-PT	SC-2171/72	1-ANA JÚLIA CAREPA-PT	PA-2104/10
SIBÁ MACHADO	AC-2184/88	2-DELCÍDIO AMARAL-PT	MS-2451/55
ANTONIO CARLOS VALADARES-PSE	SE-2201/04	3-GERALDO MESQUITA JUNIOR-PSB	AC-1078/1278
AELTON FREITAS-PL	MG-4018/4621		
DUCIOMAR COSTA-PTB	PA-2342/43		
PMDB			
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	1-VALMIR AMARAL	DF-1961/62
LUIZ OTAVIO	PA-3050/1026	2-ROMERO JUCÁ	RR-2112/13
GERSON CAMATA	ES-1403/3256		
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA-1411/4073		
PFL			
CÉSAR BORGES	BA-2212/13	1-JORGE BORNHAUSEN	SC-4206/07
EFRAIM MORAIS	PB-2421/22	2-PAULO OCTAVIO	DF-2011/19
JOAO RIBEIRO	TO-2163/64		
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/92		
PSDB			
ARTHUR VIRGILIO	AM-1201/1301	1-LEONEL PAVAN	SC-4041/4014
ANTERO PAES DE BARROS	MT-1248/1348		
PDT			
OSMAR DIAS	PR-2124/5	1-ALMEIDA LIMA	SE-1312/1427
PPS			
MOZARILDO CAVALCANTI	RR-1160/1162		

**REUNIÕES: QUARTA-FEIRA, ÀS 11:30 HORAS
SECRETÁRIO: JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519
Fax 311-1060**

**ALA SENADOR NILO COELHO
SALA Nº 06 - telefone: 311-3254
Email: jcarvalho@senado.gov.br
ATUALIZADA EM: 26-03-04**

**5.1) SUBCOMISSÃO DESTINADA A FISCALIZAR AS
AGÊNCIAS REGULADORAS PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT -PA)
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral (PMDB - DF)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	2. Duciomar Costa
PMDB	
Valmir Amaral	1. Romero Jucá
PFL	
Leomar Quintanilha*	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Antero Paes de Barros

* Desfiliou-se do PFL, passando a integrar a bancada do PMDB em 08.10.2003

Atualizada em 08.10.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

**5.2) SUBCOMISSÃO DE OBRAS INACABADAS PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senador Efraim Moraes (PFL -PB)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB - SC)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Ana Júlia Carepa
Delcídio Amaral	2. Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	
Gerson Camata*	1. Luiz Otávio
PFL	
Efraim Moraes	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Arthur Virgílio

* Desfiliou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 15.09.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

**6) - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)**

Presidente: Senador Magno Malta (PL-ES)
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. Serys Slhessarenko
Eurípedes Camargo	2. (vago)
Magno Malta	3. (vago)
Aelton Freitas	4. (vago)
(vago)	5. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Renan Calheiros
Ney Suassuna	2. Amir Lando
José Maranhão	3. Gilberto Mestrinho
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. (vago)
PFL	
Edison Lobão	1. Demóstenes Torres
Efraim Morais	2. Jonas Pinheiro
Maria do Carmo Alves	3. (vago)
Rodolpho Tourinho	4. Roseana Sarney
PSDB	
(vago)	1. Lúcia Vânia
(vago)	2. (vago)
Reginaldo Duarte	3. Antero Paes de Barros
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 05.11.2003

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
 Telefone 3111856 Fax: 3114646
 E - Mail: mariadul@senado.br

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella (PL-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Flávio Arns
Heloísa Helena	2. Fátima Cleide
João Capiberibe	3. Aloizio Mercadante
Marcelo Crivella	4. Duciomar Costa
Fernando Bezerra	5. Aelton Freitas
Tião Viana (por cessão do PMDB)	Sibá Machado (por cessão do PMDB)
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Pedro Simon
João Alberto Souza	2. Ramez Tebet
Luiz Otávio	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. (vago)
(vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)	5. (vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Edison Lobão
João Ribeiro	2. Maria do Carmo Alves
José Agripino	3. Rodolpho Tourinho
Marco Maciel	4. Roseana Sarney
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Eduardo Azeredo	2. Tasso Jereissati
Lúcia Vânia	3. Sérgio Guerra
PDT	
Jefferson Péres	1. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 23.10.03

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
 Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas
 E - Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**
7 (sete) titulares 7 (sete) suplentes

Presidente: Senador Marcelo Crivella
Vice-Presidente: Senador João Capiberibe
Relator: Senador Rodolpho Tourinho

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Marcelo Crivella	1. Duciomar Costa
João Capiberibe	2. Aelton Freitas
PMDB	
Hélio Costa	1. Ramez Tebet
Luiz Otávio	2. Juvêncio da Fonseca*
PFL	
Marco Maciel	1. Roseana Sarney
Rodolpho Tourinho	2. Maria do Carmo Alves
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Antero Paes de Barros

*Desfiliou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

Atualizada em 18.09.2003

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
7 (sete) titulares 7 (sete) suplentes

Presidente: Senador Jefferson Péres
Vice-Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
João Capiberibe	1. Sibá Machado
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Valdir Raupp	1. Gilberto Mestrinho
PFL	
Marco Maciel	1. João Ribeiro
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Lúcia Vânia
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador José Jorge (PFL-PE)
Vice-Presidente: Senador João Batista Motta (PPS-ES)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Eurípedes Camargo	2. Antonio Carlos Valadares
Serys Slhessarenko	3. Heloísa Helena
Sibá Machado	4. Ana Júlia Carepa
Fátima Cleide	5. Duciomar Costa
Duciomar Costa	6. Fernando Bezerra
Magno Malta	7. Marcelo Crivella
PMDB	
Gerson Camata*	1. Mão Santa
Amir Lando	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valmir Amaral	4. Renan Calheiros
Gilberto Mestrinho	5. Ney Suassuna
José Maranhão	6. Romero Jucá
PFL	
João Ribeiro	1. César Borges
José Jorge	2. Jonas Pinheiro
Marco Maciel	3. Efraim Morais
Paulo Octavio	4. Maria do Carmo Alves
Rodolpho Tourinho	5. Roseana Sarney
PSDB	
Leonel Pavan	1. (vago)
Sérgio Guerra	2. Arthur Virgílio
João Tenório	3. Reginaldo Duarte
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

* Desfilhou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Celso Parente
 Reuniões: Terças - Feiras às 14:00 horas. - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3114607 Fax: 3113286

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1^a Eleição Geral: 19.04.1995
2^a Eleição Geral: 30.06.1999

3^a Eleição Geral: 27.06.2001
4^a Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA ¹³
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES ²

PMDB					
Titulares (Vago) ¹⁰	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
João Alberto Souza	MA	1411	1. Ney Suassuna	PB	4345
Ramez Tebet	MS	2222	2. Pedro Simon	RS	3232
Luiz Otávio	PA	3050	3. Gerson Camata ¹¹	ES	3256
PFL ⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves ¹²	SE	1306
PT ¹					
Heloísa Helena ¹⁴	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago) ⁸			3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB ⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. (Vago) ¹⁶		
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca ⁷	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB ¹					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB¹, PL¹⁻¹⁵ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago) ⁹		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					

(atualizada em 09.08.2004)

Notas:

¹ Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

² Eleito Vice-Presidente em 18.3.2003, na 1^a Reunião do Conselho.

³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

⁴ Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.

⁵ Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003. O Senador **Juvêncio da Fonseca** foi designado para essa vaga na Sessão do SF de 01.10.2003.

⁸ Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF desse dia. O Senador **Eurípedes Camargo** (Bloco PT-DF) foi eleito para essa vaga na Sessão do SF de 03.12.2003 e deixou o exercício do mandato em 23.1.2004, em decorrência do retorno do titular.

⁹ Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (Bloco PL-RJ) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹⁰ Vaga ocupada pelo Senador **Juvêncio da Fonseca** (PDT-MS) até 01.10.2003, quando foi designado, em Plenário, para a vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.

¹¹ Desfilou-se do PMDB em 15.9.2003, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹² Vaga ocupada pelo Senador **Renildo Santana** (PFL-SE), no período de 19.3 a 15.9.2003. A Senadora **Maria do Carmo Alves** (PFL-SE) foi eleita para essa vaga na Sessão do SF de 18.9.2003.

¹³ Eleito Presidente do Conselho na 9^a Reunião, realizada em 12.11.2003, para completar o mandato exercido pelo Senador **Juvêncio da Fonseca**, que renunciou ao cargo em 25.09.2003.

¹⁴ Na Sessão de 29.01.2004, foi lido o Ofício nº 039/04-GLDBAG, de 29.1.2004, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, comunicando o desligamento da Senadora do Partido dos Trabalhadores.

¹⁵ Desligou-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 13.04.2004.

¹⁶ O Senador Réginaldo Duarte deixou o exercício do mandato em 03.08.2004 em razão do retorno do titular, Senador Luiz Pontes

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e 311-5255

sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 25.03.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1^a Designação: 16.11.1995

2^a Designação: 30.06.1999

3^a Designação: 27.06.2001

4^a Designação: 25.09.2003

COMPOSIÇÃO

SENADORES	PARTIDO	ESTADO	RAMAL
Vago			
Demóstenes Torres	Bloco/PFL	GO	2091
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko

Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB⁵
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC)
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE)

Atualizada em 16.04.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Presidente nato: Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado João Paulo Cunha (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Paulo Paim (BLOCO/PT-RS)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Luiz Piauhylino (PTB-PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Geddel Vieira Lima (PMDB-BA)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Romeu Tuma (PFL-SP)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Severino Cavalcanti (PPB-PE)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Alberto Silva (PMDB-PI)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Heráclito Fortes (PFL-PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PFL-PI)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Sérgio Zambiasi (BLOCO/PTB-RS)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador Sérgio Guerra (PSDB/PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO</u> Deputado Maurício Rands (PT-PE)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Edison Lobão (PFL-MA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Carlos Melles (PFL-MG)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

Atualizado em 02.06.2004

CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

- 1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
- Mandato estendido até 5/6/2004, conforme Decreto Legislativo nº 77/2002-CN

Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO

Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	JOSÉ ALBERTO FOGAÇA DE MEDEIROS	SIDNEI BASILE
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	CARLOS CHAGAS	REGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUMPÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em 27.04.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação

(constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil) *
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) *

* Designados na 9ª Reunião de 2003 do Conselho de Comunicação Social

02 - Comissão de Tecnologia Digital

(constituída na Reunião de 26/06/2002, para atender à Consulta nº 1, de 2002-CCS, formulada pela Presidência do Senado Federal ao Conselho de Comunicação Social)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

(constituída na Reunião de 02/09/2002)

- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil) – Coordenadora
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

04 - Comissão de TV a Cabo

(constituída na Reunião de 17/03/2003, para emissão de parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 175/2001, e mantida para atender à proposta do Parecer nº 2/2003-CCS, aprovado na Reunião de 07/04/2003, no sentido da realização de análise da situação da TV a Cabo no Brasil e apresentação de medidas e iniciativas com vista à solução dos problemas enfrentados pelo setor)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

(constituída na Reunião de 07/04/2003, para análise da concentração e controle cumulativo nas empresas de comunicação social em pequenas e médias cidades brasileiras)

- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil)
- Ricardo Moretzsohn (Representante da sociedade civil)

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)
Mesa Diretora eleita em 28.05.2003

Presidente: Deputado DR. ROSINHA	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Senador RODOLPHO TOURINHO	Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROBERTO JEFFERSON

MEMBROS NATOS⁽¹⁾

Senador EDUARDO SUPILY Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputada ZULAIÉ COBRA Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
--	---

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT – PTB – PSB)	
IDELEI SALVATTI (PT/SC)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCA (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
PFL	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
PSDB	
EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
PDT	
JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)	Vago
PPS	
MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB/ES)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
PFL	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
PMDB	
OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
PSDB	
EDUARDO PAES (PSDB/RJ)	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
PPB	
LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
PTB	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. WELINTON FAGUNDES (PL/MT)
PSB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JAMIL MURAD (PCdoB/SP)
PPS	
JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado CARLOS MELLES

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado ARLINDO CHINAGLIA (PT-SP)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador RENAN CALHEIROS (PMDB-AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado JOSÉ THOMAZ NONÔ (PFL-AL)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador SÉRGIO GUERRA (PSDB -PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputado CARLOS MELLES (PFL-MG)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador EDUARDO SUPLICY (PT -SP)

Atualizado em 02.06.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,0
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ug = 020002
gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho, Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil, Agência 3602-1, conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminados:

02000202902001-3 – Subsecretaria de Edições Técnicas
02000202902002-1 – Assinaturas de Diários
02000202902003-X – Venda de Editais
02000202902004-8 – Orçamento/Cobrança
02000202902005-6 – Venda de Aparas de Papel
02000202902006-4 – Alienação de Bens (leilão)
02000202902007-2 – Secretaria Especial de Editoração e Publicações

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA - DF - CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3812 e (0xx61) 311-3803 - Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.



EDIÇÃO DE HOJE: 140 PÁGINAS